



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS - IFCH**

Bruna Karoline Vasconcelos Oliveira

**Competição e Ciclos Políticos nos Subsistemas Partidários do
Nordeste: Um estudo de caso sobre CE, AL, BA, MA e PI**

Março de 2017.

Bruna Karoline Vasconcelos Oliveira

**COMPETIÇÃO E CICLOS POLÍTICOS
NOS SUBSISTEMAS PARTIDÁRIOS DO NORDESTE:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE CE, AL, BA, MA E PI**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA BRUNA KAROLINE VASCONCELOS OLIVEIRA E ORIENTADA PELO PROF. DR. BRUNO WILHELM SPECK.



CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

V441c Vasconcelos Oliveira, Bruna Karoline, 1986-
Competição e ciclos políticos nos subsistemas partidários do Nordeste : um estudo de caso sobre CE, AL, BA, MA e PI / Bruna Karoline Vasconcelos Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Bruno Wilhelm Speck.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Elites políticas. 2. Personalismo. 3. Oligarquias. 4. Sistema partidário - Brasil. 5. Brasil, Nordeste - Política e governo. I. Speck, Bruno Wilhelm, 1960-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Competition and political cycles in the subsystems of the Northeast : a case study on CE, AL, BA, MA and PI

Palavras-chave em inglês:

Political elites

Personalism

Oligarchs

Party system - Brazil

Brazil, Northeast - Politics and government

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutora em Ciência Política

Banca examinadora:

Bruno Wilhelm Speck [Orientador]

Luciana da Conceição Farias Santana

Maria do Socorro Sousa Braga

Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

Valeriano Mendes Ferreira Costa

Data de defesa: 17-03-2017

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 17/03/2017, considerou a candidata Bruna Karoline Vasconcelos Oliveira aprovada.

Profa. Dra. Luciana da Conceição Farias Santana

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Agradecimentos

Foram muitas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão de mais essa etapa em minha vida pessoal, acadêmica e profissional. Seja com gestos de carinho, palavras amigas ou simplesmente enviando pensamentos positivos. Devo dizer que não foi fácil, mas cada minuto de saudade da família, de amigos e das praias do meu Ceará valeu a pena.

Primeiramente, agradeço a Tia Diana e ao Tio Cris, meus pais de coração, por terem me acolhido como filha e estarem presentes em todos os momentos da minha vida. Aos meus irmãos Fernanda e Bruno, e aos meus cunhados Roberta e Freddy, que mesmo distantes fisicamente sempre se fizeram presentes em demonstrações de carinho e com palavras de incentivo nos momentos em que pensei desistir.

Ao amigos de longa data, Thaynara, Suzete, Raoni e Beto pelo carinho, amizade, companheirismo nos momentos de alegria e nos nem tão alegres assim.

Aos amigos que esses cinco anos de UNICAMP me proporcionaram, pessoas especiais que com certeza tornaram a vida longe de casa mais feliz, se fazendo família pelo companheirismo e carinho. À vocês, Milla, Allan, Lillo, Letícia, Marcela, Paulinha, Adja, Carol, Jean e Natália, meu muito obrigada.

Agradeço aos professores do Programa de Pós- Graduação em Ciência Política pelas aulas e conhecimentos aqui adquiridos. Aos companheiros de PolBras pelos encontros, cafés, bares e discussões acadêmicas.

Em especial, agradeço ao meu orientador Bruno Speck por ter me apoiado e incentivado nessa jornada tão importante. Agradeço toda a confiança que ele sempre depositou em mim, a leitura atenta e a dedicação com que sempre leu meus textos. Ao senhor, minha gratidão, respeito e admiração. Sem seu estímulo, paciência, generosidade e dedicação esse trabalho não teria sido possível, muito obrigada.

Agradeço a professora Luciana Santana e ao seu aluno Arthur Stuart por toda a ajuda na coleta de dados do estado de Alagoas.

Por fim, agradeço a CAPES, pelo apoio financeiro e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas por toda a infraestrutura que tornou este trabalho possível.

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em estudar os subsistemas partidários de cinco estados do Nordeste: Ceará, Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí e seus padrões de competição política para os cargos de Prefeito, Senador e Governador, no período de 1985 a 2012, visando identificar quem são as lideranças (partidos ou indivíduos) que dominam a política nesses cinco estados nordestinos e como competem entre si pelo poder. Também é objetivo desta pesquisa identificar o grau de personalismo na política nordestina, buscando identificar em que medida as lideranças políticas são mais fortes do que os próprios partidos políticos. O trabalho parte da hipótese de que a competição política nos subsistemas partidários do nordeste para os cargos majoritários (prefeitos das capitais, governador e senador), é polarizada por partidos conservadores sob a tutela das mesmas lideranças políticas por longos períodos. O estudo busca mostrar, a partir da classificação dos padrões de competição política em cada estado, que a política nordestina permanece com uma tradição familista até os dias atuais e de práticas ainda oligárquicas e clientelistas.

Palavras-Chave: Competição partidária; Nordeste; Oligarquias; Ciclos políticos; Personalismo.

Abstract

The central objective of this work is to study the party subsystems of five states in the Northeast of Brazil – Ceará, Alagoas, Bahia, Maranhão and Piauí – and their political competition standards for the positions of mayor, senator and governor, from 1985 to 2012, in order to identify who are the leaders (parties or individuals) who dominate politics in these five Northeastern states and how they compete for power. It is also an objective of this research to identify the degree of personality cults in Northeastern politics, seeking to identify to what extent political leaderships are stronger than the political parties themselves. This work is based on the hypothesis that political competition in the Northeastern party subsystems for the majority positions (mayors of the capitals, governor and senator) is polarized by conservative parties under the tutelage of the same political leaders for long periods. The study aims to show, from the classification of political competition standards in each state, that Northeastern politics keeps a familist tradition and oligarchical and clientelistic practices.

Keywords: Party competition; Northeast; Oligarchs; Political cycles; Personality cults.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 - O Sistema Político Partidário Brasileiro e Os Subsistemas Partidários do Nordeste	14
1.1 O Sistema Político Partidário Brasileiro: Do regime autoritário a redemocratização.....	15
1.2 O que a Literatura Diz Sobre o Sistema Político Partidário Brasileiro: Uma Breve Revisão	26
Capítulo 2 – O que a literatura fala sobre a competição política no Brasil e nos subsistemas partidários em eleições majoritárias	32
2.1 A competição política e os indicadores utilizados para medi-la	33
Capítulo 3 – O Contexto Político-eleitoral dos Estados do Nordeste	39
3.1 Ceará: Do Coronelismo a Política “moderna”.....	43
3.1.1. As eleições para o Executivo Municipal de Fortaleza (1985 a 2012).....	47
3.1.2. As eleições para o Executivo Estadual e para o Senado Federal no Ceará (1986 a 2010)	54
3.2. Alagoas: A terra dos marechais e suas candidaturas “açucaradas”.....	63
3.2.1 As eleições para o Executivo Municipal de Maceió (1985 a 2012)	65
3.2.2. As eleições para o Executivo Estadual e para o Senado Federal em Alagoas (1986 a 2010)	71
3.3 Bahia: De todos os Santos e do Carlismo.....	82
3.3.1. As eleições para o Executivo Municipal de Salvador (1985 a 2012)	84
3.3.2. As eleições para o Executivo Estadual e para o Senado Federal na Bahia (1986 a 2010)	95
3.4 Maranhão: O Maranhão Novo e a Oligarquia Sarney	106
3.4.1. As eleições para o Executivo Municipal de São Luís (1985 a 2012)	109
3.4.2. As eleições para o Executivo Estadual e para o Senado Federal no Maranhão (1986 a 2010)	117
3.5. Piauí: uma disputa política entre famílias.....	127
3.5.1 As eleições para o Executivo Municipal de Teresina (1985 a 2012).....	130
3.5.2. As eleições para o Executivo Estadual e para o Senado Federal no Piauí (1986 a 2010)	136

Capítulo 4 – Conclusões: Personalismo político, Padrões de Competição e Classificação dos Subsistemas Partidários Nordestinos.....	146
Referências Bibliográficas.....	153
Anexos 01 - Trajetória política das principais lideranças cearenses – candidatos/eleitos - (1985-2012).....	164
Anexos 02 - Trajetória política das principais lideranças alagoanas – candidatos/eleitos - (1985-2012).....	166
Anexos 03 - Trajetória política das principais lideranças baianas – candidatos/eleitos - (1985-2012).....	168
Anexos 04 - Trajetória política das principais lideranças maranhense – candidatos/eleitos - (1985-2012).....	171
Anexos 05 - Trajetória política das principais lideranças piauiense – candidatos/eleitos - (1985-2012).....	173

Introdução

O objetivo deste trabalho consiste em estudar os subsistemas partidários de cinco estados do Nordeste: Ceará, Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí e seus padrões de competição política para os cargos de Prefeito, Senador e Governador, no período de 1985 a 2012, visando mostrar a perpetuação de práticas oligárquicas por parte de suas elites políticas para se manter no poder por longos períodos. Ou seja, o trabalho buscar identificar quem são as lideranças (partidos ou indivíduos) que dominam a política nesses cinco estados nordestinos e como competem entre si pelo poder.

Também é objetivo desta pesquisa identificar o grau de personalismo na política nordestina, buscando identificar em que medida as lideranças políticas são mais fortes do que os próprios partidos políticos.

O trabalho parte da hipótese de que a competição política nos subsistemas partidários do nordeste para os cargos majoritários (prefeitos das capitais, governador e senador), é polarizada por partidos conservadores sob a tutela das mesmas lideranças políticas por longos períodos. Partimos da hipótese de que há baixa renovação dos atores políticos que competem para os cargos aqui analisados, onde as lideranças surgidas no processo de redemocratização do país – oriundas do PDS e do PMDB – permanecem no poder até os dias atuais e se revezam entre o executivo municipal, o executivo estadual e o senado.

O estudo busca mostrar, a partir da classificação dos padrões de competição política em cada estado, que a política nordestina permanece com uma tradição familista até os dias atuais e de práticas ainda oligárquicas e clientelistas.

A política nordestina é dominada por ciclos políticos em que cada estado conta no máximo com duas lideranças que se revezam no poder, ora se comportando como aliados, ora como adversários, mas todas oriundas basicamente do mesmo grupo político. Tal fato faz com que haja uma baixa renovação dos atores políticos que disputam uma vaga nas eleições majoritárias com reais chances de sucesso.

Na maioria dos casos, os grupos políticos são formados por famílias tradicionais de empresários que dominam a economia em cada estado e que repassam o poder aos filhos, irmãos, netos, cunhados ou parentes em geral.

A relevância do estudo aqui proposto reside na rarefação de análises sobre os padrões de competição eleitoral no âmbito das campanhas majoritárias, sobretudo,

em sistemas subnacionais e em especial relativa à Região Nordeste. Segundo Lima Jr., (1997), abordar o sistema político subnacional é importante devido à clara diferença existente entre os estados no que diz respeito ao desenvolvimento do quadro partidário e quanto aos resultados do processo decisório estadual.

A escolha pela Região Nordeste se deve ao fato de haver pouquíssimos estudos dedicados à compreensão do contexto político nordestino e de como se desenvolve sua elite e sistema políticos. Adotar como recorte de pesquisa a Região Nordeste implica compreender um pouco mais da política em uma região onde os estudos existentes se limitam a tratar e explicar o contexto local como produto do clientelismo e nada mais.

Ao fazer um estudo de caso de cinco estados do Nordeste brasileiro, pretende-se indicar possíveis caminhos a serem explorados pelos pesquisadores da política brasileira para a forma nordestina de fazer política e sua tradição familista.

Também por perceber uma carência na literatura existente é que se optou por estudar a trajetória política dos eleitos aos cargos de prefeito, governador e senador. Em geral, os estudos já realizados se dedicam a investigar padrões de competição na Câmara dos Deputados e em Assembleias Legislativas.

Assim, o estudo traz informações da trajetória política dos candidatos a prefeitos, governadores e senadores no período de 1985 a 2012. A partir dos resultados eleitorais do período acima citado, foi construído um banco de dados que coletou informações de tais indivíduos referentes aos cargos já disputados, cargos ocupados, suplência, idade, partidos pelos quais foram filiados e cidades em que se candidataram de 1982 a 2012.

No desenvolvimento desta pesquisa recorro a seguintes fontes: a) a literatura existente sobre competição política e sistemas partidários no Brasil; b) a informações sócio históricas do Ceará, Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí, visando caracterizar o espaço estudado e promover uma melhor compreensão de seu contexto político, tais informações foram coletadas a partir do site do IBGE e de artigos disponíveis no site do Observa Nordeste; c) acervos de jornais locais; d) sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's) com dados quantitativos sobre o número de candidaturas, partidos, cargos para os quais foram eleitos, número de votos, dentre outras informações. Todos os dados aqui apresentados foram retirados de tais sites, com exceção dos dados referentes às

eleições de 1985 e 1992¹, encontrados apenas no banco de dados do Cientista Político Jairo Nicolau, e apenas para os eleitos ao cargo de Prefeito nas capitais.

Além da presente introdução que busca fazer uma apresentação sobre o tema da pesquisa, expondo o processo de construção e delimitação do objeto, e apontando alguns fatos que fazem do estudo aqui proposto relevante, bem como a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, o estudo está estruturado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, inicialmente, resgatará um pouco da história política brasileira desde meados do final da década de 1970 até os dias atuais, visando mostrar as mudanças ocorridas no sistema político partidário brasileiro, tendo a pretensão de levantar subsídios teóricos necessários ao estudo dos subsistemas partidários, em especial os da Região Nordeste.

Privilegiaremos aqui a literatura mais recente sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro, a qual trata os partidos políticos como instituições consolidadas e afirmando que há certo grau de institucionalização no sistema brasileiro.

No segundo capítulo, proponho apresentar as teorias, no campo da Ciência Política, acerca dos estudos sobre competição política, tomando como referencial os estudos brasileiros considerados clássicos sobre o referido tema. Partiremos da análise do número efetivo de partidos e dos resultados eleitorais para os cargos de prefeito, governador e senador para traçar mais à frente o padrão de competição política dos subsistemas partidários nordestinos.

O terceiro capítulo trata do contexto político-eleitoral dos estados do Nordeste aqui analisados, visando apresentar um retrospecto do cenário político nos estados analisados para o período de 1985 a 2012 para os cargos de Prefeito das capitais, Governador e Senador. O capítulo busca identificar também se a política nordestina segue sendo uma oligarquia, com os partidos sendo uma extensão das tradicionais famílias políticas ou até que ponto essas oligarquias se transformaram, convivendo com estratégias partidárias modernas.

A escolha dos cinco estados aqui analisados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí) se deu de forma aleatória em função da dificuldade de acesso aos

¹ Para os anos de 1985 e 1992, foram encontrados apenas o nome e o partido dos prefeitos eleitos para as capitais. Não sendo possível dizer a porcentagens de votos válidos e nem quem foram os demais candidatos.

dados sobre a política nordestina. Dessa forma privilegiamos os estados com mais bibliográfica disponível (Ceará, Bahia, Maranhão e Piauí). O estudo sobre a política alagoana foi possível a partir da coleta de notícias em jornais locais, realizada em parceria com o aluno de iniciação científica da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Arthur Stuart e com a Professora Luciana Santana.

Além disso, a escolha por tais estados nos possibilitou uma mescla entre os estados nordestinos mais desenvolvidos economicamente (Bahia e Ceará, que em 2010 se encontravam entre os dez estados que detinham a maior participação no PIB nacional) e os mais atrasados economicamente e com os piores indicadores sociais do país (Alagoas, Maranhão e Piauí, em 2010, apresentavam os piores indicadores socioeconômicos do país e representavam menos de 1% em participação no PIB nacional).

No quarto e último capítulo apresento os padrões de competição política de cada estado nordestino e de que forma tal padrão influência na permanência de um caráter personalista da forma de fazer política nordestina. Bem como, são apresentadas as considerações finais da pesquisa e seus principais achados.

Capítulo 1 - O Sistema Político Partidário Brasileiro e Os Subsistemas Partidários do Nordeste

Muitos dos partidos políticos que compõem o atual sistema partidário brasileiro surgiram a partir da reforma política realizada em 1979 que pôs fim ao regime autoritário militar e ao bipartidarismo vigentes no país até então. Foi entre o final de 1979 e início de 1980 que nasceram PT, PDT e PTB, por exemplo. Nesse período também ocorreu a reorganização do MDB – transformando em PMDB – e da ARENA – transformando-se em PDS, como uma resposta às exigências da nova lei partidária². Os partidos acima citados juntamente com o PFL (hoje DEM) foram os responsáveis por compor o quadro partidário brasileiro da transição democrática.

Em 1985 houve uma nova reforma partidária que pôs fim a todas as limitações à livre organização de partidos políticos e que possibilitou a criação de partidos como o PSB, o PL, o PPS e o PCdoB. Foi durante a Constituinte de 1987 que surgiu outro importante partido que compõem até hoje nosso sistema partidário, o PSDB, formado a partir de dissidentes peemedebistas.

Assim tomando o ano de 1980 como marco inicial do atual sistema partidário, é possível observar que os principais atores partidários do nosso atual sistema estão há mais de 26 anos na disputa política, tempo mais que suficiente para que esses partidos se estruturassem enquanto organizações em todo o território nacional, construíssem suas identidades e criassem bases estáveis de apoio no eleitorado.

Este capítulo tem por objetivo, inicialmente, resgatar um pouco da história política brasileira desde meados do final da década de 1970 até os dias atuais, visando mostrar as mudanças ocorridas no sistema político partidário brasileiro e fazer um apanhado dos principais estudos sobre sistema partidário e partidos políticos, tendo a pretensão de levantar subsídios teóricos necessários ao estudo dos subsistemas

² A Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, restaurou o multipartidarismo no Brasil e determinou a extinção dos partidos políticos existentes à época. “Ficam extintos os partidos criados como organizações, com base no Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, e transformados em partidos de acordo com a Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, por não preencherem para seu funcionamento, os requisitos estabelecidos nesta lei.” Diante de tal determinação, a ARENA foi rebatizada de Partido Democrático Social (PDS) e o MDB passou a se chamar Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

partidários, em especial os da Região Nordeste, objeto de estudo do presente trabalho.

1.1 O Sistema Político Partidário Brasileiro: Do regime autoritário a redemocratização

No dia 31 de março de 1964 um golpe militar interrompe a trajetória democrática do Brasil, a qual já durava dezenove anos e depõe o presidente petebista João Goulart. Assim, entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil passou a viver sob o regime militar autoritário.

As primeiras ações do governo militar são uma tentativa de manter um viés democrático à experiência autoritária brasileira. Prova disso é o Ato Institucional nº 1 que ao mesmo tempo em que estabelecia eleição indireta para presidente, não alterava o calendário eleitoral para o governo dos estados. No entanto, o resultado do pleito de 1965 – eleições diretas para governador em onze estados, na qual o governo perdeu em quatro importantes capitais (Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso) – fez com que o então presidente general Castelo Branco abolisse o pluripartidarismo e reformulasse o sistema partidário. Através da decretação do Ato Institucional nº 2³ e do Ato Complementar nº 4⁴ se estabeleceu novas regras para a formação de partidos políticos no país. Estas medidas seriam as responsáveis pela instituição de um bipartidarismo, onde emergem como forças políticas a ARENA e o MDB, sendo a ARENA o partido que deteve o poder durante a maior parte do período autoritário.

A ARENA era composta, sobretudo por políticos vindos da UDN, estes representavam 90% dos filiados ao novo partido do governo. Também faziam parte da ARENA políticos oriundos do PSD (64,5% dos políticos desse partido) e do PTB (o correspondente a 30% de seus políticos) em menor escala. Já o MDB era composto essencialmente por políticos vindos do PTB (cerca de 70%), bem como de 10% de políticos discentes oriundos da UDN. (KINZO, 1993).

³ O AI-2 reforçava os poderes do presidente que poderia governar por decreto, dissolver o Congresso, cassar mandatos e suspender direitos políticos; tornava indireta a eleição para a presidência da República e extinguiu os partidos políticos existentes.

⁴ O AC-4 estabelecia que caberia aos membros do Congresso Nacional a iniciativa de criar os novos partidos políticos que disputariam as eleições de 1966. Os novos partidos deveriam contar com, no mínimo, 120 deputados federais e 10 senadores.

Também compuseram a ARENA e o MDB políticos oriundos de partidos como PSP, PDC, PST, PTN, PRT, PRP e PR, porém em menor proporção haja vista que muitos dos componentes desses partidos sofreram cassação de seus diretos políticos durante o regime militar. No tocante a esses partidos e ao realinhamento de seus políticos no sistema bipartidário, a grande maioria do PSP foi para a ARENA, no entanto com a cassação de seu líder Ademar de Barros, seus adeptos migraram para o MDB e lá permaneceram até a eleição de 1970, quando retornaram para a ARENA. Os membros do PDC e do PST em grande parte também foram para o partido do governo. Já os adeptos do PTN e do PRT se dividiram entre os dois partidos, e os do PL, PRP e PR foram na sua totalidade para a ARENA, enquanto que 2/3 dos membros do PSB para o MDB. (KINZO, 1993)

Em um primeiro momento, a tomada do poder pelos militares não representou uma ruptura total com o regime democrático anterior, haja vista que o Legislativo, o Judiciário, a Constituição e os partidos políticos não foram extintos, mas tiveram seus poderes restringidos; além disso, as eleições foram mantidas como forma de legitimar o regime recém-inaugurado, embora tenham sido mantidas sob o controle do governo militar.

Assim, podemos afirmar que tal regime se caracterizou por uma constante combinação entre momentos de intensa repressão, como na fase posterior à instituição do AI-2 e do AC-4, e momentos de relativa liberdade política, tal como a conjuntura em que se realizaram as eleições de 1974, quando a oposição teve acesso aos meios de comunicação e pôde fazer críticas ao governo.

Uma possível explicação para esse caráter híbrido do regime autoritário brasileiro se deve ao fato de que os militares tinham a necessidade de preservar a imagem brasileira perante os outros países democráticos, em especial os Estados Unidos.

O objetivo do governo ao criar um sistema bipartidário era facilitar sua ação junto ao Congresso. Os militares visavam, além de destruir as antigas identidades partidárias, criar um partido forte de apoio ao governo que estivesse comprometido com os ideais do movimento de 1964. Ao mesmo tempo, o governo se propunham a criar um partido de oposição que tivesse sua atuação limitada, visando garantir um caráter democrático ao sistema autoritário por ele criado.

Os primeiros anos do novo arranjo político representaram um período de domínio eleitoral da ARENA. Nas eleições de 1966 e 1970, a legenda elegeu praticamente dois deputados para cada um do MDB e oito senadores para cada um do MDB. No entanto, nas eleições de 1974 essa situação se altera. Com o início da abertura lenta e gradual proposta pelo Governo Geisel, as eleições se realizaram com relativa liberdade, os partidos passaram a ter acesso ao rádio e à TV. O MDB passou então, a adotar uma postura mais crítica e se aproximar de organizações da sociedade, como sindicatos e entidades estudantis. O resultado dessa abertura foi um aumento significativo da bancada do MDB no Congresso Nacional.

Nas eleições de 1978, o MDB continua em ritmo crescente no Congresso. No entanto, nessa eleição o regime tomou uma série de providências para deter esse crescimento da oposição, dentre elas podemos destacar a Lei Falcão⁵ e a figura do senador biônico⁶.

Os resultados das eleições de 1974 e 1978 fizeram com que o governo repensasse suas estratégias. Passaram a ver o bipartidarismo como uma estrutura falha para o regime autoritário, uma vez que as eleições haviam adquirido um caráter plebiscitário. O voto no MDB era um voto contra o governo e aumentava as chances de derrota da ARENA. A solução encontrada pelo regime foi dividir a oposição restabelecendo o multipartidarismo, iniciando assim o longo processo de transição política.

Assim como o período autoritário, o processo de redemocratização brasileiro também possui características que o torna singular se comparado aos de outros países latino-americanos. A transição democrática brasileira foi um processo lento e gradual de liberalização política, levando 11 anos para que os militares deixassem de vez o poder e mais cinco anos para que ocorressem eleições diretas para Presidente da República.

Segundo Kinzo (2001), o processo de transição democrática pode ser dividido em três fases:

⁵ Lei nº 6.339, de 1 de julho de 1976 que determinava que, na propaganda eleitoral, os partidos se limitassem a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral, bem como divulgar, pela televisão, sua fotografia, podendo ainda mencionar o horário e o local dos comícios.

⁶ O senador biônico era eleito indiretamente por um Colégio Eleitoral, de acordo com a Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977 (Pacote de Abril), outorgada no Governo Geisel. Os senadores biônicos foram eleitos em 1 de setembro de 1978 para um mandato de oito anos (1979-1987).

“A primeira, de 1974 a 1982, é o período em que a dinâmica política da transição estava sob total controle dos militares, mais parecendo uma tentativa de reforma do regime do que os primeiros passos de uma transição democrática de fato. A segunda fase, de 1982 a 1985, é também caracterizada pelo domínio militar, mas outros atores – civis – passaram a ter um papel importante no processo político. Na terceira fase, de 1985 a 1989, os militares deixam de deter o papel principal (apesar de manterem algum poder de veto), sendo substituído pelos políticos civis, havendo também a participação dos setores organizados da sociedade civil”. (KINZO, 2001, p. 4-5)

A primeira fase desse processo corresponder à ascensão do general Geisel à presidência da República, em 1974. Ao assumir o poder, Geisel deu início a uma política de distensão lenta e gradual no processo de liberalização política. O general revogou parcialmente a censura à imprensa e manteve as eleições legislativas de 1974.

A realização de tais eleições além de representar uma liberalização política por parte do governo resultou num excelente desempenho eleitoral da oposição ao regime. O MDB teve votação expressiva nessas eleições conquistando boa parte das vagas em disputa para o legislativo. Tal fato gerou grande descontentamento nos militares que faziam parte da linha dura, intensificando as pressões sobre o então presidente Geisel dentro das Forças Armadas. Numa tentativa de conter os ânimos revoltosos dos militares, o General puniu com a cassação do mandato alguns parlamentares opositores, alterou as leis eleitorais e procedimentos legislativos para controlar a oposição. (KINZO, 2001)

Ao final de 1978, um novo presidente toma posse, o general João Figueiredo, eleito de acordo com a determinação de Geisel e encarregado de dar continuidade à transição política iniciada em 1974. Nesse mesmo ano foi revogado o AI-5.

Figueiredo deu continuidade à política de liberalização de seu antecessor e a política econômica – pelo menos nos três primeiros anos de governo – por ele adotada de substituição de importações nos setores de matéria-prima e bens de capital numa tentativa de superar as consequências da primeira crise mundial do petróleo. No entanto, a situação econômica se agravou provocando um alto índice de desemprego e fazendo com que o então presidente mudasse radicalmente sua política econômica.

No ano seguinte, o Congresso Nacional aprovou a anistia permitindo assim à volta ao país e a cena política, os políticos exilados pelo regime militar, mesmo que

de maneira limitada. Também em 1979, foi sancionada uma nova lei partidária que pôs fim ao bipartidarismo criado em 1966. A lei nº 6.767 que propunha a extinção dos partidos políticos existentes e implantava novamente o pluripartidarismo no Brasil. Ou seja, o projeto do governo previa a extinção do MDB e da ARENA. O governo militar pretendia com tal reforma dividir a oposição e manter o controle sob a transição política. No entanto, os acontecimentos não corresponderam à perspectiva do governo, já que o MDB manteve sua postura de oposição apenas acrescentando a letra “P” ao início da legenda, passando a partir desse momento a se denominar PMDB, a ARENA, por sua vez, foi extinta e alguns de seus membros dissidentes formaram um novo partido, o Partido Democrata Social (PDS).

A segunda fase do processo de transição tem início em 1982 com a primeira disputa eleitoral após a volta ao multipartidarismo, na qual se disputou vagas para o Congresso Nacional, executivos estaduais (suspensas desde 1966), Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais; os governadores dos estados seriam eleitos pelo voto direto, e o próximo Congresso elegeria o futuro presidente da República via o Colégio Eleitoral. Tal eleição foi marcada pelo surgimento de novos partidos e por medidas impostas – que se convencionou chamar de Pacote de Novembro – pelo governo como uma tentativa de impedir o crescente domínio da oposição. Dentre as medidas estão: proibição de coligações partidárias; os partidos deviam lançar candidatos para todos os níveis (de vereadores a governadores); o voto devia ser vinculado, ou seja, voto dado a candidatos de diferentes partidos é considerado nulo.

O resultado das eleições de 1982 mostrou que as medidas impostas pelo governo tiveram relativa eficácia. O PDS obteve maioria no Congresso Nacional, o que lhe garantiu maioria no Colégio Eleitoral que iria eleger o próximo presidente da República. O PDS passou a dispor de 281 cadeiras no Congresso – sendo 46 no Senado e 235 na Câmara dos Deputados – enquanto o PMDB conseguiu obter 221 (21 no Senado e 200 na Câmara dos Deputados).

Um momento importante dessa segunda fase da transição política corresponde à tentativa do PMDB, em 1984, de mudar as regras para a sucessão presidencial que ocorreria em 1985 de modo indireto, através do Colégio Eleitoral. O partido propôs através do Deputado Federal Dante de Oliveira, uma emenda constitucional que restabeleceria o voto direto nas eleições presidenciais.

A campanha peemedebista pelas eleições diretas para presidente da República ficou conhecida como Diretas Já. Inicialmente de âmbito parlamentar, tal campanha ganhou as ruas do país, transformando-se num dos mais expressivos movimentos populares da história política do Brasil. Durante a campanha das Diretas Já foram realizadas várias manifestações públicas de apoio às eleições diretas. Uma das figuras de destaque deste movimento foi o líder peemedebista na época, Ulysses Guimarães, que ficou conhecido como “o senhor das Diretas”.

Para que tivesse a possibilidade de apresentar sua proposta de emenda constitucional ao Congresso Nacional, Dante de Oliveira teria que conseguir a assinatura de um terço dos representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Com a ajuda dos também deputados federais, na época, Domingos Leonelli e Freitas Nobre, Dante convocou uma reunião com a bancada do PMDB eleita em 1982 para apresentar sua proposta e convencer o partido de apoiá-lo. Ao final da reunião foi organizada uma comissão para mobilizar parlamentares em torno da temática das eleições diretas e da emenda. Dentre as ações desenvolvidas pelo PMDB para conseguir adeptos para a campanha está a realização de seminários, em vários estados do país, acerca das eleições diretas, afirmando que essa seria a saída possível para a crise econômica que assolava o país na época. Assim, o partido fez com que os debates acerca da crise econômica fossem intercalados com os debates sobre a realização de eleições diretas e conseguiu com que a campanha ganhasse cada vez mais adeptos não só entre os parlamentares, mas perante a população e a imprensa, que até então nunca tinha manifestado qualquer oposição ao regime autoritário.

Devido às crescentes manifestações populares em prol das Diretas Já, o então presidente da República, João Figueiredo, encaminhou ao Congresso, no dia 11 de abril de 1984 uma PEC que previa eleições diretas para presidente em 1988. Conhecida como Emenda Leitão, tal proposta serviu apenas para tumultuar os debates no Congresso nos dias que antecederam a votação da Emenda Dante de Oliveira – prevista para o dia 25 de abril de 1984, tendo sido retirada em junho de 1984 da pauta do Congresso.

No dia marcado para a votação da Emenda Dante de Oliveira, o Congresso inicia sua sessão às nove horas sob os olhares atentos de toda a população brasileira. O dia foi marcado por debates e pronunciamentos contra e favor da Emenda.

Apesar de toda a campanha feita por milhões de brasileiros e os esforços dos políticos peemedebistas e demais partidos de oposição, o então presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Flávio Marcílio, anunciou já na madrugada do dia 25 de abril para o dia 26 de abril que com 298 votos a favor, a Emenda Dante de Oliveira foi reprovada pela Câmara dos Deputados. Por apenas 22 votos, a oposição não conseguiu os 320 votos necessários à aprovação da proposta. Com a reprovação, a emenda foi arquivada e nem chegou a ser apreciada pelo Senado.

Após a derrota das Diretas Já, o PMDB adotou a estratégia de unir forças com políticos dissidentes do governo para dá continuidade a luta pela redemocratização do país e formou a Aliança Democrática. A proposta era a candidatura de Tancredo Neves para concorrer pela oposição na eleição pelo Colégio Eleitoral e em troca do apoio dos dissidentes à candidatura de Tancredo, o senador José Sarney foi escolhido para ser o candidato a vice-presidente da chapa. O PMDB saiu vitorioso dessa eleição conseguindo eleger o seu candidato Presidente da República.

Assim, mesmo com a rejeição da emenda Dante de Oliveira, os adeptos do movimento conquistaram uma vitória parcial com a eleição para presidente de Tancredo Neves, em 1985, pelo Colégio Eleitoral. Porém, poucos meses depois Tancredo Neves morre e José Sarney passa a ser o Presidente da República. O início do governo de José Sarney como presidente da República inaugura a terceira fase do processo de transição política.

O governo Sarney foi marcado por vários momentos de instabilidade política e econômica. O então presidente era *“uma figura política marcada por anos de vínculos com os militares, que assumia o poder sem o respaldo das urnas”* (KINZO, 2001, p. 7). Numa tentativa de acalmar os ânimos da oposição e da população em geral, Sarney intensificou o processo de democratização do país, dentre as medidas por ele adotadas está a revogação de todas as medidas que limitavam o direito de voto e de organização política e a promulgação de uma nova Constituição em 1988.

A nova Constituição foi uma vitória importante do governo Sarney no campo político, no entanto o governo enfrentava sérios problemas na esfera econômica. Numa tentativa de resolver a crise econômica que assolava o país, o governo implantou o Plano Cruzado⁷, que se valendo do tabelamento de preços, conseguiu

⁷ O Plano Cruzado promoveu o congelamento dos preços e salários pelo período de um ano. Tal medida

realizar uma discreta distribuição de renda e promover o aumento do consumo da população. No entanto, a grande euforia logo deu lugar a uma pane no setor de produção e a falta de produtos de primeira necessidade, instalando novamente o caos econômico no país.

Em mais uma tentativa de conter a grave crise econômica pela qual passava o Brasil, em novembro de 1986, Sarney lança o Plano Cruzado II, um pacote fiscal que tinha por objetivo controlar o déficit fiscal aumentando a receita tributária. Dentre as principais propostas do Plano Cruzado II estão: liberação dos preços do produtos e serviços; reajuste dos aluguéis a ser negociado entre proprietários e inquilinos; alteração do cálculo da inflação, que passaria a ter como base os gastos das famílias com renda de até cinco salários mínimos; aumento de impostos sobre bebidas e cigarros; aumento das tarifas de serviços públicos; aumento da carga fiscal. Tais medidas resultaram numa elevação desenfreada dos preços, no aumento da inflação e no fracasso do plano.

Em abril de 1987, o governo lança o Plano Bresser, que assim como os planos anteriores previa um congelamento dos preços e salários, porém com maior flexibilização dessas medidas previstas para durar 90 dias com reajustes periódicos. Entretanto, tal plano também não conseguiu solucionar a crise financeira e em janeiro de 1989 o governo lança mais um plano econômico na tentativa desesperada de controlar a inflação, o Plano Verão. Tal plano previa um novo congelamento dos preços e salários, a modificação dos rendimentos da caderneta de poupança, bem como a criação de uma nova moeda, o “Cruzado Novo”, que equivalia a mil cruzados. Tais medidas provocaram um desajuste nas cadernetas de poupança com perdas que chegaram a 20,37% e a permanência de altos índices de inflação. O ano de 1989 era o primeiro ano de eleições diretas para presidente da República e diante da crise econômica em que o país se encontrava, os brasileiros foram às urnas com a esperança de eleger um candidato, através de voto direto, que pudesse resolver a crise econômica que tomava conta do país. Nesse sentido, mais de 72 milhões de eleitores foram às urnas e elegeram o candidato Fernando Collor de Mello um pequeno partido, o PRN, presidente da República que em segundo turno venceu o

causou um efeito imediato no que se refere ao controle da inflação e ao aumento do poder aquisitivo da população, mas depois de muita euforia a inflação voltou a crescer.

candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Tal eleição marcou o fim do longo processo de transição política democrática por que passou o Brasil no período de 1974 a 1989.

O processo de transição política brasileira do regime autoritário para o regime democrático em que vivemos teve início no Governo Geisel através de uma política de distensão e se sucedeu no Governo Figueiredo através de uma abertura política, tendo seu desenlace nas eleições presidenciais de 1989. Tal eleição foi a primeira vez que após um período autoritário se disputou posições eletivas de significado nacional sob regras de competição definidas e realmente competitivas (FERREIRA, 1991).

O período de transição representa algumas mudanças no jogo político brasileiro vigente no regime autoritário, tais como: a anistia, a revogação do Ato Institucional nº 5 e, principalmente a partir da segunda metade dos anos 70, uma maior tolerância em relação aos movimentos de reivindicação da sociedade civil (FERREIRA, 1991).

É possível destacar o processo eleitoral como a arena mais importante nesses período de transição, uma vez que é dentro desse campo que se travaram as lutas entre governo e oposição. Foi através do voto no MDB, partido que fazia oposição ao regime autoritário, que a população pôde demonstrar sua insatisfação com governo.

O ano de 1980 pode ser identificado como o ponto de referência inicial do sistema multipartidário brasileiro. Data daquele ano o processo de criação de novos partidos, resultado da reforma partidário de 1979 (Lei nº de 6767), que pôs fim ao bipartidarismo vigente durante o regime autoritário. O retorno ao pluripartidarismo, por um lado, possibilitou a criação e organização de novos partidos, a emergência de um ambiente político mais competitivo e diversificado, portanto, mais condizente com o processo de transição política então em curso. Por outro lado, foi parte integrante da estratégia deliberada do regime autoritário de dividir a oposição aglutinada no MDB.

Atualmente o sistema partidário brasileiro é composto por 35 partidos políticos com registro no Tribunal Superior Eleitoral. O quadro abaixo traz quem são esses partidos e seu ano de fundação.

Tabela 1. Partidos Políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral

Sigla	Nome	Ano de Fundação
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	1980
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	1980
PDT	Partido Democrático Trabalhista	1980
PT	Partido dos Trabalhadores	1980
PFL/DEM	Partido da Frente Liberal/Democratas	1985
PCdoB	Partido Comunista do Brasil	1985
PSB	Partido Socialista Brasileiro	1985
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	1988
PTC	Partido Trabalhista Cristão	1990
PSC	Partido Social Cristão	1990
PMN	Partido da Mobilização Nacional	1990
PRP	Partido Republicano Progressista	1991
PPS	Partido Popular Socialista	1992
PV	Partido Verde	1993
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil	1994
PP	Partido Progressista	1995
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	1995
PCB	Partido Comunista Brasileiro	1996
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	1997
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	1997
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	1997
PCO	Partido da Causa Operária	1997
PTN	Partido Trabalhista Nacional	1997
PSL	Partido Social Liberal	1998
PRB	Partido Republicano Brasileiro	2005
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	2005
PR	Partido da República	2006
PSD	Partido Social Democrático	2011
PPL	Partido Pátria Livre	2011
PEN	Partido Ecológico Nacional	2012
PROS	Partido Republicano da Ordem Social	2013
SD	Solidariedade	2013
NOVO	Partido Novo	2015
REDE	Rede Sustentabilidade	2015
PMB	Partido da Mulher Brasileira	2015

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Seção de registro de partidos.

Dos 35 partidos políticos registrados no TSE, vinte e seis possuem representação na Câmara dos Deputados e apenas dezesseis partidos possuem representação no Senado Federal. Conforme mostra a tabela acima, a década de 90 foi o período em que o TSE mais concedeu registro a partidos políticos.

Ferreira, Batista e Stabile (2008), afirmam que o elevado número de partidos políticos criados até a metade dos anos 90, se deve, em grande parte, ao

processo de rearranjo que as elites partidárias passaram nesse período, devido a reforma dos partidos políticos.

“Em nosso entendimento esse boom na criação de novos partidos até o início dos anos noventa pode ser explicado, em grande parte, pelo hiperativismo das elites partidárias diante de um processo de rearranjo das forças políticas após a reforma de partidos. O processo de transição política é um elemento a ser agregado a essa explicação; nesse período, um novo cenário político e institucional estava sendo implementado no país, o que explica, pelo menos em parte, o realinhamento das várias forças políticas. Além disso, outros fatores, como uma legislação partidária e eleitoral permissiva, acabaram por incentivar a criação de novos partidos (NICOLAU, 1996; KRAUSE e PAIVA, 2002)” (FERREIRA, BATISTA E STABILE, 2008, p. 436)

No caso dos estados nordestinos aqui analisados, temos que PMDB, PSDB, PFL/DEM e em menor escala PT e PSB, são os partidos que mais ocuparam os cargos de prefeito das capitais, governador e senador, ao longo do período estudado. Diminuindo assim, consideravelmente o número de partidos que de fato participação da competição eleitoral.

Tabela 2. Partidos que ocuparam cargos em AL, BA, CE, MA, PI (1985-2012)

Eleição	ALAGOAS			BAHIA			CEARÁ			MARANHÃO			PIAUI		
	Pref.	Gov.	Sen.	Pref.	Gov.	Sen.	Pref.	Gov.	Sen.	Pref.	Gov.	Sen.	Pref.	Gov.	Sen.
1985	PMDB			PMDB			PT			PDS			PMDB		
1986		PMDB	PFL		PMDB	PMDB		PMDB	PMDB		PMDB	PFL		PMDB	PMDB/PFL
1988	PFL			PMDB			PMDB			PMDB			PMDB		
1990		PSC	PFL		PFL	PFL		PSDB	PSDB		PFL	PDC		PFL	PDS
1992	PSB			PSDB			PMDB			PSB			PSDB		
1994		PMDB	PMDB/PSDB		PFL	PFL		PSDB	PSDB/PDT		PFL	PFL		PMDB	PFL
1996	PSB			PFL			PMDB			PDT			PSDB		
1998		PSB	PT		PFL	PFL		PSDB	PSDB		PFL	PMDB		PMDB	PMDB
2000	PSB			PFL			PMDB			PDT			PSDB		
2002		PSB	PMDB/PSDB		PFL	PFL		PSDB	PSDB/PPS		PFL	PFL		PT	PMDB/PFL
2004	PDT			PDT			PT			PDT			PSDB		
2006		PSDB	PRTB		PT	PDT		PSB	PCdoB		PDT	PTB		PT	PTB
2008	PP			PMDB			PT			PSDB			PSDB		
2010		PSDB	PMDB/PP		PT	PT/PSB		PSB	PMDB/PT		PMDB	PMDB		PSB	PT/PP
2012	PSDB			DEM			PSB			PTC			PSDB		

Fonte: Elaboração própria.

Na seção seguinte, fazemos um breve apanhado da literatura produzida acerca do sistema político partidário brasileiro. Privilegiaremos aqui a literatura mais recente sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro, a qual trata os partidos políticos como instituições consolidadas e afirmando que há certo grau de institucionalização no sistema brasileiro.

1.2 O que a Literatura Diz Sobre o Sistema Político Partidário Brasileiro: Uma Breve Revisão

Os estudos sobre o sistema partidário brasileiro têm centrado suas discussões em torno da consolidação do sistema partidário atual: a fragilidade ou não dos partidos, a fragmentação excessiva ou não do sistema partidário, o impacto de tais fatores sobre o funcionamento do governo democrático, sendo assim realizados diversos estudos para examinar os partidos políticos e o sistema partidário em suas arenas de atuação (Kinzo & Braga, 2007).

Abranches, 1988; Meneguello, 1998; Amorim Neto, 1995; Limongi e Figueiredo, 1999, para citar apenas alguns, são estudos que tratam dos partidos na arena governativa e parlamentar, analisando seu desempenho no Legislativo e nas esferas de governo. Já os estudos de Lima Jr., 1993; Kinzo, 1993; Nicolau, 1996; Mainwaring, 2001; Carreirão, 2002 e Braga, 2006 a partir da análise dos resultados eleitorais, buscam identificar as tendências eleitorais ao longo do tempo, o impacto do sistema eleitoral sobre o sistema partidário, os padrões de mudança e de competição partidária e as perspectivas de consolidação do quadro partidário brasileiro.

No entanto, poucos são os trabalhos que se dedicam ao estudo dos subsistemas partidários (estaduais e municipais) e a como se estabelece seus padrões de competição, bem como de que forma tais padrões influenciam a carreira seguida pelos políticos e as migrações partidárias. É com a preocupação de contribuir para o entendimento desses subsistemas e de sua dinâmica que o presente estudo se dedica, mais especificamente para o entendimento dos subsistemas partidários nordestinos.

Os estudos sobre sistema partidário brasileiro podem ser divididos em dois grupos: os estudos realizados nos primeiros anos após a redemocratização – nos quais os partidos são vistos como organizações desordenadas e que não despertavam credibilidade na população, mostrando assim, uma debilidade institucional, fruto da recente redemocratização; e os estudos realizados a partir da segunda metade da década de 1990 – nos quais os partidos políticos são vistos como organizações mais fortes e o sistema partidário como tendo se tornado mais organizado.

O sistema político brasileiro é caracterizado por Mainwaring (1991) como um sistema composto por um excessivo número de partidos políticos, sem

enraizamento social e com alto índice de fragmentação partidária. Os partidos seriam pouco coesos, indisciplinados e organizados fundamentalmente para atender interesses pessoais de alguns líderes.

Alguns estudos têm apontado a ação de um poder executivo forte e centralizador que atuaria no sentido de inibir a ação dos partidos políticos. Nessa direção, Lamounier e Meneguello (1986), ao discutirem a instabilidade e a debilidade partidária brasileira, asseveram que um dos aspectos da formação do Estado no Brasil foi uma política deliberada tanto de obstruir o fortalecimento dos partidos nacionais quanto de poder entrar em competição com o poder central. Assim, afirmam que essa política levou à fragmentação e atrofia não só os partidos com perfil classista, ideológico ou religioso, bem como os partidos tradicionais.

Para Mainwaring (1995), os traços mais distintivos do subdesenvolvimento partidário no Brasil são a fragilidade dos partidos políticos, suas fracas raízes sociais, seu caráter efêmero e a autonomia desfrutada pelos membros dos partidos catch all em relação às organizações partidárias.

Algumas interpretações ainda agregam outros elementos como mecanismos explicativos para a debilidade partidária brasileira, entre eles o arcabouço institucional – particularmente o sistema eleitoral e o presidencialismo -, que dificultaria o fortalecimento dos partidos políticos. A ideia é a de que o sistema eleitoral, em face do sistema de listas abertas, não corrobora para que os partidos balizem as disputas eleitorais, além de acentuar a competição interna nas próprias organizações partidárias. O presidencialismo, por sua vez, favorece o personalismo, fazendo com que os candidatos, e não os partidos políticos, sejam os elementos estruturantes dos embates eleitorais.

Conforme aponta Meneguello (1998), o processo de democratização reintroduziu novos elementos na dinâmica das relações dos partidos políticos com o Estado, no que diz respeito ao acesso eleitoral dos partidos políticos na esfera do governo federal, abrindo novas perspectivas de análise e um redimensionamento para o desenvolvimento partidário no período pós-1985.

Kinzo (1990) busca a partir da experiência brasileira da Assembleia Constituinte, identificar os fatores que contribuíram para a instabilidade do quadro partidário brasileiro no período de redemocratização. Para a autora, um dos principais fatores de instabilidade do sistema político brasileiro está no fato de que a experiência

autoritária brasileira se caracterizou como um regime autoritário de perfil moderado, uma vez que, ao mesmo tempo em que os militares reformularam o sistema partidário brasileiro, extinguindo o multipartidarismo e as eleições, eles mantiveram algumas instituições políticas democráticas. Kinzo conclui que mesmo o sistema partidário brasileiro não estando consolidado, os partidos políticos desempenharam importante papel no processo de transição democrática e no desenvolvimento dos trabalhos na Assembleia Constituinte.

Para Lamounier (1989) e Kinzo (1993), o sistema partidário brasileiro e os partidos políticos que dele fazem parte, tiveram como momento de grande importância os anos de 1979 e 1980, uma vez que em 1979 ocorre a reforma partidária (Lei nº 6.767) que colocou fim ao bipartidarismo vigente durante o regime militar, e que o ano de 1980 é marcado como o início do sistema multipartidário que resultou na criação e organização de novos partidos, tornando o ambiente político mais competitivo e diversificado.

Segundo Mainwaring (2001) até meados de 1995, a literatura especializada via o sistema partidário brasileiro a partir dos efeitos que o sistema eleitoral e seus diferentes elementos exercem sobre a constituição e o comportamento dos partidos, não apenas no mercado de votos, mas no Congresso. Dentre as particularidades que caracterizam o sistema partidário brasileiro está o Presidencialismo de coalizão, o qual combina representação proporcional, pluripartidarismo congressional, bicameralismo e federalismo, de modo que, nele, a sustentação do governo e a constituição do ministério envolvem coalizões muito grandes e, em regra, superdimensionadas, uma vez que, seu cálculo deve incluir não só o apoio partidário-congressual, que compreende o espectro de partidos necessários para a constituição da maioria na Câmara e no Senado, mas também o apoio regional, pelos Estados e pelos governadores, do governo presidencial.

De um modo geral, a literatura sobre o atual sistema partidário brasileiro, afirma que este passou por três fases distintas. Na primeira fase, tal sistema era composto de dois partidos. Entre 1985 e 1990, iniciou-se um processo de desconstrução da matriz bipartidária, que resultou na criação de novos partidos no Congresso Nacional. Assim, a segunda fase tem início no final dos anos 1980 e na primeira metade dos anos 1990, com a criação e fusão de partidos menores, tornando-se um sistema multipartidário. Nicolau (1996) caracteriza esse período como sendo

um momento de equalização das forças partidárias e pela presença de agremiações de médio porte. A terceira e última fase corresponde ao período entre o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, no qual para Melo (2006) há uma estabilização, embora relativa, do sistema partidário nacional. De acordo com o autor, nossos partidos continuam institucionalmente frágeis.

No entanto, há estudos como os de Lavareda (1991), Figueiredo e Limongi (1995 e 1999) e Meneguello (1998) que apresentam uma “visão positiva” dos partidos políticos e do sistema partidário brasileiro como um todo. Lavareda (1991) aponta para uma consolidação do sistema partidário brasileiro. Figueiredo e Limongi (1995 e 1999) mostram a disciplina partidária nas votações legislativas, enquanto Meneguello (1998) aponta a importância exercida pelos partidos políticos na atividade governamental do período 1985-1997.

Segundo Octavio Amorim Neto (2003), há um intenso debate na literatura acadêmica a respeito de qual é a verdadeira natureza dos arranjos multipartidários que se observam no presidencialismo brasileiro. Para o autor, verifica-se no Brasil uma substancial variação no tipo de governo que podem formar os nossos presidentes. Podemos ter tanto coalizões sólidas quanto frouxas, ou mesmo não ter governo de coalizão.

Alguns autores, como Figueiredo e Limongi (1995), afirmam que temos coalizões governativas tão sólidas e eficazes quanto aquelas encontradas no parlamentarismo europeu. Segundo Limongi (2006), o que distinguiria o Presidencialismo de coalizão seria o critério particular usado para a formação da base parlamentar de apoio ao presidente, ou seja, o fato de ela não poder ser estritamente partidária. Deve-se levar em consideração também a necessidade de atender ao critério regional, o qual se deve à heterogeneidade social do país, ao federalismo e ao poder dos governadores. Outros autores, como Abranches (2003) e Mainwaring (2001), consideram que tais coalizões são relativamente frouxas e menos eficazes.

Para Abranches (2003), a lógica de formação das coalizões envolve três momentos típicos: primeiro, a constituição da aliança eleitoral, que requer negociação em torno de diretivas programáticas mínimas, usualmente amplas e pouco específicas, e de princípios serem obedecidos na formação do governo, após a vitória eleitoral; segundo, a constituição do governo, no qual predomina a disputa por cargos e compromissos relativos a um programa mínimo de governo, ainda bastante

genérico; e por fim, a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, quando emerge o problema da formulação da agenda política.

Ainda segundo Abranches (2003), a coalizão pode se romper de duas maneiras: pelo abandono dos parceiros menores, situação na qual o presidente passa a contar apenas com seu partido e é forçado a alinhar-se com suas posições majoritárias; ou pelo rompimento do presidente com seu partido, que o deixa em solitário convívio com partidos minoritários e a cujos quadros são estranhos.

Fabiano Santos (2003) afirma que no presidencialismo de coalizão, o presidente organiza sua base de sustentação através da distribuição de postos na estrutura do Executivo e verbas orçamentárias aos grandes partidos, e estes garantem os votos necessários à aprovação do programa de governo. Santos busca a explicação para esse fato na natureza da transição democrática pela qual o país passou de meados da década de 80 até a promulgação da nova Constituição em 1988. Vale lembrar que, no Brasil, a transição para o regime democrático ocorreu a partir de limites estabelecidos por agentes políticos que apoiavam o regime autoritário anterior. Ou seja, a passagem do regime autoritário para o democrático não alterou a natureza do processo de produção de políticas públicas. O regime autoritário era caracterizado por uma alta concentração de poder decisório no Executivo e tal característica permaneceu ao longo de todo o processo de redemocratização. Dentro desse contexto do presidencialismo de coalizão, os partidos políticos têm como objetivo principal maximizar votos para obter cargos, e obter cargos tendo em vista aumentar as chances de conquistar cadeiras e postos no Executivo.

Segundo Castro (2007), a instabilidade do quadro brasileiro teria origem no nível institucional e nas ações das elites políticas. Fatores para essa instabilidade são: sucessivas mudanças do sistema partidário brasileiro – registrados no processo de democratização pós-ditadura militar -, e o constante deslocamento dos políticos entre os partidos – muitas vezes de posição programática divergente. Essa instabilidade, então, dificulta para os eleitores das massas populares identificarem formas partidárias estáveis, mesmo que no âmbito de atuação parlamentar o partido possa funcionar de forma coesa. Entretanto, outras interpretações do sistema político partidário (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2005) defendem que as distorções institucionais são corrigidas pelos próprios mecanismos constitucionais.

O sistema partidário brasileiro tem como característica marcante sua fragmentação. A prioridade da política no Brasil aponta para interesses específicos de representação política: formação de maioria e a governabilidade. Na realidade brasileira, os partidos perdem força como organização, pois aumentam os grupos de pressão que buscam alternativas de representação por vias não institucionais. Por outro lado, ainda são os partidos políticos os detentores legítimos (através da legalidade) da representação.

Capítulo 2 – O que a literatura fala sobre a competição política no Brasil e nos subsistemas partidários em eleições majoritárias

Neste capítulo, proponho apresentar as teorias, no campo da Ciência Política, acerca dos estudos sobre competição política, tomando como referencial os estudos brasileiros considerados clássicos sobre o referido tema.

Adotamos a visão Schumpeteriana de competição política/eleitoral, segundo a qual está relacionada a luta intralites políticas que buscam a prevalência do voto popular para conquistar o poder público. Ou seja, está pautada na disputa da classe política, em uma democracia representativa, pela preferência do eleitorado durante o processo de seleção dos seus governantes.

Conforme visto no capítulo anterior, o Brasil possui uma grande quantidade de siglas partidárias concorrendo a cargos no Executivo. Isso se deve as regras eleitorais vigentes que afetam a disputa política ao produzirem um contexto de razoável liberdade de organização e de participação na disputa para os agentes políticos distintos entre os estados, onde dependendo de variáveis contextuais específicas acabam por produzir um padrão de competição distinto em cada estado.

De acordo com Braga e Kinzo (2007), o sistema eleitoral brasileiro é um sistema híbrido, ou seja, ao mesmo tempo em que possui regras como o sistema de representação proporcional e a permissão de coligações eleitorais, permitindo grande liberdade de participação dos agentes políticos, possui também regras como o sistema majoritário na eleição para os executivos nacional, estadual e municipal e a exigência de organizações partidárias em bases nacionais constroem a disputa política.

Segundo a literatura existente, há diversas formas de se medir a competitividade nos sistemas políticos, devido a tamanha diversidade não é raro confundir ou interpretar erroneamente os fenômenos dos subsistemas partidários. Tendo esse fato em mente, optamos por nesse capítulo dedicar algumas linhas para esclarecer os indicadores que utilizaremos para medir e classificar os padrões de competição nos subsistemas nordestinos aqui analisados.

Dessa forma, apresentaremos a seguir o que a literatura fala e como conceitua a fragmentação partidária e o número efetivo de partidos. Posteriormente, no capítulo quatro apresentaremos, novamente, os valores de cada um desses indicadores para os estados do Ceará, Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí, buscando

compreender como tais variáveis interferem nesses subsistemas aproximando-os ou causando padrões de competição divergentes.

2.1 A competição política e os indicadores utilizados para medi-la

A estabilização da competição partidária é um indicador fundamental de consolidação de um sistema partidário, uma vez que haveria certa previsibilidade sobre os principais competidores e sobre os resultados associados a seus apoios anteriores. Nesse sentido, uma democracia para ser consolidada, implica a emergência de um padrão de competição mais ou menos estável.

Para Mainwaring e Torcal (2005), o primeiro sinal da institucionalização de um sistema partidário é “a regularização dos padrões de competição partidária” (MAINWARING E TORCAL, 2005, p. 255).

De acordo com Kinzo (2007), os partidos políticos são instituições que surgiram como produto da ação de atores políticos nas arenas decisórias e eleitoral, devendo por isso, o sistema partidário brasileiro ser avaliado tanto em sua eficácia em manter a governabilidade democrática como em sua capacidade de estrutura a competição eleitoral. A autora destaca o papel dos partidos como agentes que organizam o processo eleitoral.

O indicador número efetivo de partidos⁸ foi desenvolvido por Laakso e Taagepera (1979) e nos ajuda a acompanhar a evolução dos subsistemas partidários, uma vez que é capaz de incluir na análise dos sistemas partidários todas as organizações e não apenas as relevantes. Assim, esse indicador nos fornece um parâmetro mais exato para a utilização do critério numérico para a tipificação dos quadros partidários. A tabela a seguir traz o número efetivo de partidos que participaram nas eleições para prefeito das capitais dos estados nordestinos analisados.

Tabela 3 – Número Efetivo de Partidos – Eleições Municipais (1985-2012)

Capitais/UF	1985	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	MÉDIA
Fortaleza/CE	3,4	4,2	- * ⁹	2,2	3,7	5,0	2,9	5,0	3,8
Maceió/AL	2,8	2,7	- *	4,2	3,5	3,3	1,4	2,7	2,9

⁸ O NEP é obtido a partir do cálculo da fração de votos obtida por cada partido numa dada eleição, posteriormente, eleva-se ao quadrado as porcentagens obtidas de cada partido, as somando no final. Para tornar mais fácil a interpretação, Laakso e Taagepera sugerem o cálculo (1/soma). Os valores obtidos variam de zero a um, onde zero significa baixa fragmentação.

⁹ Não apresentamos o cálculo do número efetivo de partidos para as eleições de 1992, devido à ausência dos resultados eleitorais para esta eleição.

Salvador/BA	2,3	2,3	- *	2,7	2,3	3,3	3,7	3,0	2,8
São Luís/MA	3,4	- *	- *	2,6	2,5	2,6	3,1	3,8	3,0
Teresina/PI	2,4	3,4	2,2	2,9	2,0	3,1	1,7	3,4	2,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Como podemos ver na tabela, dentre as capitais analisadas, Fortaleza é a que apresenta a maior média do número efetivo de partidos no período, com uma média de 3,8 partidos políticos concorrendo ao Executivo municipal. Tendo sido as eleições de 2004 e 2012 as que tiveram o maior número de partidos efetivos concorrendo (5 partidos). Ao contrário do que acontece na capital cearense, em Teresina encontramos a menor média do número efetivo de partidos para o período, 2,6 partidos concorrendo efetivamente para a Prefeitura da capital piauiense. A eleição de 2008 foi a que apresentou o menor número de partidos concorrendo efetivamente (1,7 partidos).

Quando olhamos para o cargo de governador os papéis entre Ceará e Piauí se invertem, com o estado piauiense apresentando a maior média para o número efetivo de partidos – 2,4 partidos – e o Ceará a menor, com 2,2 partidos. Mesma média de Alagoas e Bahia. Conforme é possível observa a partir dos dados da tabela abaixo, os números efetivos de partidos para a eleição ao executivo estadual não variam muito entre os estados e ao longo do período analisado, fato que nos faz crer reforçar nossa hipótese de que a competição política nesses estados é dominada pelas mesmas lideranças políticas por um longo período de tempo, formando o que chamaremos aqui de ciclos políticos longevos.

Tabela 4 – Número Efetivo de Partidos – Eleições Governo Estadual (1986-2010)

Capitais/UF	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	MÉDIA
Ceará	1,9	2,2	2,2	2,1	2,8	1,9	2,2	2,2
Alagoas	2,1	2,2	1,5	2,0	2,2	2,4	3,0	2,2
Bahia	1,8	2,6	2,9	1,8	2,2	2,1	2,1	2,2
Maranhão	1,4	2,7	2,8	1,9	2,2	2,7	2,6	2,3
Piauí	2,1	2,2	2,7	2,6	2,1	2,1	2,8	2,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Se compararmos os valores obtidos para os executivos municipal e estadual no período, temos que a disputa para o executivo municipal se mostra mais competitiva – sobretudo em Fortaleza e São Luís, com 3,8 e 3 partidos respectivamente – e apresenta maior variação entre eleições. Os números para o executivo estadual de modo geral permanecem constante ao longo das eleições em todos os estados. Tal fato nos leva a supor que o executivo municipal se mostra mais

favorável a entrada para novos atores políticos e dificulta a permanência do mesmo grupo político por longos ciclos.

Os maiores índices na disputa para o Senado Federal são encontrados no Ceará e Piauí, ambos com uma média de 3 partidos efetivamente concorrendo a uma vaga. O Maranhão é o estado onde encontramos a menor média, 2,3 partidos.

No Ceará, as eleições de 1994 e 2002 foram as que apresentaram o maior número efetivo de partidos concorreram a uma vaga ao Senado Federal – 4,8 e 4,2, respectivamente. Já no Piauí, as eleições de 1998 e 2002 foram as que tiveram o maior número efetivo, 4,2 partidos em ambas.

Tabela 5 – Número Efetivo de Partidos – Eleições Senado Federal (1986-2010)

Capitais/UF	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	MÉDIA
Ceará	2,4	2,2	4,8	2,0	4,2	2,0	3,3	3,0
Alagoas	2,1	2,0	4,6	2,2	2,9	2,7	3,6	2,9
Bahia	2,4	2,9	2,7	1,7	2,5	2,6	4,2	2,7
Maranhão	1,7	2,2	2,5	2,2	2,4	3,0	2,3	2,3
Piauí	2,8	2,4	2,5	4,2	4,2	2,0	3,2	3,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Retomaremos os resultados para o número efetivo de partidos no capítulo quatro, buscamos explicá-los melhor a partir da ideia de ciclos políticos e da análise do contexto e resultados eleitorais em tais unidades federativas, que será realizado no próximo capítulo.

Ainda com o objetivo de sistematizar as diferenças e convergências dos subsistemas, os classificamos por número médio de partidos efetivos, de acordo com a tabela abaixo, dividindo-os em classes de quadros partidários a partir do critério numérico.

Tabela 6 – Número Médio de Partidos Efetivos

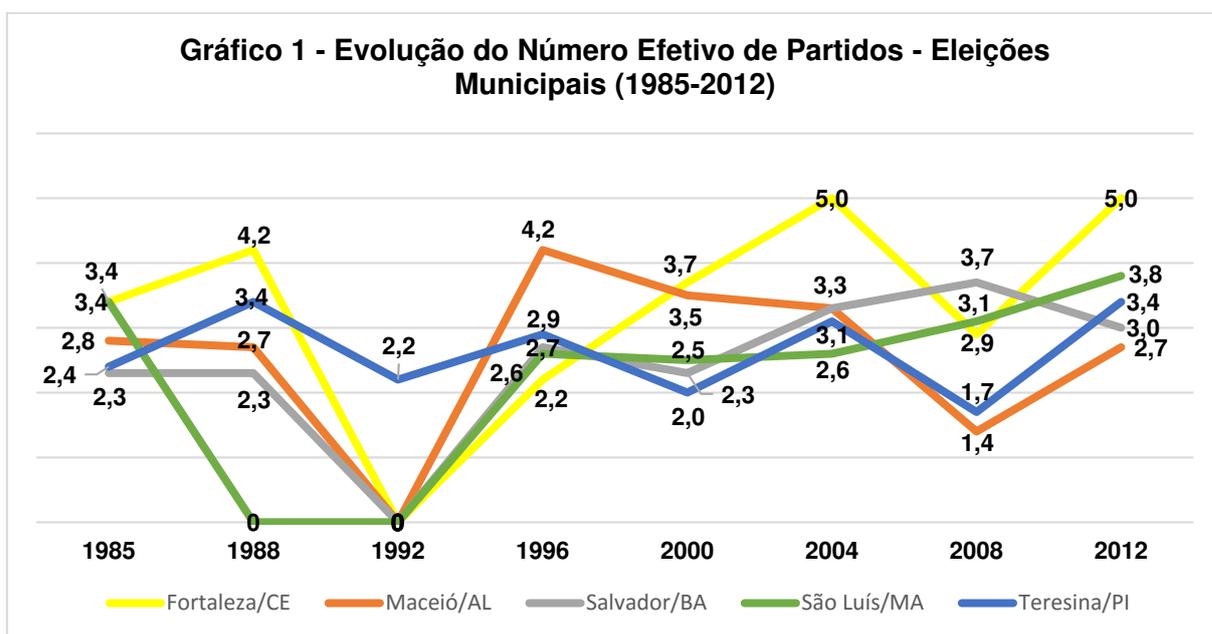
Classe de Partidos Efetivos	Estados		
	Prefeito	Governador	Senador
Único (de 1 a 1,4 partidos)	-	-	-
Polarizado (de 1,5 a 2,5 Partidos)	-	CE, AL, BA, MA, PI	MA
Fragmentado (acima de 2,5 Partidos)	CE, AL, BA, MA, PI	-	CE, AL, BA, PI

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a tabela acima, os subsistemas partidários estudados encontram-se, no tocante ao número efetivo de partidos na disputa, fragmentados para o executivo municipal de suas capitais e para o Senado. No caso da disputa

senatorial, apenas o Maranhão se enquadra na classe polarizada de partidos efetivos. Já as disputas para o executivo estadual são polarizadas em todos os cinco estados. Nenhum dos estados analisados apresentou a predominância de partidos único.

Acreditamos que é necessário olhar individualmente para o número efetivos de partidos em cada um dos estados e para cada um dos cargos analisados. Isso nos permitirá observar se o número efetivo de partidos se mantém estável ao longo do período analisado ou se há momentos de alta ou baixa, ficando assim mais fácil identificar que tendências podem ser encontradas nos subsistemas partidários.



Fonte: Elaboração própria.

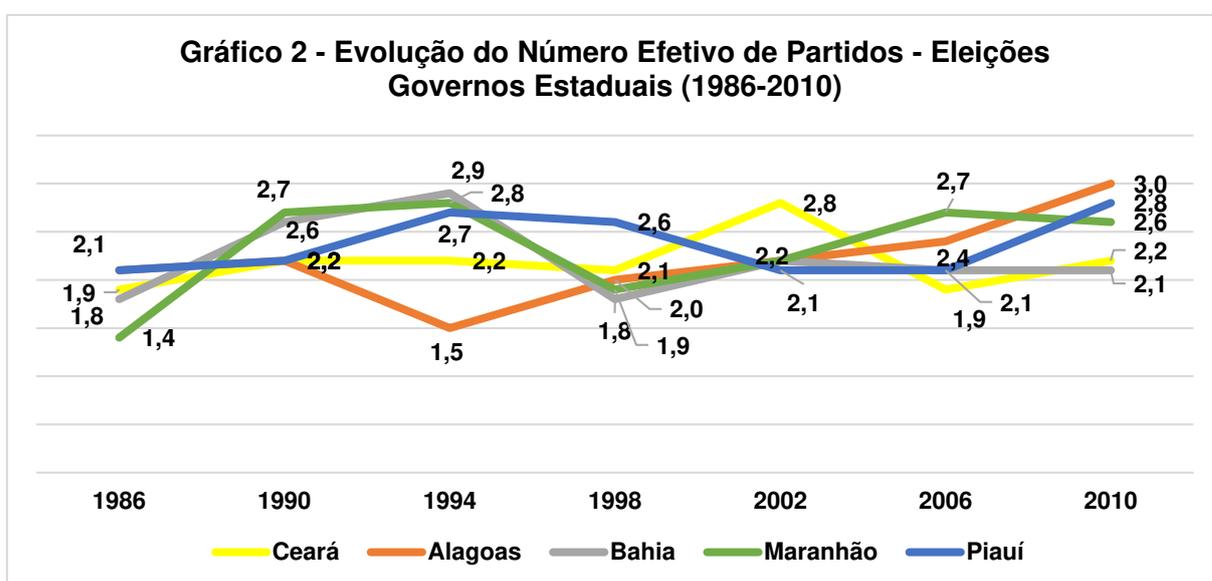
Conforme podemos observar pelo gráfico 1¹⁰, Maceió é a única capital que de 1996 a 2008 apresenta queda no número efetivo de partidos políticos, saindo de 4,2 partidos em 1996 para 1,4 em 2008. Em 2012 o número volta a crescer, mas mesmo assim é o menor comparado aos demais estados – 2,7 partidos.

A capital cearense é a que apresenta maiores oscilações ao longo do período, intercalando períodos de queda no NEP seguidos por períodos de alta, como por exemplo, o período entre 2000 e 2012, no qual o pleito de 2000 apresenta 3,7 partidos concorrendo, ao passo que a eleição seguinte em 2004 apresenta uma alta para 5 partidos na disputa. Em 2008 novamente há uma queda para 2,9 partidos,

¹⁰ É importante frisar que no gráfico não são apresentados os números efetivos de partidos nas eleições de 1992 para as capitais de Fortaleza, Maceió, Salvador e São Luís, uma vez que não foram encontrados os resultados eleitorais desse pleito, portanto, o ano de 1992 aparece zerado no gráfico e não deve ser considerado como variação ao longo do período. O mesmo acontece com o pleito de 1988 na capital maranhense.

havendo na eleição seguinte nova alta para 5 partidos disputando a prefeitura de Fortaleza.

O gráfico 2, traz a evolução do NEP para as disputas pelo governo estadual nos estados nordestinos. É possível observar que a Bahia vem desde 1998 apresentando certa estabilidade no número efetivo de partidos que disputam a eleição para o governo estadual baiano. Após apresentar, em 1994, seu maior índice de NEP com 2,9 partidos concorrendo ao executivo estadual, vem a partir de 1998 apresentando uma queda no NEP, chegando ao pleito de 2010 como o estado com menor número efetivo de partidos disputando o cargo de governador.



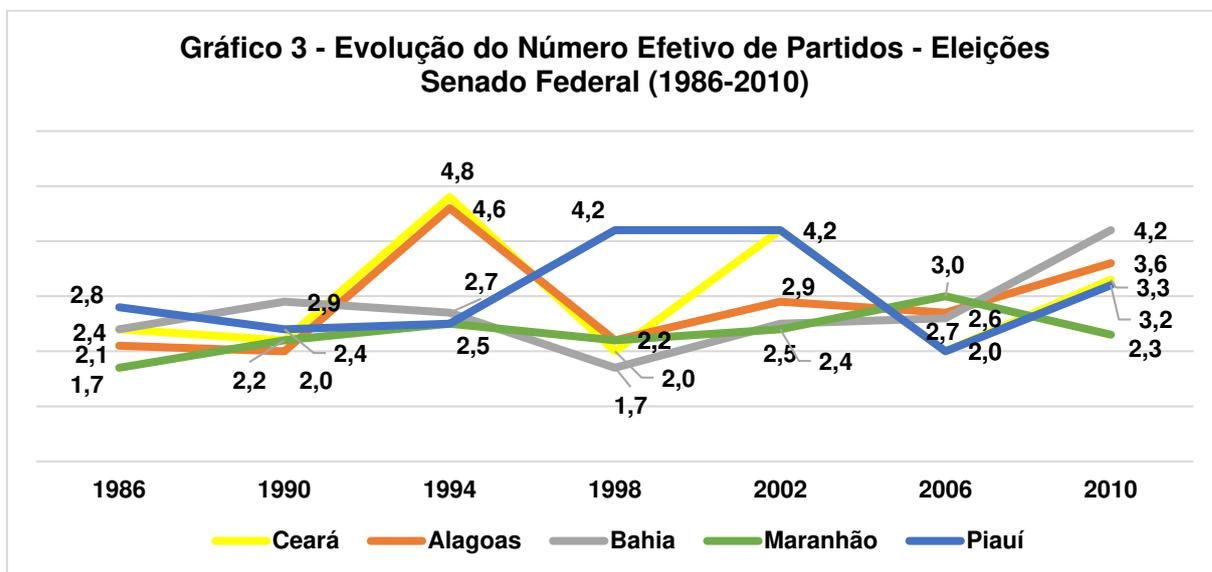
Fonte: Elaboração própria.

Piauí e Alagoas por sua vez, vêm apresentando um aumento no número efetivo de partidos concorrendo ao executivo estadual – no caso do Piauí, o NEP vem aumentando desde 1994. Em Alagoas, NEP tem aumentado desde 1998.

Por fim, o gráfico 3 traz a evolução do número efetivo de partidos para as eleições ao Senado Federal. Dentre os estados nordestinos analisados, o Maranhão se apresenta como o estado que sofreu menos variação ao longo do período em seu número efetivo de partidos concorrendo ao Senado. Conforme podemos observar no gráfico, sua linha se mantém quase constante durante o período.

Já o estado da Bahia apresentou um aumento no NEP ao longo dos anos 2000, chegando ao ápice em 2010 com 4,2 partidos concorrendo ao Senado. Ceará e Alagoas que em 1994 apresentavam os maiores índices de NEP para o período analisado – respectivamente 4,8 e 4,6 partidos – apresentam a partir de 1998 uma queda nesse número. NEP cearense concorrendo ao Senado volta a crescer em

2002, chegando a 4,2 partidos. Posteriormente cai novamente, para voltar a aumentar, mas de maneira menos acentuada em 2010. O mesmo acontece com o Piauí em 2006, caindo apenas para 2 partidos disputando efetivamente a vaga de Senador. Mas voltando a crescer em 2010.



Fonte: Elaboração própria.

Os dados nos levam a crer que as disputas eleitorais nesses estados nordestinos conta com um eleitorado fiel. Mas essa fidelidade é a quem? Partidos políticos ou lideranças específicas? Partimos da hipótese de que o eleitorado nordestino nesses estados é fiel a lideranças específicas, migrando seu voto de partido à medida que tais lideranças também migram de partido. Voltaremos a esse ponto o capítulo quatro, quando após examinar o contexto eleitoral de disputa para os três cargos teremos mais subsídios para calcular o grau de personalismo político de tais estados. É no capítulo quatro também que retomaremos os valores encontrados para o número efetivo de partidos para classificar os subsistemas partidários cearense, alagoano, baiano, maranhense e piauiense.

Capítulo 3 – O Contexto Político-eleitoral dos Estados do Nordeste

São várias as análises sobre o Brasil que enfatizam suas desigualdades econômica, cultural e social. Cada vez mais se polarizam as regiões: de um lado, temos as regiões Sudeste e Sul, caracterizadas como as que apresentam melhor economia e IDH, e de outro lado, o Nordeste caracterizado como uma “região problema”, devido a sua economia frágil, baixo IDH e grande índice de pobreza.

Apesar de todo esse cenário de subdesenvolvimento econômico e desigualdade social, quando olhamos para o plano político, a região Nordeste se destaca e é de extrema importância para a política brasileira. O Nordeste representa o segundo colégio eleitoral do país, com Bahia e Pernambuco ocupando, respectivamente, o quarto e sétimo lugares nesse universo nacional. Nas três últimas eleições presidenciais (2002, 2006 e 2010), a região atuou de maneira decisiva para a eleição de Lula (2002 e 2006) e Dilma (2010 e 2014), sendo por isso alvo de preconceito por parte das demais regiões do país.

São vários os políticos nordestinos com destaque na política nacional: Antônio Carlos Magalhães (durante muito tempo líder político do PFL/DEM); Tasso Jereissati (PSDB); Eduardo Campos (PSB); Ciro Gomes (PDT - paulista, mas que construiu sua vida política no Ceará); José Sarney (PMDB); Edison Lobão (PMDB); Garibaldi Alves (PMDB); Renan Calheiros (PMDB), dentre outros. Alguns já ocuparam cargos de destaque na política nacional, seja nos Ministérios¹¹. Bem como, dois nordestinos já ocuparam a cadeira de Presidente da República, são eles: Fernando Collor (político alagoano) e José Sarney (político maranhense). Além disso, o Senado Federal já foi por diversas vezes, presidido por políticos nordestinos.¹²

¹¹ Políticos nordestinos que já foram ministro do Brasil: Ministério das Cidades – Mário Negromonte (PP/BA) e Aguinaldo Ribeiro (PP/PB); Ministério da Ciência e Tecnologia – Roberto Amaral (PSB/CE) e Eduardo Campos (PSB/PE); Ministério das Comunicações – Eunício Oliveira (PMDB/CE); Ministério da Cultura – Gilberto Gil e Juca Ferreira (PV/BA); Ministério da Defesa – Waldir Pires (PT/BA); Ministério do Desenvolvimento Agrário – Raul Jungmann (PPS/PE) e Afonso Florence (PT/BA); Ministério da Integração Nacional – Luciano Barbosa (AL), Ciro Gomes (PROS/CE), Pedro Brito (CE), Geddel Vieira Lima (PMDB/BA), João Santana (PMDB/BA) e Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE); Ministério das Minas e Energia – Rodolpho Tourinho Neto (PFL/DEM/BA), Hélio Vitor Ramos Filho (BA), José Jorge de Vasconcelos Lima (PFL/DEM/BA), que atualmente é ministro do Tribunal de Contas da União e Edison Lobão (PMDB/MA); Ministério do Meio Ambiente – Sarney Filho (PV/MA); Ministério da Previdência Social – Waldeck Ornelas (BA), José Pimentel (PT/CE) e Garibaldi Alves (PMDB/RN); Ministério das Relações Institucionais – Jaques Wagner (PT/BA); Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil – Fernando Roth Schmidt (BA); Ministério da Saúde – Humberto Costa (PT/PE); Ministério dos Transportes – João Henrique de Almeida Sousa (PMDB/PI) e Paulo Sérgio Passos (PR/BA); Secretaria Nacional de Portos do Brasil – César Borges (PR/BA); e Ministério do Turismo – Pedro Novais (PMDB/MA) e Gastão Vieira (PMDB/MA)

¹² Políticos nordestinos que já presidiram o Senado Federal: Mauro Benevides (PMDB/CE); Antônio

O objetivo do capítulo é apresentar um retrospecto do cenário político de cinco estados – Ceará, Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí - da Região Nordeste a partir de 1985 até 2012, enfocando a relação estabelecida entre partidos e políticos no decorrer das carreiras aqui analisadas. A preocupação central é apresentar o cenário político para cada um dos estados visando possibilitar uma melhor compreensão dos padrões de carreiras políticas e movimentos migratórios desenvolvidos nesses estados, apontando possíveis semelhanças e diferenças entre eles.

São poucos os estudos na ciência política brasileira que tratam da Região Nordeste, daí a dificuldade de informações precisas e de bibliografia para o desenvolvimento do presente estudo. Diante de tal dificuldade optamos por analisar apenas cinco dos nove estados que compõem a região, são eles: Ceará, Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí. Dentre os principais estudos já realizados sobre a referida região, a maioria se dedica a análises de conjunturas de períodos eleitorais e de cargos majoritários. Assim sendo, as referências bibliográficas de que dispomos para esse estudo são basicamente descrições de campanhas eleitorais para prefeito de capitais e governadores de estados, bem como análises de resultados eleitorais e de programas de propaganda eleitoral. Além de pesquisa em jornais de cada estado.

Daí vale ressaltar a importância e inovação da presente pesquisa que visa apresentar um conjunto de dados sobre os resultados eleitorais nesses estados, quem são os atores políticos que compõem sua elite, bem como a importância (ou não) dos partidos políticos na definição da carreira política dos representantes nordestinos.

Característica marcante da política nordestina são as chamadas práticas oligárquicas e clientelistas. A região nordeste vive até hoje sob o domínio dos ditos “coronéis”, como ocorria na República Velha. Assim, não podemos falar de política no Nordeste sem antes falar dos conceitos de coronelismo, clientelismo e mandonismo local.

Carvalho (1997), busca discutir e diferenciar esses três conceitos. Começando pelo conceito de coronelismo, José Murilo de Carvalho cita o clássico trabalho de Victor Nunes Leal (1948) – Coronelismo, Enxada e Voto – para quem o

Carlos Magalhães (PFL/DEM/BA); Edison Lobão (PMDB /MA); Garibaldi Alves (PMDB/RN); José Sarney (PMDB/MA); Renan Calheiros (PMDB/AL).

coronelismo é um sistema político que envolve compromissos recíprocos formando uma complexa rede de relações que envolve desde o coronel até o presidente da República. Ainda de acordo com Nunes Leal, o coronelismo é datado historicamente, surgindo junto com o federalismo implantado na República e em meio a uma conjuntura econômica de decadência dos fazendeiros. Com o surgimento do federalismo, aparece também um novo ator político: o governador do estado, que passa a ser o chefe da política estadual e em torno do qual passam a se reunir as oligarquias locais e seus principais representantes, os coronéis.

Dessa forma, para Carvalho (1997), a visão de coronelismo defendida por Victor Nunes Leal é, então:

[...] um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rurais, sobretudo cedendo-lhes o controle de cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é a fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930". (CARVALHO, 1997, p. ??)

Já o conceito de mandonismo não pode ser datado e se expressa na existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. Nas palavras de José Murilo de Carvalho,

"O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional". (CARVALHO, 1997, p. ??)

O clientelismo, por sua vez, seria a relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.

Compartilhamos com Leal e Carvalho a opinião de que o coronelismo é um fenômeno datado tendo acabado com a prisão dos coronéis baianos em 1930. O que muitos críticos chamam de coronelismo hoje, na verdade são práticas clientelistas que foram se modernizando juntamente com as relações de poder e econômicas. A medida que o nordeste foi se desenvolvendo e modernizando. As relações de

barganha política realizadas nesse meio estariam identificadas ao clientelismo de matiz urbano, no qual os políticos negociam diretamente com seus eleitores, dispensando a mediação do coronel.

Como veremos adiante, um exemplo de práticas clientelistas que ainda sobrevivem no nordeste são as concessões televisivas. Em estados como Alagoas e Bahia os principais meios de comunicação são comandados por grupos políticos que permaneceram (ou ainda permanecem) boa parte do período estudado no poder. Na Bahia, as afiliadas da Rede Globo de televisão são de propriedade da família Magalhães. Já em Alagoas as afiliadas do mesmo grupo televisivo são de propriedade da família do Senador Fernando Collor de Melo.

A propriedade de meios de comunicação por parte de grupos políticos no nordeste contribuiu para a propagação das práticas clientelistas à medida que com a redemocratização o modo de fazer campanha política ficou cada vez mais midiático. Assim, tais grupos políticos passaram a promover uma intensa propaganda política em seus veículos de comunicação das realizações de seu governo.

Para Rêgo (2008), a população suscetível à propaganda do chefe político “compra” a figura do chefe através do voto, dando a sensação de estarem fazendo a escolha do “vencedor”. Se a propaganda não fosse suficiente, trocava-se o voto por dentaduras, cestas básicas, sacos de cimento, ou cédulas de dinheiro (RÊGO, 2008, p. 249-92). O atendimento de pedidos de caráter particular como mecanismo de construção da liderança política é algo extremamente praticado no nordeste brasileiro. A região nordeste é considerada pela literatura especializada, como a região dos países menos competitiva e mais atrasada política, social e economicamente, sendo assim mais suscetível ao clientelismo.

Outro exemplo de clientelismo político praticado até hoje no nordeste brasileiro, diz respeito a forma de desenvolvimento e modernização da economia. Para atrair indústrias e fábricas para seus estados e assim gerar empregos para a população, prefeitos e governadores cedem incentivos fiscais aos grandes empresários para instalarem suas empresas na região, em troca estes acabam financiando campanhas eleitorais, visando a manutenção de seus benefícios.

A história política nordestina é caracterizada pela dominância de ciclos políticos característicos de cada estado. Nesse sentido, é necessária a reflexão sobre os efeitos causados pela permanência no poder de lideranças políticas (pessoas,

partidos ou grupos) por tempos consideráveis que excedem a um mandato e conduzem ao reconhecimento de hegemonia em determinados espaços políticos. Assim podemos citar como exemplos de ciclos políticos: a Era Tasso, no Ceará; o Carlismo, na Bahia; os Sarney, no Maranhão, etc.

Utilizaremos aqui a noção de “ciclos políticos” definida por Rejane Carvalho¹³, como a possibilidade de longevidade política de uma persona, grupo ou partido no poder, em tempos de democracia, numa nova forma de poder em que

(...) a possibilidade de continuidade é determinada pelo poder de sedução de uma “persona” política (indivíduo, grupo ou partido), capaz de fundar-se no imaginário político popular, instaurando uma temporalidade simbólica que a mídia consagra como “Era”. A hegemonia incontestada em um território estadual ou nacional é afirmada em ciclos de campanhas não competitivas. Uma temporalidade política que exige uma mística simbólica forte que a sustente. (CARVALHO, 2008, p. 23)

Segundo a autora, a instalação de ciclos políticos longevos no Brasil é acentuada por três fatores: 1) a utilização em massa de técnicas midiáticas e publicitárias nas campanhas eleitorais; 2) a alteração da legislação eleitoral que possibilitou a reeleição nos cargos do poder executivo; e, 3) a alteração nas condições sociais de produção dos discursos de oposição e de situação.

Ao analisar os resultados eleitorais de Ceará, Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí, partimos da hipótese de que a competição política nesses estados é caracterizada por uma baixa rotatividade de atores políticos e por longos ciclos de permanência dos mesmos grupos políticos no poder que se revezam entre executivo municipal, executivo estadual e senado federal, se comportam ora como aliados, ora como adversários.

3.1 Ceará: Do Coronelismo a Política “moderna”

A política cearense é marcada por práticas políticas de grupos oligárquicos que utilizavam mecanismos associados a relações personalistas e clientelistas, com base na dependência e paternalismo. Autores como Carone (1970), Faoro (1975) e Oliveira (1993), apontam o Ceará como um dos estados “mais encarniadamente oligárquicos” do Nordeste.

Os estudos de Lemenhe (1994) Carvalho (2001), Barreira (2004), Barreira (2008), Jawdar Abu-El-Haj (2003) e Parente (2000) são voltados para a análise dos grupos políticos tradicionais e suas práticas oligárquicas no estado cearense.

¹³ Professora Doutora da Universidade Federal do Ceará e estudiosa da política cearense.

Para Barreira (1996), a história política cearense é construída a partir de pactos políticos que visam manter o status quo político e/ou derrotar forças políticas emergentes.

“Revelam, por um lado, uma demonstração de força e, por outro, o sintoma de algumas fissuras que já se anunciam na hegemonia do poder, apontando para outro rearranjo político. Novas forças são incorporadas dentro de um quadro hegemônico, possibilitando diferentes contornos na base de legitimidade. Esses contornos perpetuam antigas lideranças em um novo momento político”. (BARREIRA, 1996, p. 33)

O autor divide a política cearense em três ciclos: 1) Oligarquias dos Acciolis, dos Rabelos e com o Padre Cícero no início do século XX; 2) A partir da década de 60, viveu as oligarquias dos três coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals; 3) No período da redemocratização, o novo ciclo é vivenciado pelo grupo de empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC), sobretudo pelas figuras de Tasso Jereissati e Ciro Gomes.

O primeiro ciclo “Oligarquia dos Acciolis, dos Rabelos e Padre Cícero”, teve início em 1911 com o que ficou conhecido como o “Pacto dos Coronéis” – reunião mediada por Padre Cícero¹⁴ com dezenove coronéis representantes da região sul do estado onde foi produzido uma espécie de “código político” para os coronéis. Tal pacto estabelecia limites ao poder individual dos coronéis, ao mesmo tempo em que fortalecia o sistema oligárquico do estado, devendo os coronéis incondicional solidariedade política ao então governador do estado Antônio Pinto de Nogueira Accioli. Abaixo são apresentados dois fragmentos extraídos do texto de Barreira (1996) presentes na ata que constituiu o Pacto do Coronéis:

“Art. 8º - Manterem todos os chefes aqui presentes inquebrantável solidariedade não só pessoal como política, de modo que haja harmonia de vistas entre todos, sendo, em qualquer emergência, um por todos, todos por um;

Art. 9º - Manterem todos os chefes incondicional solidariedade política com o excelentíssimo senhor doutor Antônio Pinto de Nogueira Accioli, nosso honrado chefe e, como políticos disciplinados, obedecerem incondicionalmente a suas ordens e determinações.” (BARREIRA, 1996, p. 33)

Em 1982 foi oficializado o “acordo dos coronéis” que unia as três forças políticas oligárquicas do Ceará dentro do PDS (Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals) em torno do então secretário de Planejamento do Estado, Luiz Gonzaga Mota, para disputar o cargo de governador. Gonzaga Mota foi eleito com quase 80%

¹⁴ Após a deposição de Franco Rabelo com a Rebelião de 1913-1914, Padre Cícero Romão Batista se firmou como grande chefe político no estado.

dos votos no interior do Estado. Este segundo ciclo político cearense durou quase três décadas (de 1962 a 1986).

O terceiro ciclo político cearense, conforme apontado por Barreira (1996), se inicia em 1986, com a derrota de Adauto Bezerra, candidato a governador e César Cals, candidato a senador, para Tasso Jereissati e o grupo de industriais do CIC.

Tasso Jereissati se colocava como o porta-voz do “novo” e do “moderno” em contraposição aos coronéis que governaram o Estado por quase três décadas, os responsabilizando pela condição de miséria do povo cearense.

“No Ceará, a ascensão de Tasso Jereissati ao governo do Estado, em 1986, deu início à nomeada “Era das Mudanças”, contraposta ao que foi consagrado como “Era dos Coronéis”. A simbólica da modernização da política cearense, efetivada por um personagem jovem, assentava-se em um imaginário político de racionalidade da gestão empresarial, que tinha como contraponto a “política clientelista” dos coronéis. O ciclo político inaugurado em 1986 ganhou nomeações que não deixam dúvida sobre a centralidade atribuída ao seu “fundador” (“tassismo”, “era Tasso”)” (CARVALHO, 2008, p.23).

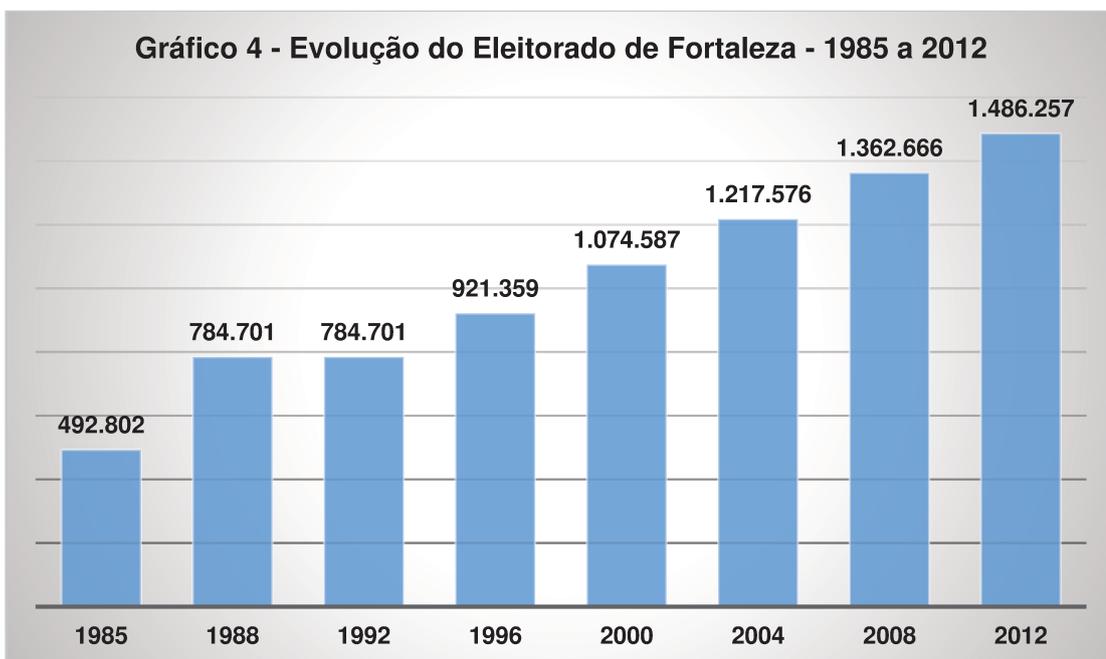
Nosso trabalho abrange mais detalhadamente a política cearense a partir de 1985, quando ocorre a primeira eleição para o executivo municipal de Fortaleza e se inicia o processo de redemocratização do país, e dá mostras de que um quarto ciclo político se inicia no Estado – o ciclo dos irmãos Ferreira Gomes.

Na próxima sessão analisamos os resultados eleitorais no estado e identificamos suas elites políticas. Dividiremos a análise em eleições municipais para prefeito de Fortaleza (1985, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012), em eleições para o governo do estado e para o Senado Federal (1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010), visando identificar os partidos e os principais atores que compõem o subsistema partidário cearense. Assim, procuramos traçar o panorama das disputas políticas no estado, mostrando quem são suas lideranças políticas, os partidos políticos que participam dessa disputa.

Antes de nos debruçarmos mais detalhadamente sobre cada disputa eleitoral, julgamos necessário apresentar os números do eleitorado cearense. O gráfico 4 mostra a evolução do eleitorado da capital durante o período aqui estudado, de 1985 a 2012. Observando os resultados do gráfico para cada ano de eleição municipal, é possível perceber que de 1985 a 2012, o eleitorado da capital cresceu 33,2%. Em 2012¹⁵, a maioria do eleitorado fortalezense era composta por mulheres

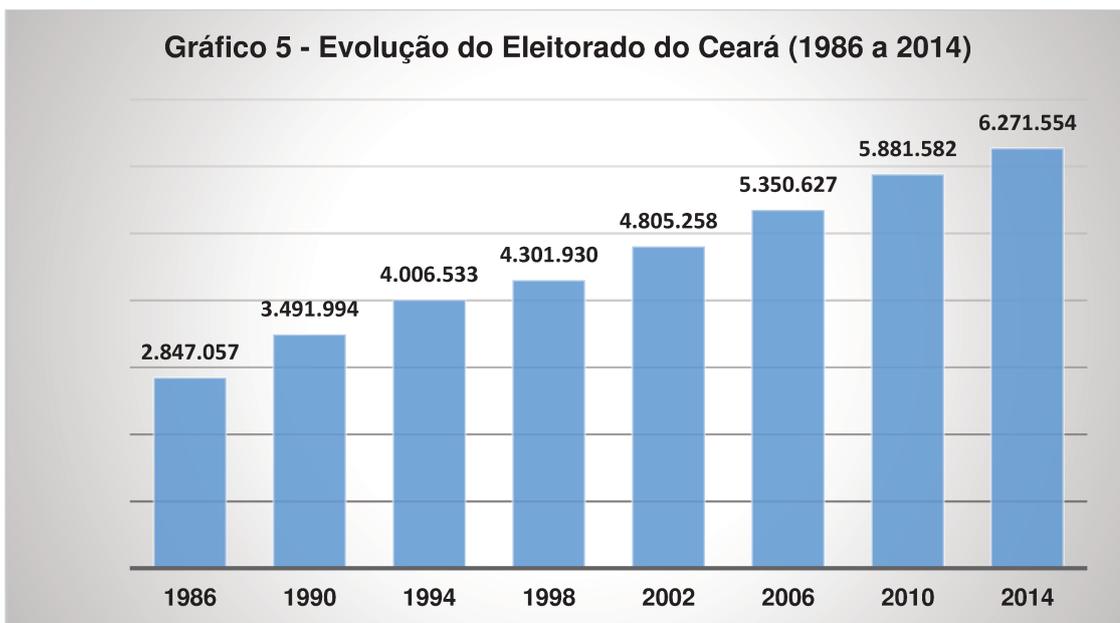
¹⁵ Optamos por detalhar o gênero, a faixa etária e a escolaridade do eleitorado de 2012, por este ser até o momento o ano da última eleição municipal. Assim os dados do eleitorado desse pleito na capital são os mais atuais.

(55,0%) e com idades entre 25 e 59 anos (67,7%), provavelmente coincidindo com a população economicamente ativa da capital. Quanto a escolaridade, 27,5% do eleitorado têm o Ensino Fundamental incompleto (13,0% dos homens e 14,5% das mulheres).



Fonte: TRE/CE

No gráfico 5, por sua vez, apresentamos os dados para o eleitorado do Estado do Ceará como um todo nas eleições para governador e senador no período de 1986 a 2014. No período em questão, o eleitorado do cearense cresceu 45,4%.



Fonte: TRE/CE.

Em 2014¹⁶, o eleitorado do estado era composto, em sua maioria por mulheres (52,5%) com idades entre 25 e 59 anos (64,7%) e com escolaridade até o ensino fundamental incompleto (27,9%, dos quais 13,8% são homens e 14,2% são mulheres).

A seguir analisamos as disputas eleitorais para os três cargos aqui estudados: prefeito de Fortaleza, governador do estado e senador, buscando identificar quem são as principais lideranças que figuram no cenário político cearense para o período analisado.

3.1.1. As eleições para o Executivo Municipal de Fortaleza (1985 a 2012)

Em 1985, foram disputadas as primeiras eleições para as prefeituras das capitais após a ditadura militar. Concorreram para o Executivo da capital cearense os seguintes candidatos: Paes de Andrade (PMDB); Lúcio Alcântara (PFL); Maria Luiza (PT); Antônio Moraes (PTB); Moema São Tiago (PDT); Humberto Beviláqua (PL) e Francisco Tarcísio Leite (PSC).

As eleições de 1985, inauguraram no Ceará o discurso “pró mudanças”. Esse tema foi bastante utilizado na campanha dos candidatos do PMDB e do PT. Paes de Andrade e Maria Luiza se apresentavam como oposição à ditadura militar e à política coronelista que permeava as relações políticas no estado até então.

Paes de Andrade apoiava seu discurso “pró mudanças” exaltando a imagem de seu partido, o PMDB, como grande opositor a ditadura e promotor da redemocratização do país. Já Maria Luiza, afirmava que além de mudanças políticas como a volta a democracia, o povo necessitava também de mudanças no quadro econômico que diminuíssem a inflação e o desemprego.

Para a grande mídia cearense e as pesquisas eleitorais era certa a vitória com certa folga de Paes de Andrade, ficando Lúcio Alcântara em segundo e Maria Luiza em terceiro. No entanto, ao se abrirem as urnas e contabilizados os votos, o que se teve foi a vitória de Maria Luiza com 11.409 votos de vantagem para o segundo colocado, Paes de Andrade.

¹⁶ Apresentamos aqui os dados do eleitorado cearense para 2014, por estes serem os dados mais atuais, uma vez que foi neste ano que se realizaram as últimas eleições estaduais. No entanto, nosso estudo não engloba as eleições de 2014, mas sim as eleições para governador e senador que aconteceram no período de 1986 a 2010.

Tabela 11 – Resultado eleitoral Prefeitura de Fortaleza (1985)

Candidatos	Votos	%
Maria Luiza (PT)	159.846	34,36%
Paes De Andrade (PMDB)	148.437	30,12%
Lúcio Alcântara (PFL)	121.326	26,08%
Antônio Moraes (PDS/PTB)	27.204	5,85%
Tarcísio Leite (PSC)	4.303	0,92%
Moema São Tiago (PDT)	3.692	0,79%
Humberto Beviláqua (PL)	405	0,09%

Fonte: TRE/CE.

Maria Luiza foi a primeira mulher eleita prefeita de uma capital após a redemocratização. Seu governo teve forte traço popular, no qual foram criados Conselhos Populares, nos quais a população tinha acesso direto aos centros de decisão da prefeitura. Maria Luiza implantou também Conselhos de bairros e associações populares. Tais iniciativas acabaram por gerar descontentamento por parte dos vereadores e da classe média.

O descontentamento com o modelo de gestão petista só crescia e encontrava cada vez mais apoio em todos os segmentos da sociedade, inclusive dentro do próprio Partido dos Trabalhadores. Seu governo foi marcado por greves, paralisações de serviços essenciais¹⁷ e diversas manifestações de desagravo à sua administração.

Sobretudo devido aos problemas financeiros que a prefeitura tinham e conseqüentemente o atraso por vários meses dos salários dos servidores, em seu segundo ano de mandato a prefeita petista decretou emergência. As constantes greves praticamente paralisaram a administração municipal e aumentaram o desgaste das relações políticas até mesmo dentro do PT que em 1987 rompe com a administração, entregando os cargos que ocupava na prefeitura e expulsando Maria Luiza do partido. A imagem que ficou da gestão Maria Luiza foram as montanhas de lixo espalhadas pela cidade e a incapacidade gerencial da administração popular.

Em 1988, o PT lançou Mario Mamede como candidato a prefeito, enquanto Maria Luiza apoiou Dalton Rosado (PH). Mas foi Ciro Gomes (PMDB), com o apoio do então governador Tasso Jereissati que se elegeu prefeito da capital cearense com uma diferença de apenas 5.184 votos a mais que o segundo colocado, o radialista

¹⁷ Com apenas dois meses de gestão, Maria Luiza enfrentou a primeira greve de servidores. Durante seu mandato ocorreram sete greves de motoristas de ônibus, quatro greves de garis e greves que pararam o maior hospital público da capital, chegando a causar mortes por falta de atendimento.

Edson Silva (PDT)¹⁸. A vitória de Ciro Gomes foi a única na capital na qual um candidato apoiado pelo governo do estado conseguiu se eleger prefeito de Fortaleza.

Tabela 12 – Resultado eleitoral Prefeitura de Fortaleza (1988)

Candidatos	Votos	%
Ciro Gomes (PMDB)	179.274	22,8%
Edson Silva (PDT)	173.957	22,2%
Gidel Dantas (PFL)	95.162	12,1%
Francisco Batista de Melo (PDS)	62.425	8,0%
Mario Mamede (PT)	33.768	4,3%
Dalton Rosado (PH)	13.442	1,7%
Marcos Cals (PSD)	6.171	0,8%
Aguiar Júnior (PJ)	5.994	0,8%

Fonte: TRE/CE.

Ciro ficou no cargo de prefeito apenas por dois anos (até 1990) quando renunciou para se candidatar ao governo do estado, como o sucessor de Tasso Jereissati. Seu vice, Juraci Magalhães assume a prefeitura de Fortaleza.

Dentre dos principais feitos de Ciro Gomes à frente da Prefeitura da capital cearense podemos destacar: a ampliação do Parque do Cocó e a implantação do IPTU progressivo pela primeira vez no país. Ciro criou também a Comissão de Modernização Administrativa, a qual tinha por objetivo adotar regulamentações, rotinas, estatutos, análise de distribuição de trabalhos. Além da Operação Fortaleza Limpa que prometia tapar os buracos da cidade em 90 dias.

Diferentemente das eleições municipais de 1985 e 1988 que foram bastante competitivas, as disputas para o Executivo Municipal de Fortaleza durante os anos 90 foram marcadas pela ausência de competitividade. Foi durante essa década que surgiu em Fortaleza o que Moraes (2008) chama de Juraciismo – denominação dada ao período em que Juraci Magalhães (PMDB) fica à frente da Prefeitura Municipal de Fortaleza e figura como uma das principais lideranças da política cearense.

Juraci Magalhães iniciou sua trajetória política no grupo peemedebista que levou Tasso Jereissati ao governo do Estado. Em 1988, Juraci foi eleito vice-prefeito da capital na chapa que elegeu Ciro Gomes prefeito. Dois anos depois – em 1990 - com a renúncia de Ciro para disputar o cargo de governador, Juraci assume a prefeitura.

¹⁸ Não é possível um detalhamento maior sobre as eleições municipais de 1988, pois não estão disponíveis os resultados e fora manchetes de jornais não há nada escrito sobre a Administração de Ciro Ferreira Gomes à frente da Prefeitura da capital cearense.

No início dos anos 90 ocorre um realinhamento político do grupo peemedebista que resulta na saída de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, entre outras lideranças políticas do PMDB para o PSDB. Juraci Magalhães, no entanto permanece no partido e acaba por embargar as pretensões do grupo tassista de assumir a prefeitura da capital cearense em 1992 e 1996 (Moraes, 2008).

O Juraciismo liderou o executivo municipal por doze anos (1990 – 2002), elegendo em 1992¹⁹ o até então desconhecido da população e ex-secretário de Finanças do município, Antônio Cambraia. Dando continuidade ao seu antecessor e padrinho político, Cambraia fez uma administração marcada pela realização de grandes obras de infraestrutura – restauração do Paço Municipal, calçamento e conservação de vias públicas, ampliação do sistema de esgoto, etc. – o que lhe rendeu quase 80% de aprovação perante a população.

Em 1996, Juraci Magalhães é eleito prefeito de Fortaleza em primeiro turno e com boa margem de folga sobre seus adversários. O peemedebista alcançou 63,25% dos votos, mostrando que sua popularidade estava em alta. Durante seu primeiro governo, Juraci realizou várias obras importantes na capital cearense, tais como: construção de praças, avenidas, viadutos, terminais de integração de ônibus e o novo Instituto Dr. José Frota (IJF), principal hospital público da capital.

Tabela 13 – Resultado eleitoral Prefeitura de Fortaleza (1996)

Candidatos	Votos	%
Juraci Magalhães (PMDB)	520.074	63,25%
Inácio Arruda (PCdoB)	149.476	18,18%
Socorro França (PSDB)	85.293	10,37%
Edson Filho (PPB)	50.444	6,13%
Oscar Filho (PDT)	5.506	0,67%
João Oliveira (PT do B)	4.822	0,58%
José Luciano Monteiro (PSC)	2.642	0,32%
João F. S. Menezes (PV)	1.864	0,22%
Tarcísio Leite (PSN)	1.348	0,16%
Gil Guerra Pereira (PSL)	746	0,09%

Fonte: TRE/CE.

No entanto, Juraci chega ao fim do mandato com sua popularidade em baixa após sucessivas denúncias de corrupção e mal uso do dinheiro público. Tal fato acaba refletindo na disputa municipal de 2000, “o Juraciismo já não era mais o mesmo das vitórias no primeiro turno” (Moraes, 2008, p. 2). Assim, Juraci teve um primeiro turno acirrado contra Inácio Arruda que acabou levando a disputa para o segundo

¹⁹ Para essas eleições não apresentamos tabela com o resultado eleitoral, pois estes dados não se encontram disponíveis. Estando disponível apenas quem foram os prefeitos eleitos em todo Brasil e a quantidade de votos. Assim, Antônio Cambraia (PMDB) foi eleito prefeito de Fortaleza com 374.600 votos.

turno, mas saiu derrotado. Seguindo a linha do “não troque o certo, pelo duvidoso”, a população fortalezense reelegeu Juraci Magalhães.

Tabela 14 – Resultado eleitoral Prefeitura de Fortaleza (2000) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Juraci Magalhães (PMDB)	306.643	33,08%
Inácio Arruda (PCdoB)	282.094	30,43%
Moroni Torgan (PFL)	167.760	18,09%
Patrícia Saboya (PPS)	157.790	17,02%
Orlando Júnior (PHS)	6.138	0,66%
João Oliveira (PT do B)	4.687	0,50%
Raimundão (PSTU)	1.819	0,19%

Fonte: TRE/CE.

“Entre o primeiro e o segundo turno, denúncias de uso da máquina pública, com pressão sobre o funcionalismo público para trabalhar em favor do candidato à reeleição, de manipulação dos serviços públicos como forma de cooptação, além da acusação de enriquecimento ilícito dos seus familiares e amigos e dos boatos sobre a recidiva da doença grave que o acometera no início do mandato que se encerrou no dia 31 de dezembro de 2000, deram a tônica – explicitada ou sussurrada – da campanha contra Juraci. As acusações de ateísmo e de volta ao problemático “tempo da Maria Luísa” formaram o bordão contra Inácio Arruda” (MORAES, 2008. p.3).

Tabela 15 – Resultado eleitoral Prefeitura de Fortaleza (2000) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Juraci Magalhães (PMDB)	512.655	53,96%
Inácio Arruda (PCdoB)	437.271	46,03%

Fonte: TRE/CE.

Já em seu segundo governo, Juraci teve que enfrentar uma grave doença e uma oposição à frente da presidência da Câmara dos Vereadores. As eleições municipais de 2000 marcaram o retorno da competitividade na disputa pelo Executivo municipal, bem como dava indícios da decadência do Juraciismo.

Ao todo, onze candidatos disputaram o pleito municipal de 2004, que apresentou resultado bem diferente do que era constantemente divulgado pelas pesquisas eleitorais. As pesquisas divulgadas durante o primeiro turno apontavam uma disputa acirrada entre Antônio Cambraia (PSDB), Moroni Torgan (PFL) e Inácio Arruda (PC do B). No entanto, ao se contabilizarem os resultados, Moroni Torgan (PFL) e Luizianne Lins (PT) foram para o segundo turno.

Tabela 16 – Resultado eleitoral Prefeitura de Fortaleza (2004) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Moroni Torgan (PFL)	296.063	26,59%
Luizianne Lins (PT)	248.215	22,29%
Inácio Arruda (PCdoB)	214.002	19,22%
Antônio Cambraia (PSDB)	200.407	18,00%
Aloísio Carvalho (PMDB)	78.619	7,06%
Heitor Ferrer (PDT)	38.753	3,48%
Nielson Queiroz (PSC)	16.194	1,45%

Francisco Caminha (PHS)	10.781	0,96%
Marcelo Silva (PV)	5.798	0,52%
Valdir Pereira (PSTU)	2.456	0,22%
Antônio Vidal (PCO)	1.840	0,16%

Fonte: TRE/CE.

Para Moraes (2008), o resultado eleitoral que levou Moroni e Luizianne ao segundo turno, acabou por desfazer duas perspectiva do contexto eleitoral daquele ano:

(...) por um lado, Aloísio Carvalho, o candidato do prefeito Juraci Magalhães, em nenhum momento foi competitivo; por outro lado, Antônio Cambraia, que, em determinado momento da campanha, pareceu ser a redenção eleitoral do grupo político que ganhava as eleições para o governo do Estado desde 1987, não conseguiu chegar ao segundo turno (Moraes, 2008, p. 6)

Tabela 17 – Resultado eleitoral Prefeitura de Fortaleza (2004) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Luizianne Lins (PT)	620.174	56,21%
Moroni Torgan (PFL)	483.085	43,78%

Fonte: TRE/CE.

Luizianne Lins foi eleita prefeita de Fortaleza no segundo turno com 56,21% dos votos. A petista enfrentou a oposição de seu próprio partido para se candidatar ao executivo municipal, o qual apoiou Inácio Arruda (PCdoB) devido as coligações nas demais unidades federativas. Seu primeiro mandato foi marcado pela ampliação e qualificação de itens de prestação de serviço à população, como por exemplo, o início da construção do Hospital da Mulher, a reativação de creches e a construção de moradias populares.

Nas eleições municipais de 2008, nove candidatos disputaram a prefeitura de Fortaleza, entre eles Luizianne Lins, candidata à reeleição e dessa vez com apoio do PT. O conflito dessa vez estava em quem seria seu vice-prefeito: inicialmente foi inscrito provisoriamente o presidente do PT, mas de acordo com a imprensa local, em 2006 quando Cid Gomes (PSB) e Francisco Pinheiro (PT) foram eleitos governador e vice-governador houve pacto segundo o qual caberia a Cid decidir quem seria o vice-prefeito em 2008. Tim Gomes (PHS), então presidente da Câmara de Vereadores, seria o favorito do governador para ocupar o cargo. Após várias e longas discussões prevaleceu o nome de Tim Gomes.

Outro fato de marcou a disputa de 2008 foi o apoio do Deputado Ciro Gomes a sua ex-mulher Patrícia Saboya (PDT), indo contra a aliança de seu partido PSB para essas eleições e contra seu próprio irmão, Cid Gomes, então governador que apoiou Luizianne Lins. Tal fato acabou por parar na Justiça Eleitoral que proibiu Patrícia Saboya de utilizar em sua campanha fotos ao lado de Lula, Cid e Ciro Gomes.

Ao final da eleição, Luizianne Lins foi reeleita em primeiro turno com 50,16% dos votos.

Tabela 18 – Resultado eleitoral Prefeitura de Fortaleza (2008)

Candidatos	Votos	%
Luizianne Lins (PT)	593.778	50,16%
Moroni Torgan (PFL)	295.921	25,00%
Patrícia Saboya (PDT)	183.136	15,47%
Renato Roseno (PSOL)	67.080	5,67%
Pastor Neto (PSC)	22.874	1,93%
Aguiar Júnior (PTC)	8.232	0,70%
Sérgio Braga (PPS)	6.235	0,53%
Adahil Barreto (PR)	4.828	0,41
José Carlos Vasconcelos (PCB)	1.636	0,14%

Fonte: TRE/CE.

A aliança entre PT e PSB é rompida em 2012 durante o período pré-eleitoral e no qual o governador Cid Gomes (PSB) e a então prefeita Luizianne Lins (PT) começaram a trocar acusações públicas devido às divergências referentes à formação da chapa que disputaria as eleições daquele ano. Tudo ocorreu porque o governador não aceitou o nome do ex-Secretário de Educação do município, Elmano de Freitas (PT) indicado pela prefeita e presidente estadual do PT para concorrer como cabeça de chapa. Após toda a troca de acusações, PT e PSB lançaram candidatos próprios para a eleição de 2012. Roberto Cláudio (PSB) e Elmano de Freitas (PT) protagonizaram uma disputa acirrada no primeiro turno, que os levou ao segundo turno das eleições na capital.

Tabela 19 – Resultado eleitoral Prefeitura de Fortaleza (2012) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Elmano de Freitas (PT)	318.262	25,44%
Roberto Cláudio (PSB)	291.740	23,32%
Heitor Ferrer (PDT)	262.365	20,97%
Moroni Torgan (DEM)	172.002	13,75%
Renato Roseno (PSOL)	148.128	11,84%
Marcos Cals (PSDB)	30.457	2,43%
Inácio Arruda (PCdoB)	22.808	1,82%
Gonzaga (PSTU)	3.308	0,26%
André Ramos Silva (PPL)	1.874	0,15%

Fonte: TRE/CE.

A gestão municipal petista já não contava com a mesma aprovação que rendeu a Luizianne a reeleição. Escândalos envolvendo a prefeita por uso indevido de cartão corporativo, gastos excessivos com shows de fim de ano, buracos e sujeira pelas ruas da capital, a fizeram ser comparada com a gestão Maria Luiza. Por outro lado, o governador Cid Gomes (PSB) estava com a popularidade em alta, devido as grandes obras de infraestrutura que o governo vinha realizando, fato que resultou na

vitória do seu candidato Roberto Cláudio (PSB) em meio a um segundo turno bastante disputado com o petista.

Tabela 20 – Resultado eleitoral Prefeitura de Fortaleza (2012) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Roberto Cláudio (PSB)	650.607	53,02%
Elmano de Freitas (PT)	576.435	46,97%

Fonte: TRE/CE.

A eleição de Roberto Cláudio põe fim a tradição de oposição ao governo do estado que até então sempre marcou a disputa eleitoral para o executivo municipal. Bem como, fortalece a tese predominante entre os acadêmicos e estudiosos da política cearense de que os irmãos Ferreira Gomes (Cid e Ciro) iniciaram um novo ciclo político de dominação da política cearense.

3.1.2. As eleições para o Executivo Estadual e para o Senado Federal no Ceará (1986 a 2010)

As primeiras eleições para governador e senador disputadas após a redemocratização do país ocorreram em 1986 em todo o país. No Ceará esta eleição marcou o fim do chamado ciclo político dos coronéis (Aduino Bezerra, César Cals e Virgílio Távora) e o início do Tassismo²⁰.

Os protagonistas das eleições de 1986 para o governo do estado foram Aduino Bezerra e Tasso Jereissati, conforme dados da tabela abaixo.

Tabela 21 – Resultado eleitoral para Governador (1986)

Candidatos	Votos	%
Tasso Ribeiro Jereissati (PMDB)	1.407.693	61,5%
José Aduino Bezerra (PFL)	807.315	35,2%
José Haroldo Bezerra Coelho (PT)	68.044	3,0%
Francisco Aires Quintela (PSC)	7.304	0,3%

Fonte: TRE/CE.

Tasso Jereissati conseguiu se eleger governador com o apoio do grupo de empresários do Centro Industrial do Ceará – CIC²¹ e em coligação do PMDB com PDC, PC e PCdoB que se apresentaram como uma alternativa ao clientelismo e à corrupção dos “coronéis”.

Em contraposição ao chamado “grupo das mudanças”, Aduino Bezerra, como mostrou Lemenhe (1994, p. 91-94), tentou apresentar como positivas as formas

²⁰ Em referência a Tasso Jereissati que comandou o governado do estado por 15 anos, sendo eleito governador 3 vezes, elegendo seu candidato outras 2 vezes e sendo eleito senador pelo estado x vezes.

²¹ O grupo político do CIC era formado por jovens empresários locais, filhos da primeira geração de industriais cearenses, tendo como principais nomes Beni Veras, Amarílio Macedo, Sérgio Machado e o próprio Tasso Jereissati.

políticas tradicionais de “lealdade” e tradição”, pilares do clientelismo combatido por Tasso e a quem Adauto chamou de comunista.

A primeira administração tassista foi marcada por um profundo processo de reestruturação político-administrativa com ajuste de contas públicas, incentivo a industrialização e melhoria dos indicadores econômicos.

O grupo político de empresários do CIC, obteve sucesso também na disputa para o senado. Elegendo Mauro Benevides (PMDB) e Cid Carvalho (PMDB), candidatos da coligação como senadores mais bem votados no estado no pleito de 1986.

Tabela 22 – Resultado eleitoral para o Senado (1986)

Candidatos	Votos	%
Carlos Mauro Cabral Benevides (PMDB)	1.219.289	30,4%
Cid Saboia De Carvalho (PMDB)	950. 231	23,7%
Paulo De Tarso Lustosa Da Costa (PFL)	732.169	18,3%
César Cals De Oliveira Filho (PDS)	602.546	15,0%
Esmerino Oliveira Arruda Coelho (PMDB)	116.990	2,9%
Pedro Augusto De Sales Gurjão (PDT)	114.019	2,8%
Eduardo Régis Monte Jucá (PSB)	104.644	2,6%
Nestor Nogueira De Vasconcelos (PMDB)	65.151	2,6%
Alberto Leite Teixeira (PDT)	19.668	1,2%
Maria Cleide Carlos Bernal (PT)	49.878	0,5%
Francisco José Loyola Rodrigues (PSC)	16.375	0,4%
Olga Numes Da Silva (PL)	14.985	0,4%

Fonte: TRE/CE.

Em meados de 1988, Tasso sai do PMDB e se filia ao PSDB, partido que se tornaria o principal partido político do estado por longos anos. Ainda neste mesmo ano, Tasso apoia Ciro Gomes para prefeito da Capital, o qual se elege. Dois anos depois, o mesmo Ciro Gomes é lançado por Jereissati como candidato a governador do estado.

As mudanças político-administrativas promovidas por Tasso Jereissati e os altos índices de aprovação do governador refletiram no resultado eleitoral de 1990 para o governo do Estado, no qual seu candidato Ciro Gomes (PMDB) sagrou-se vitorioso ainda no primeiro turno das eleições com 54,3% contra Paulo Lustosa da Costa (PDS) que tinha como vice D. Luiza Távora, viúva de Virgílio Távora.

Tabela 23 – Resultado eleitoral para Governador (1990)

Candidatos	Votos	%
Ciro Ferreira Gomes (PSDB)	1.279.492	54,3%
Paulo de Tarso Lustosa da Costa (PDS)	871.047	37,0%
João Alfredo Telles Melo (PT)	185.482	7,9%
José Ribamar Aguiar Júnior (PRN)	19.508	0,8%

Fonte: TRE/CE.

O grupo político de Tasso Jereissati também saiu vitorioso na disputa para o Senado, elegendo Beni Veras (52,8%), que disputou a vaga com Paes de Andrade (PDS), candidato de oposição ao governo estadual.

Tabela 24 – Resultado eleitoral para Senador (1990)

Candidatos	Votos	%
Benedito Clayton Veras Alcântara (PSDB)	1.026.965	52,8%
Antônio Paes de Andrade (PDS)	752.950	38,7%
Antônio Durval Ferraz Soares (PT)	162.415	8,3%

Fonte: TRE/CE.

O governo Ciro Gomes seguiu a linha de mudanças político-administrativas iniciadas por Tasso Jereissati, promovendo reformas na máquina pública sem se preocupar em agradar seus aliados políticos. Ciro seguiu os passos de Tasso até mesmo na forma prepotente e no isolamento político deste último durante seu governo. Assim como Jereissati, Ciro polemizou com políticos, que reclamavam da falta de acesso ao governador, com professores, médicos, e sobretudo com a imprensa. A diferença crucial dos dois governos é que Ciro conseguiu ter maioria parlamentar na Assembleia Legislativa do Ceará, fato que não aconteceu no governo Tasso Jereissati.

Durante o governo de Ciro Gomes a economia cearense registrou altas taxas de crescimento, alcançando taxas superiores que as da região nordeste e do Brasil. A renda do Ceará subiu de R\$1.467,00, em 1990, para R\$ 1.637,00, em 1995, em termos absolutos. Ou seja, um aumento acumulado de 11,6% (em comparação a 6,3% do Brasil e a 4,2% do Nordeste), segundo o Centro de Economia Regional, da Universidade Federal do Ceará.

Os programas de combate a epidemias, ao desemprego e ao analfabetismo deram ao Governo Ciro Gomes destaque internacional e renderam uma aprovação de 74% a sua administração no final do governo.

Em 1994, Tasso Jereissati se candidata novamente ao executivo estadual, sendo eleito ainda em primeiro turno com 55,3% dos votos. Seu principal adversário nestas eleição foi o ex-prefeito de Fortaleza Juraci Magalhães que ficou em segundo lugar com 37,6% dos votos.

Tabela 25 – Resultado eleitoral para Governador (1994)

Candidatos	Votos	%
Tasso Jereissati (PSDB)	1.368.757	55,3%
Juraci Magalhães (PMDB)	930.407	37,6%
Joaquim Cartaxo Filho (PT)	75.753	3,0%
Rosa da Fonseca (PSTU)	72.395	2,9%
José Evaldo Costa Lins (PRONA)	26.819	1,0%

Fonte: TRE/CE.

O grupo tassista confirmou sua hegemonia na política estadual conquistando também as duas vagas cearenses para o Senado Federal daquele pleito, elegendo assim, Lúcio Alcântara e Sérgio Machado, com 30,3% e 22,6% dos votos respectivamente.

Tabela 26 – Resultado eleitoral para Senador (1994)

Candidatos	Votos	%
Lúcio Alcântara (PDT)	1.193.819	30,3%
Sérgio Machado (PSDB)	888.961	22,6%
Mauro Benevides (PMDB)	460.201	11,7%
Cid Carvalho (PMDB)	386.471	9,8%
Maria Luiza Fontenele (PSTU)	307.519	7,8%
Eduardo Regis Monte Juca (PSB)	237.902	6,0%
Antônio Durval Ferraz Soares (PT)	201.739	5,1%
Ana de Castro Lins (PRONA)	162.404	4,1%
Artur de Freitas Torres de Melo (PMN)	95.226	2,4%

Fonte: TRE/CE.

Durante seu segundo mandato à frente do Executivo Estadual, Tasso deu prosseguimento aos programas sociais que implantou na primeira gestão, bem como deu continuidade as reformas do aparelho do Estado e a manutenção da austeridade fiscal. Foi durante seu segundo governo que Tasso pôs em prática o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará, projeto que tinha como objetivo a proteção ao meio ambiente, o reordenamento do espaço, a capacitação da população, a geração de emprego e renda e o estímulo à cultura, ciência e tecnologia.

Dentre as principais obras que podem ser apontadas como frutos desse Plano de Desenvolvimento estão: o Porto do Pecém, o Aeroporto Internacional de Fortaleza, o Açude Castanhão, o Centro Cultural Dragão do Mar, o Canal da Integração, Nova Jaguaribara, Projeto São José, Projeto Sanear I e II. Tais feitos renderam a Tasso a manutenção da aprovação de seu governo pela maioria da população e o conduziram à reeleição em 1998 para o seu terceiro mandato como governador do Ceará.

Tabela 27 – Resultado eleitoral para Governador (1998)

Candidatos	Votos	%
Tasso Jereissati (PSDB)	1.569.110	62,71%
Gonzaga Mota (PMDB)	548.509	21,92%
José Airton Cirilo (PT)	347.671	13,89%
Antônio Reginaldo C. Moreira (PMN)	18.304	0,73%
Valdir Pereira (PSTU)	18.239	0,72%

Fonte: TRE/CE.

Tasso se reelege governador ainda em primeiro turno com 62,71% dos votos contra o segundo colocado, o ex-governador Gonzaga Mota que teve apenas

21,92% dos votos. Vale lembrar aqui que foi Gonzaga Mota quem em 1986 lançou a candidatura de Tasso ao governo do estado em oposição aos coronéis.

Mais uma vez o Tassismo mostrou seu predomínio na política cearense conquistou a vaga para o Senado, elegendo Luiz Pontes senador com 62,2% dos votos.

Tabela 28 – Resultado eleitoral para Senador (1998)

Candidatos	Votos	%
Luiz Pontes (PSDB)	1.433.020	62,2%
Paes de Andrade (PMDB)	734.180	31,9%
Tarcísio Leite (PSN)	73.647	3,2%
Raimundo Pereira de Castro (PSTU)	62.451	2,7%

Fonte: TRE/CE.

Foi durante seu terceiro mandato que o Ceará conquistou um prêmio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) pela redução da mortalidade infantil, que caiu de 63,13 em 1992 para 41,43 em 1999, fruto das políticas sociais desenvolvidas durante os governos tassistas do período. Foi nesse período também que a ONU divulgou uma pesquisa, reconhecendo o Ceará como o Estado brasileiro que registrou o maior crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Tasso terminou seu terceiro mandato com queda na taxa de analfabetismo e com 97% das crianças entre 7 e 14 anos matriculadas na escola.

Apesar de todos os feitos do período que compreendeu os três governos Tasso Jereissati (1986, 1996 e 1998) e o governo Ciro Gomes (1990), o Tassismo chega ao pleito de 2002 dando sinais de seu declínio. Desentendimentos dentro do próprio partido e a indecisão sobre quem seria o candidato do PSDB à sucessão de Tasso Jereissati ganharam notoriedade na imprensa local e marcaram o período pré-eleitoral, mostrando que aquela não seria uma eleição monótona como as anteriores para o governo do estado.

Sérgio Machado - secretário de governo da primeira gestão Tasso, eleito senador em 1994 e desde então postulante a governador na sucessão de Tasso -, desde de 1998, quando da decisão de Tasso de se candidatar à reeleição, acaba se afastando do grupo tassista e em 2001, vendo que não teria como se candidatar pelo PSDB ao governo do estado sem o apoio de Tasso, acaba por sair do partido e se filiar ao PMDB, partido pelo qual disputaria a eleição para o executivo estadual. Em seu discurso de filiação, Sérgio Machado deixa claro seu descontentamento com o grupo político Tassista que mandava o PSDB cearense.

"Hoje estou mudando de partido mas não estou mudando de objetivos ou ideais. Quem mudou, na verdade não fui eu, mas as pessoas que continuam

no PSDB no Ceará, que pregam a democracia, mas não a praticam internamente. O PSDB nacional cultiva a democracia mas o cearense não."

Outro que rompeu com o então governador Tasso Jereissati na ambição de disputar o cargo de governador nas próximas eleições, foi o presidente da Assembleia Legislativa Wellington Landim. De acordo com Carvalho (2003), o que motivou o rompimento foi *"a postura imperial do governo no trato com os políticos até mesmo os aliados, implicando em frustração das pretensões de candidatos a cargos majoritários não ungidos por suas graças"* (p. 10)

Landim acaba por se filiar ao PSB e com apoio dos partidos de esquerda consegue instalar a CPI do BEC²² que investiga denúncias de irregularidades na concessão de créditos a empresas e políticos entre 1995 e 1998 e se candidata a governador em 2002.

O candidato escolhido por Tasso para disputar o governo do estado pelo PSDB foi Lúcio Alcântara, que estava em seu último ano de mandato como senador e que se aproximara do grupo tassista em 1990, quando compôs a chapa com Ciro Gomes, sendo eleito vice-governador. Lúcio vem de uma família política que se formou nos quadros do PDS – seu pai, Waldemar Alcântara, chefe político do PSD, foi eleito prefeito "biônico" de Fortaleza na década de 70.

Para Moraes (2003), a escolha feita por Tasso por Lúcio Alcântara se explica pelo fato de que

"Em Lúcio Alcântara, político que vive para a política e não da política, lembrando a disjunção proposta por Max Weber, Tasso Jereissati teria vislumbrado um candidato com possibilidades mais concretas de vitória, a despeito de ser um político que transita em faixa própria, com ideias e projetos não automaticamente alinhados ao estilo de fazer política tassista." (MORAES, 2003, p. 2)

Diante desse contexto pré-eleitoral tão tumultuado, foi nas eleições de 2002 que, pela primeira vez aconteceu um segundo turno para governador, desde que tal mecanismo foi instituído pela Constituição de 1998. Durante o primeiro turno, ao todo sete candidatos disputaram o executivo estadual.

Tabela 29 – Resultado eleitoral para Governador – 1º turno (2002)

Candidatos	Votos	%
Lúcio Alcântara (PSDB)	1.625.202	49,8%
José Airton Cirilo (PT)	924.690	28,3%
Sérgio Machado (PMDB)	395.699	12,1%
Wellington Landim (PSB)	240.189	7,4%
Cláudia Brilhante (PTB)	37.658	1,2%
Pedro de Albuquerque Neto (PDT)	31.102	1,0%
Raimundo Pereira de Castro (PSTU)	9.707	0,3%

²² De acordo com as denúncias, tais irregularidades na concessão de créditos resultou em um rombo de R\$ 700 milhões para os cofres do Banco do Estado do Ceará – BEC.

Fonte: TRE/CE.

Dessa forma, Lúcio foi eleito (no 2º turno) em um contexto de retorno da competitividade das disputas eleitorais, sugerindo, por isso mesmo, o enfraquecimento do grupo político que comandou esse ciclo de hegemonia, bem como sugere mudanças significativas na sociedade que se refletiram nas eleições de 2002. Além disso, a própria escolha de Lúcio reforça a análise de que o grupo empresarial enfrentava dificuldades para a continuidade no poder.

Lúcio Alcântara enfrentou um segundo turno bastante disputado com José Airton (PT), político sem grande expressão no estado, vereador de Fortaleza e ex-prefeito de Icapuí, mas que se beneficiou da ascensão do PT com Lula na campanha presidencial, seu slogan de campanha “É Lula Lá e José Airton Cá”, o rendeu o segundo lugar nas eleições para o executivo estadual com uma diferença mínima de 3.047 votos.

Tabela 30 – Resultado eleitoral para Governador – 2º turno (2002)

Candidatos	Votos	%
Lúcio Alcântara (PSDB)	1.765.726	50,1%
José Airton Cirilo (PT)	1.762.679	49,9%

Fonte: TRE/CE.

Neste pleito, Tasso candidatou-se ao senado Federal, tendo sido eleito sem grandes dificuldades, juntamente com sua aliada política Patrícia Saboya (PPS).

Tabela 31 – Resultado eleitoral para Senador (2002)

Candidatos	Votos	%
Tasso Jereissati (PSDB)	1.915.781	31,5%
Patrícia Saboya (PPS)	1.864.404	30,7%
Mário Mamede (PT)	908.009	14,9%
Eudoro Walter de Santana (PSB)	773.027	12,7%
Paulo Lustosa (PMDB)	415.854	6,8%
Gelson Ferraz de Medeiros (PL)	168.159	2,8%
Paulo de Tarso Melo Lima (PHS)	23.224	0,4%
Raimundo José Aguiar Ribeiro (PSTU)	9.810	0,2%

Fonte: TRE/CE.

O enfraquecimento do grupo político tassista e o fim de sua hegemonia no executivo estadual se confirmaram durante a campanha de 2006, quando Lúcio buscava a reeleição e na qual enfrentou a resistência declarada de Tasso. Ao não apoiar Lúcio Alcântara, Tasso contribuiu decisivamente para inviabilizar a permanência de seu grupo político à frente do governo do estado. Quem saiu derrotado do pleito de 2006 foi Lúcio e não o PSDB, que mesmo não elegendo seu candidato, participou de forma ativa do Governo Cid Gomes, compondo o secretariado estadual e a base aliada do novo governador na Assembleia Legislativa.

Tabela 32 – Resultado eleitoral para Governador – (2006)

Candidatos	Votos	%
Cid Gomes (PSB)	2.411.457	62,4%
Lúcio Alcântara (PSDB)	1.309.277	33,9%
Renato Roseno (PSOL)	106.184	2,7%
Coronel Gondim (PSDC)	19.491	0,5%
José Maria de Melo (PL)	15.274	0,4%
Salete Maria da Silva (PCO)	4.165	0,1%

Fonte: TRE/CE.

Cid Gomes elegeu-se governador do Ceará, ainda no primeiro turno, com ampla margem de votos, quase o dobro do segundo colocado e candidato à reeleição Lúcio Alcântara. O primeiro governo Cid Gomes foi marcada por uma heterogênea base aliada que ia desde o PT (sobretudo durante o período eleitoral, onde a então prefeita Luizianne Lins indicou o candidato a vice-governador, Francisco Pinheiro, um de seus principais colaboradores até a participação e o apoio do PSDB e de Tasso Jereissati, velho aliado político, no governo dando maioria na Assembleia Legislativa e compondo o secretariado do novo governo.

Diferentemente da eleição para o executivo estadual decidida com ampla margem de vantagem, a disputa para o Senado foi acirrada até o último minuto e acabou por eleger Inácio Arruda (PCdoB) senador, com uma diferença de apenas 6% para o segundo colocado, Moroni Torgan (PFL/DEM).

Tabela 33 – Resultado eleitoral para Senador (2006)

Candidatos	Votos	%
Inácio Arruda (PCdoB)	1.912.663	52,2%
Moroni Torgan (PFL/DEM)	1.680.362	45,9%
Maria Nair F. Silva (PDT)	39.327	1,1%
Raimundo Pereira de Castro (PSTU)	18.545	0,5%
Tarcísio Leitão (PCB)	6.084	0,2%
Antônio Fernandes da Silva (PSDC)	3.640	0,1%

Fonte: TRE/CE.

Foi durante o primeiro governo Cid Gomes que o Ceará atingiu os melhores indicadores educacionais de sua história e que pela primeira vez, o governo do Estado construiu hospitais no interior do estado, melhorando a saúde pública do estado. Tal desempenho rendeu a Cid Gomes, a reeleição em 2010, também em primeiro turno, com mais de um milhão e meio de votos de diferença para o segundo colocado, Marcos Cals (PSDB) e ex-secretário de governo de Cid Gomes.

Tabela 34 – Resultado eleitoral para Governador (2010)

Candidatos	Votos	%
Cid Gomes (PSB)	2.436.940	61,3%
Marcos Cals (PSDB)	775.852	19,5%
Lúcio Alcântara (PR)	654.035	16,4%
Marcelo Silva (PV)	66.271	1,7%
Soraya Tupinambá (PSOL)	38.599	1,0%

Francisco Gonzaga (PSTU)	5.412	0,1%
--------------------------	-------	------

Fonte: TRE/CE.

O pleito de 2010 marcou o fim da aliança história entre Tasso Jereissati e os irmãos Ferreira Gomes (Cid e Ciro). Tal rompimento se deu devido a disputa para o Senado, na qual Tasso, candidato do PSDB ao Senado, esperava contar com o apoio de Cid Gomes para sua reeleição ao Senado, fato que não se confirmou. O apoio de Cid a campanha de Tasso não foi possível, graças a um acordo firmado durante a campanha estadual de 2006 entre PSB, PT e PMDB, o qual envolveu a desistência de Eunício Oliveira em disputar a única vaga para o Senado daquele ano em favor de Inácio Arruda (PCdoB), que em contrapartida teria assegurado o apoio para se candidatar em 2010. Até aí, como a disputa em 2010 era para duas vagas no Senado, Cid poderia apoiar Eunício e Tasso, seu aliado político de longa data. O que o então governador e sobretudo Tasso não esperavam é que o PT lançariam o ex-ministro José Pimentel, como segundo candidato da coligação para o Senado. Tal fato e a pressão da prefeita Luizianne Lins por um posicionamento do governador em relação a disputa senatorial, acabaram por romper a aliança Tasso – Ferreira Gomes.

A reeleição de Tasso Jereissati era dada como certa e seria garantida pelos votos do interior. No entanto, o que se viu com o resultado das eleições é que os eleitores decidiram seu voto para o Senado visando a vitória dos candidatos situacionistas, Eunício Oliveira e José Pimentel.

Tabela 35 – Resultado eleitoral para Senador (2010)

Candidatos	Votos	%
Eunício Oliveira (PMDB)	2.688.833	36,3%
José Pimentel (PT)	2.397.851	32,4%
Tasso Jereissati (PSDB)	1.754.567	23,7%
Alexandre Pereira (PPS)	470.127	6,4%
Marilene Torres (PSOL)	58.732	0,8%
Reginaldo Araújo (PSTU)	14.755	0,2%
Raquel Dias (PSTU)	14.650	0,2%
Benedito Oliveira (PCB)	2.880	0,04%

Fonte: TRE/CE.

A campanha de Eunício e Pimentel contou com a presença ativa do ex-Presidente Lula, que pediu o voto casado nos dois candidatos, pois estes seriam os únicos que poderiam ajudar a candidata a presidente Dilma Rousseff a governar o país, sem passar pelos contratempos e insultos que ele, Lula sofreu quando presidente e com Tasso Jereissati ocupando uma vaga no senado.

Para Aquino e Carvalho (2011),

“O caso das eleições de 2010 no Ceará indica que nas eleições para o Governo Estadual e para o Senado os eleitores tendem a votar nos candidatos que são

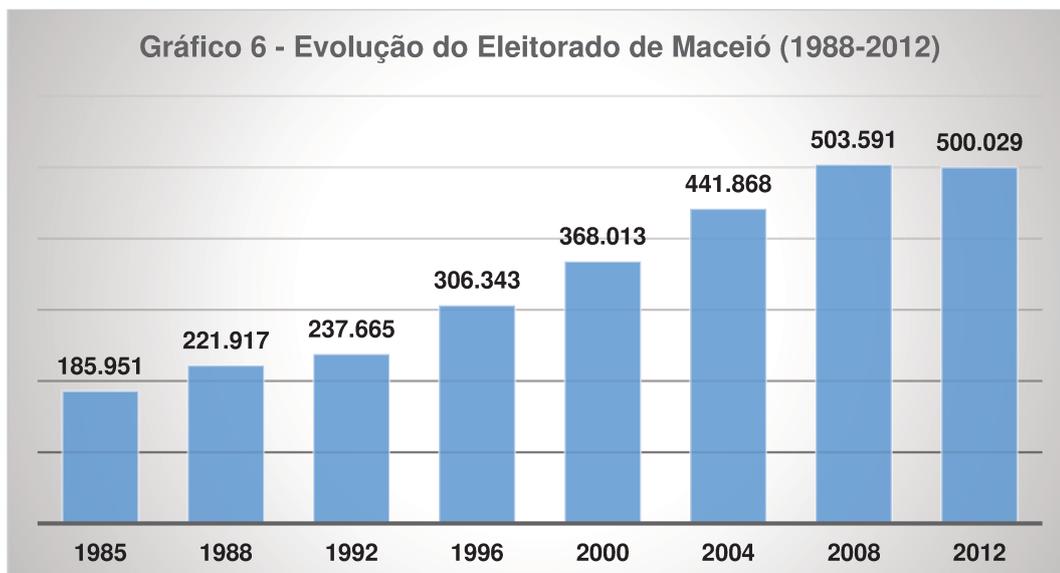
percebidos como estando no mesmo lado político: situação ou oposição. A tendência das lideranças é movimentar-se em direção ao polo situacionista, e somente tomar decisão diferente em campanhas cuja competitividade sugira o declínio do domínio político de determinado grupo ou partido político e a ascensão de outras forças política.” (AQUINO E CARVALHO, 2011, p. 1)

O exame das disputas eleitorais para a Prefeitura da capital cearense, para o governo estadual e para o senado, nos possibilitam perceber algumas características marcantes do subsistema partidário cearense: 1) a capital Fortaleza tende a fazer oposição ao governo estadual, uma vez que durante o período analisado, apenas dois candidatos (Ciro Gomes, em 1988 e Roberto Cláudio, em 2012) foram eleitos com apoio do governador (Tasso, em 1988 e Cid Gomes, em 2012); 2) nas disputas para o senado, os eleitores tendem ao voto casado, votam em candidatos ao senado da mesma coligação; 3) não há o surgimento de novas lideranças políticas, sobretudo nas disputas para o governo e o senado, mas sim o rearranjo de velhas lideranças políticas que em outrora eram aliados políticos e em determinado momento, devido as circunstâncias eleitorais acabam por romper.

3.2. Alagoas: A terra dos marechais e suas candidaturas “açucaradas”

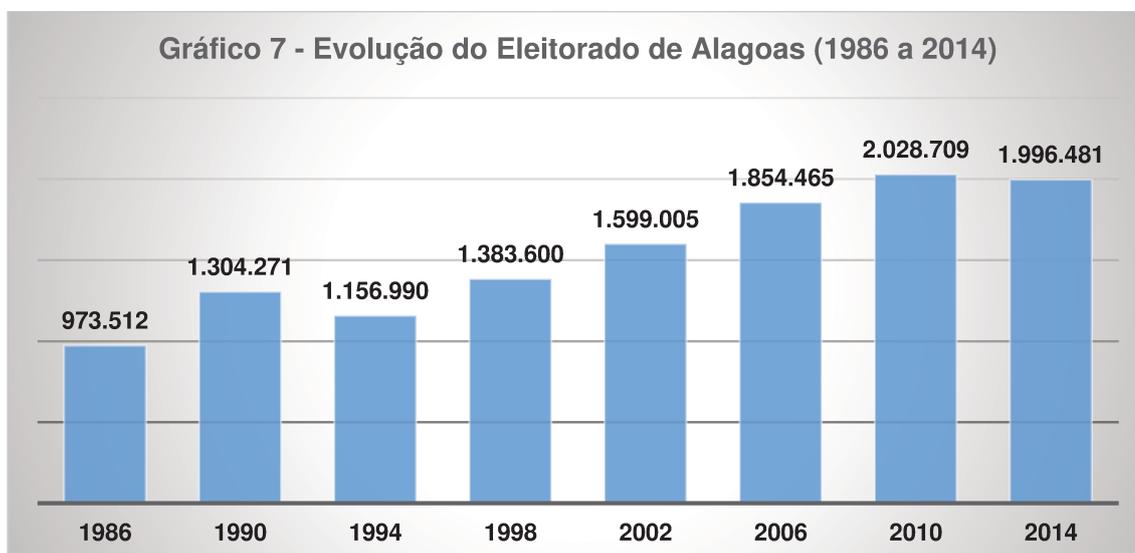
A terra dos marechais Teodoro da Fonseca e Floriano Peixoto vive após a redemocratização política do país tempos de políticas açucaradas. A cana de açúcar, principal atividade econômica do estado juntamente com o turismo, movimenta não só a economia alagoana mas sua política também. Como veremos a seguir os grandes usineiros do estado tem participação direta nos rumos políticos do estado, seja apoiando determinados candidatos, seja eles mesmo se candidatando ao executivo municipal ou estadual.

O gráfico a seguir traz a evolução do eleitorado da capital Maceió durante o período de 1985 a 2012. Como podemos ver de 1988 a 2014 o eleitorado maceioense cresceu 44,4%. Em 2012, o eleitorado maceioense era composto em sua maioria por mulheres (56,9%), com idades entre 25 e 59 anos (42,0%) e com escolaridade até o Ensino Médio completo (26,1%).



Fonte: TRE/AL

No gráfico 7, por sua vez, apresentamos a evolução do eleitorado do estado de Alagoas no período de 1986 a 2014. Durante esse período o eleitorado alagoano cresceu 48,8%. Em 2014, o eleitorado alagoano era composto em sua maioria por mulheres (53,6%), com idades entre 25 e 59 anos (36,9%) e com escolaridade de até o Ensino Fundamental incompleto (27,5%).



Fonte: TRE/AL

Na próxima sessão analisamos os resultados eleitorais no estado e identificamos suas elites políticas. Primeiramente analisaremos as eleições municipais para Prefeito de Maceió (1985, 1988, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012) e por fim, as eleições para o governo do estado e para o Senado Federal (1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010).

3.2.1 As eleições para o Executivo Municipal de Maceió (1985 a 2012)²³

Djalma Falcão (PMDB), João Sampaio (PDS/PFL), Sabino Romariz (PDT), Sandoval Caju (PTB); Nilson Miranda (PCB) e Reinaldo Cabral (PT) foram os candidatos a prefeito de Maceió nas eleições de 1985.

O Deputado federal Djalma Falcão foi eleito prefeito da capital alagoana com 41,4% dos votos contra 38,0% do candidato do PFL/PDS, João Sampaio, apontado pelas pesquisas da época como favorito. Em terceiro lugar ficou Sabino Romariz (PDT) com 17,6% dos votos, seguido por Sandoval Caju (PTB) com 1,5%, Nilson Miranda (PCB) com 0,8% e Reinaldo Cabral (PT) com 0,7%.

Ao assumir o governo municipal, Djalma Falcão encontrou uma prefeitura cheia de dívidas e sem um centavo em caixa. Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas e eleito duas vezes deputado federal, o agora prefeito pediu ao TC que abrisse auditoria nas contas da Prefeitura para saber onde e como foram gastos os 185 milhões que seu antecessor recebeu em novembro de 1985.

Tabela 36 – Resultado eleitoral Prefeitura de Maceió (1985)

Candidatos	Votos	%
Djalma Falcão (PMDB)	56.184	41,4%
João Sampaio (PDS/PFL)	51.561	8,0%
Sabino Romariz (PDT)	23.878	17,6%
Sandoval Caju (PTB)	2.099	1,5%
Nilson Miranda (PCB)	1.099	0,8%
Reinaldo Cabral (PT)	995	0,7%

Fonte: Jornal Gazeta de Alagoas.

A grave crise financeira por que passava o Executivo Municipal fez com que o então prefeito Djalma Falcão não conseguisse cumprir suas promessas de campanha, fato que ocasionou não só o descontentamento da população com seu governo, mas também uma forte oposição ao prefeito na Câmara de Vereadores que dificultou ao máximo a aprovação de vários projetos do prefeito, uma greve geral dos servidores públicos municipais descontentes com atraso salarial e corte de vários benefícios promovido por Djalma, na tentativa de enxugar os gastos da Prefeitura. Além dos grandes empresários descontentes com os ajustes fiscais promovidos pelo Executivo Municipal.

A crise econômica e a forte oposição enfrentada no legislativo municipal, fizeram o então prefeito Djalma Falcão cogitar inclusive renunciar ao cargo. Fato que

²³ Poucas informações foram encontradas referentes as primeiras eleições municipais em Maceió. Fizemos uso de informações encontradas nos Jornais Gazeta de Alagoas e Jornal de Hoje.

não aconteceu. Uma das poucas promessas de campanha cumpridas por Djalma foi a entrega de casas populares a operários aposentados da Fábrica Carmem.

As eleições de 1988 para o Executivo municipal foram marcadas por duras críticas às gestões peemedebistas municipal (Djalma Falcão) e estadual (Fernando Collor). Não só a Prefeitura da capital alagoana, mas todo o estado enfrentava uma grave crise econômica e política. A falência da máquina pública era notícia constante nos jornais, bem como a crescente onda de crimes políticos por todo o estado.

Ao final do pleito de 1988, o então senador do PFL, Guilherme Palmeira foi eleito prefeito de Maceió com 43,2% dos votos. Seguido pelo peemedebista Renan Calheiros (38,4%) e Dilton Simões do PSB com 17,4% dos votos.

Já em seu primeiro dia de governo, Guilherme Palmeira iniciou a Operação “Acorda Maceió”, na qual reasfaltou ruas, limpou ruas e praças e deu um ultimato ao Governo do Estado sobre a oferta de transporte público na capital. Seu governo também enfrentou duras críticas devido à salários atrasados e a crise financeira da Prefeitura.

Tabela 37 – Resultado eleitoral Prefeitura de Maceió (1988)

Candidatos	Votos	%
Guilherme Palmeira (PFL)	49.733	43,2%
Renan Calheiros (PMDB)	44.213	38,4%
Dilton Simões (PSB)	20.069	17,4%
Pedro Verdino ²⁴	650	0,6%
Mendonça Neto (PMN)	388	0,3%
Galdino Vasconcelos (PH)	189	0,2%

Fonte: Jornal de Hoje.

Após pouco mais de um ano à frente do Executivo municipal, Guilherme renuncia ao cargo para disputar as eleições de 1990 para o Senado Federal. Seu vice, João Sampaio assume a Prefeitura com contas mais equilibradas, com o plano diretor da cidade aprovado e podendo dar continuidade às promessas de campanha. João Sampaio também não completa o mandato de prefeito, se descompatibilizando do cargo em 1992 para concorrer ao cargo de vereador da capital alagoana nas eleições daquele ano.

Assim como ocorrido para os demais estados, não há registros dos resultados eleitorais do pleito municipal de 1992 para Maceió. A única informação encontrada é de que foi eleito prefeito da capital alagoana Ronaldo Lessa, tendo Heloísa Helena (PT) como vice-prefeita.

²⁴ Não foi encontrada qualquer menção ao partido de Pedro Verdino.

A vitória da chapa Ronaldo Lessa e Heloísa Helena representa um momento importante na política alagoana, no qual práticas oligárquicas comandadas por candidatos apoiados pelos grandes empresários do setor canavieiro dão lugar a políticas de esquerda, aos movimentos sociais, etc.

Dando continuidade ao ciclo de mudanças da política alagoana, a eleição de 1996 foi marcada pela disputa acirrada entre “duas mulheres de trajetórias semelhantes e oriundas da gestão municipal de Ronaldo Lessa, prefeito à época da campanha” (Barreira, 2009). São elas: Heloísa Helena (PT), vice-prefeita do governo Lessa, e Kátia Born (PSB), secretária de saúde do mesmo governo.

Segundo Irllys Barreira (2009), as duas candidatas surgem como símbolo de mudança política em Alagoas, uma vez que “ambas possuem um passado de participação política em movimentos de esquerda e não portam os sobrenomes Bulhões, Malta, Mello ou Lyra” (Barreira, 2009).

Durante a campanha, ambas as candidatas reivindicaram para si a imagem de continuidade do governo Lessa. Mostrando todos os feitos realizados pelo então prefeito e afirmando ser capaz de dar continuidade as melhorias na capital alagoana. Ambas saíram vitoriosas no 1º turno da eleição com uma diferença de pouco mais de 6 mil votos para Kátia Born, candidata apoiada pelo então prefeito Ronaldo Lessa.

Tabela 38 – Resultado eleitoral Prefeitura de Maceió (1996) – 1º Turno

Candidatos	Votos	%
Kátia Born (PSB)	70.271	32,2%
Heloísa Helena (PT)	63.548	29,1%
Alberico Cordeiro (PTB)	41.404	18,9%
Pedro Vieira (PMN)	20.416	9,3%
Denilma Vilar de Bulhões (PFL)	13.056	6,0%
Antônio Holanda (PPB)	3.884	1,8%
José Djalma Batista (PRP)	3.550	1,6%
Armando Lobo (PSD)	2.388	1,1%

Fonte: TRE/AL

Durante a disputa do 2º turno, Ronaldo Lessa intensificou sua participação na campanha de Kátia Born e Heloísa Helena ganhou o apoio de Denilma Bulhões. Ao final do pleito Kátia Born foi eleita prefeita da capital alagoana com pouco mais de 4 mil votos de diferença da candidata petista.

Tabela 39 – Resultado eleitoral Prefeitura de Maceió (1996) – 2º Turno

Candidatos	Votos	%
Kátia Born (PSB)	112.123	50,9%
Heloísa Helena (PT)	107.776	49,0%

Fonte: TRE/AL

Sob o slogan “Feliz Cidade”, a gestão de Kátia Born deu prioridade a participação comunitária nas ações municipais. Durante seu primeiro ano de mandato, a prefeita eleita deu início ao projeto “Revitalização do Jaraguá”, uma série de obras que visavam fortalecer o desenvolvimento do turismo em Maceió. Para tanto, contou com financiamento do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID).

Kátia Born foi a primeira mulher a assumir o Executivo Municipal da capital alagoana. A prefeita disputou a reeleição no pleito de 2000, sendo reeleita em segundo turno.

Tabela 40 – Resultado eleitoral Prefeitura de Maceió (2000) – 1º Turno

Candidatos	Votos	%
Kátia Born (PSB)	121.783	43,5%
José Regis Barros (PPS)	61.695	22,0%
Paulo Fernando dos Santos (PT)	49.310	17,6%
José Thomaz da Silva Nono Neto (PFL)	26.271	9,3%
Manoel Lins Pinheiro (PV)	17.234	6,2%
João Caldas da Silva (PL)	3.718	1,3%

Fonte: TRE/AL

Mais uma vez a então prefeita e candidata à reeleição Kátia Born, contou com o apoio de seu padrinho político Ronaldo Lessa, agora governador do Estado. Sua principal estratégia de campanha foi a promessa de continuação das inovações promovidas pelo governo Lessa, ressaltando a capacidade administrativa do PSB que estava disputando seu terceiro mandato consecutivo à frente do Executivo Municipal maceioense e primeiro no comando do estado alagoano.

Tabela 41 – Resultado eleitoral Prefeitura de Maceió (2000) – 2º Turno

Candidatos	Votos	%
Kátia Born (PSB)	170.073	61,2%
José Regis Barros (PPS)	107.560	38,7%

Fonte: TRE/AL

Após doze anos no comando do Executivo Municipal (quatro anos com Ronaldo Lessa e oito com Kátia Born) e seis anos no governo do estado alagoano (governos Lessa), o PSB chega a disputa eleitoral de 2004 dividido entre “os partidários do governador” e “os partidários da prefeita Kátia Born” e com a sua capacidade administrativa visivelmente desgastada após a segunda gestão de Kátia.

A eleição de 2004 na capital alagoana foi protagonizada por três blocos: 1) o bloco do governador Ronaldo Lessa e da prefeita Kátia Born, tendo como candidato o então vice-prefeito Alberto Mendonça Cavalcante, mais conhecido como Alberto Sexta-Feira, onde prevaleceu dentro do partido a indicação da prefeita em detrimento da vontade do governador; 2) o bloco de Cícero Almeida, apoiado pelo usineiro João Lyra e tendo sua filha Lurdinha Lyra como candidata a vice-prefeita; e 3) o bloco dos

chamados “senadores siameses” Renan Calheiros e Teotônio Vilela, que lançaram o médico cirurgião-cardíaco José Wanderley como tentativa de construir uma candidatura alternativa com uma figura sem os “vícios da política).

Tabela 42 – Resultado eleitoral Prefeitura de Maceió (2004) – 1º Turno

Candidatos	Votos	%
Cícero Almeida (PDT)	143.874	42,5%
Alberto Mendonça Cavalcante (PSB)	90.123	26,6%
José Wanderley Neto (PMDB)	67.543	19,9%
José Regis Cavalcante (PPS)	31. 874	9,4%
Ricardo Sérgio Barbosa (PSTU)	3.893	1,1%
José Djalma Batista (PRP)	831	0,2%

Fonte: TRE/AL

A imprensa alagoana também protagonizou um capítulo à parte no pleito de 2004. Os três principais jornais impressos deixaram muito clara a sua posição política em relação a disputa para o Executivo municipal: de um lado O Jornal, de propriedade do Deputado João Lyra tendo influenciado o eleitor maceioense ao divulgar uma pesquisa que levava o eleitor a crer que Cícero de Almeida ganharia em 1º turno. A manchete afirmava que Cícero tinha 45% dos votos e os demais candidatos somados tinham 39%. De outro lado, havia a Tribuna de Alagoas, de propriedade do irmão e maior desafeto de João Lyra, o também usineiro Carlos Lyra, que publicava matérias visivelmente tendenciosas ao candidato da situação, Alberto Sexta-Feira. Por fim, havia a Gazeta de Alagoas, de propriedade da família Collor assumindo uma postura independente, quase com um jornalismo investigativo.

Ao final do primeiro turno da disputa que teve a proposta de “mudança” como tom predominante em todas as campanhas, exceto a de Alberto Sexta-feira, candidato situacionista, se teve como resultado a disputa de um segundo turno entre Cícero Almeida e Alberto Sexta-feira. Cícero Almeida acabou por sair vitorioso do segundo turno.

Tabela 43 – Resultado eleitoral Prefeitura de Maceió (2004) – 2º Turno

Candidatos	Votos	%
Cícero Almeida (PDT)	189.697	56,5%
Alberto Mendonça Cavalcante (PSB)	145.842	43,4%

Fonte: TRE/AL

O governo de Cícero Almeida foi composto por vários nomes indicados pelo grupo político do usineiro João Lyra e marcado pela terceirização de funcionários em todas as secretarias do município, em detrimento do funcionalismo público. A abertura e pavimentação de ruas e avenidas foi outra marca de seu governo.

Em 2008, Cícero Almeida se candidata à reeleição e é eleito em primeiro turno com uma votação expressiva sobre o segundo colocado, obtendo mais de 80% dos votos.

Tabela 44 – Resultado eleitoral Prefeitura de Maceió (2008)

Candidatos	Votos	%
Cícero Almeida (PP)	319.831	81,4%
Judson Cabral (PT)	41.948	10,6%
Solange Bentes (PSDB)	23.813	6,0%
Mario Agra Junior (PSOL)	5.906	1,5%
Manoel de Assis da Silva (PSTU)	997	0,2%

Fonte: TRE/AL

A exemplo de seu primeiro mandato, no segundo governo Cícero Almeida seguiu focando na abertura e pavimentação de ruas e avenidas, na construção de viadutos e na verticalização descontrolada da moradia em Maceió. Além da terceirização nas secretarias do município.

Por fim, a eleição de 2012 para a prefeitura da capital alagoana foi marcada pelo indeferimento da candidatura do ex-governador Ronaldo Lessa (PDT) poucos dias antes da votação, devido ao não pagamento de uma multa eleitoral.

Lessa contava com o apoio dos senadores Fernando Collor e Renan Calheiros, do deputado e usineiro João Lyra e do então prefeito Cícero Almeida. Sua substituição pela deputado Jurandir Bóia dois dias antes da eleição, acabou ajudando seu principal adversário na disputa, Rui Palmeira a se eleger já em primeiro turno com quase 60% dos votos.

Tabela 45 – Resultado eleitoral Prefeitura de Maceió (2012)

Candidatos	Votos	%
Rui Palmeira (PSDB)	230.129	57,4%
Jurandir Bóia (PDT)	50.874	12,6%
Galba Novais (PRB)	41.615	10,3%
Jeferson de Goes (DEM)	40.015	9,9%
Alexandre Fleming (PSOL)	20.561	5,1%
Roseane Cavalcante (PTdoB)	10.022	2,5%
Nadja Soares (PPS)	5.882	1,4%
Sergio Cabral Barbosa (PPL)	1.726	0,4%

Fonte: TRE/AL

Vindo de família política tradicional da política alagoana (filho do ex-governador Guilherme Palmeira e neto do ex-senador Rui Palmeira), o ex-deputado federal Rui Palmeira contou com o apoio do então governador do estado Teotônio Vilela.

Palmeira foi um dos candidatos mais jovens a disputar o pleito municipal de 2012. Seu discurso foi pautado na renovação política ao mesmo tempo em que sua herança política familiar também foi ressaltada durante a campanha. Suas

principais propostas de campanha era ligadas à educação – adoção de escolas de tempo integral, aumento no número de creches e vagas nas escolas municipais da capital – e a implantação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) como forma de solucionar os problemas de mobilidade da capital.

3.2.2. As eleições para o Executivo Estadual e para o Senado Federal em Alagoas (1986 a 2010)

A disputa para o Governo alagoano em 1986, foi marcada por muitas trocas de acusações entre PFL e PMDB e indecisão e rompimentos políticos dentro do PFL.

De um lado tínhamos um PMDB unido em torno do nome do então deputado federal Fernando Collor de Mello indicado para o cargo de Governador do Estado e com quatro candidatos ao Senado Federal: Mendonça Neto; João Lyra; Teotônio Vilela e Rubens Vilar. O discurso dos candidatos peemedebistas era de mudança na política alagoana que precisava ser moralizada colocando fim as práticas clientelistas do grupo político de Divaldo Suruagy que comandava o Estado há 20 anos. Por diversas vezes na imprensa local e nos discursos de Fernando Collor foi veiculado que o plano de governo do peemedebista seria elaborado pela população. Collor afirmava que promoveria as mudanças necessárias para moralizar a política alagoana colocando fim a corrupção e a violência políticas.

De outro lado encontrávamos um PFL dividido entre a vontade do então governador José Tavares em o então Conselheiro do Tribunal de Contas, Geraldo Sampaio para ser seu sucessor no governo do estado e os partidários do ex-governador Divaldo Suruagy que apoiavam o Senador Guilherme Palmeira para o governo e o próprio Divaldo Suruagy para o Senado. Prevaleceu a vontade do grupo de Suruagy. José Tavares então decidiu se manter neutro quanto a disputa para o governo do estado, mas declarou apoio à candidatura de João Lyra para o Senado.

Tabela 46 – Resultado eleitoral para Governador – (1986)

Candidatos	Votos	%
Fernando Collor de Mello (PMDB)	400.246	52,8%
Guilherme Palmeira (PFL)	327.232	43,2%
Ronaldo Lessa (PSB)	30. 073	4,0%

Fonte: TRE/AL.

Ao final do pleito, Fernando Collor saiu vitorioso com mais de 73 mil votos de diferença para o segundo colocado Guilherme Palmeira. Já na disputa para o Senado, diferentemente do que o PMDB esperava – o partido dava como certa a conquistas das duas vagas ao Senado - não conseguiu uma vitória fácil, seu

candidato Teotônio Vilela foi eleito em segundo lugar com uma diferença de quase 36 mil votos para o candidato mais votado, o ex-governador Divaldo Suruagy (PFL).

Tabela 47 – Resultado eleitoral para Senador (1986)

Candidatos	Votos	%
Divaldo Suruagy (PFL)	334.137	28,4%
Teotônio Vilela (PMDB)	298.185	25,4%
Mendonça Neto (PMDB)	202.428	17,2%
João Lyra (PMDB)	121.709	10,4%
Mendes Barros (PFL)	70.555	6,0%
João Azevedo (PFL)	61.324	5,2%
Rubens Vilar (PMDB)	34.719	3,0%
Lauro Farias (PL)	26.531	2,3%
João Vicente Freitas Neto (PCB)	25.171	2,1%

Fonte: TRE/AL.

O governo de Fernando Collor ficou marcado pelo programa de combate à corrupção de funcionários públicos que recebiam altos salários. Fato que rendeu ao então governador, o apelido de “Caçador de Marajás”. O governador além de não cumprir várias promessas de campanha, conseguiu ter desavenças políticas com parlamentares de seu próprio partido, o PMDB. Fato que culminou com sua saída do partido. Acusado por muitos políticos alagoanos de não ser o que vendia publicamente e só pensar em concorrer às eleições presidenciais, Collor não conseguiu desenvolver o estado e nem trazer recursos para o mesmo. Em 1989, deixa o Executivo estadual para disputar a eleição para presidente da República, pelo PRN.

A disputa para o Executivo estadual em 1990, foi protagonizada por três blocos: 1) Os partidos que na última eleição compuseram a Frente Brasil Popular (PT, PSB e PCdoB) decidiram manter a aliança e a ampliaram com a entrada do PCB. O professor Antônio Moura foi o candidato para o cargo de governador e o radialista Régis Cavalcante para o Senado; 2) O PFL do Senador Divaldo Suruagy apoiou a candidatura do Deputado Geraldo Bulhões para o Governo alagoano e do então prefeito de Maceió Guilherme Palmeira para o Senado; 3) por fim, o deputado Renan Calheiros foi o candidato escolhido pelo PRN, partido do então Presidente da República e ex-governador alagoano, Fernando Collor para disputado o Executivo estadual.

Diferentemente do que previam as pesquisas eleitorais, o candidato governista Renan Calheiros não conseguiu se eleger em 1º turno. Ficando a decisão de quem seria o novo governador alagoano para o 2º turno, que foi disputado entre Renan Calheiros e Geraldo Bulhões. O candidato governista além de não conseguir decidir a eleição em primeiro turno, acabou ficando em segundo na disputa com uma

diferença de pouco mais de 34 mil votos para o primeiro colocado, o deputado Geraldo Bulhões

Tabela 48 – Resultado eleitoral para Governador – 1º turno (1990)

Candidatos	Votos	%
Geraldo Bulhões (PSC)	338.598	49,8%
Renan Calheiros (PRN)	303.886	44,7%
Antônio Moura (PT)	23.089	3,4%
Antônio Grilo (PSD)	14.941	2,2%

Fonte: TRE/AL.

Em meio a disputa do 2º turno, a eleição para o Executivo estadual alagoano ganhou as manchetes de jornal devido às denúncias de fraude no pleito. Denúncias estas comprovadas e que resultaram na anulação de mais de 70 mil votos em todo o estado. Diante da comprovação de fraude eleitoral, o TRE/AL realizou eleições suplementares nas zonas eleitorais onde ocorreu a fraude. Após as novas eleições se confirmou o segundo turno para o Governo do Estado, no qual Geraldo Bulhões e Renan Calheiros disputaram a preferência do eleitorado.

A votação do 2º turno aconteceu somente em fevereiro de 1991 e deu a vitória a Geraldo Bulhões com 66,0% dos votos, com uma diferença de mais de 200 mil votos para Renan Calheiros.

Tabela 49 – Resultado eleitoral para Governador – 2º turno (1990)

Candidatos	Votos	%
Geraldo Bulhões (PSC)	424.480	66,0%
Renan Calheiros (PRN)	218.945	34,0%

Fonte: TRE/AL.

Já a eleição para o Senado Federal ocorreu sem grandes surpresas e seu resultado confirmou o que diziam as pesquisas: o ex-prefeito Guilherme Palmeira foi eleito senador com folga. Palmeira recebeu 62,0% dos votos, com uma vantagem de mais de 170 mil votos para o segundo colocado, o deputado Francisco Melo.

Tabela 50 – Resultado eleitoral para Senador (1990)

Candidatos	Votos	%
Guilherme Palmeira (PFL)	334.279	62,0%
Francisco Melo (PMDB)	163.588	30,3%
Régis Cavalcante (PCB)	40.659	7,5%

Fonte: TRE/AL.

Bulhões enfrentou no início de sua gestão uma epidemia de cólera, a falta de verbas e a insatisfação da população, além de várias escolas depredadas. Dentre as várias promessas feitas pelo governador estava a de reestruturação da polícia alagoana e de maior rigor na solução de vários crimes políticos que aconteciam no estado. Além dos problemas relativos à segurança no estado, que acarretaram na

passagem do comando da polícia militar alagoana para o Exército, Bulhões foi alvo de denúncias em desvio de verbas do Ministério da Saúde para compra de votos.

As principais obras de seu governo foram a reforma e recuperação do Estádio de futebol Rei Pelé, a reforma de vários trechos da rodovia AL-101, a construção do Papódromo, no Dique Estrada e a implantação do Regime Jurídico Único para o servidor público.

Diferentemente as conturbadas eleições de 1990, a disputa para o governo de Alagoas em 1994 ocorreu de forma tranquila e com expressiva vitória do ex-governador e ex-senador Divaldo Suruagy em primeiro turno, com quase 80% dos votos.

Tabela 51 – Resultado eleitoral para Governador (1994)

Candidatos	Votos	%
Divaldo Suruagy (PMDB)	495.646	79,3%
Pedro Vieira da Silva (PP)	62.248	9,9%
Marcos Antônio da Rocha Vieira (PSB)	50.159	8,0%
Ângela Maria M. Canuto Mendonça (PDT)	16.254	2,6%

Fonte: TRE/AL.

A disputa para o Senado também não causou nenhuma surpresa, os favoritos e experientes Teotônio Vilela e Renan Calheiros se elegeram sem grandes dificuldades.

Tabela 52 – Resultado eleitoral para Senador (1994)

Candidatos	Votos	%
Teotônio Vilela (PSDB)	331.452	33,7%
Renan Calheiros (PMDB)	235.332	24,0%
Antônio Holanda (PSC)	140.018	14,3%
Régis Cavalcante (PPS)	111.236	11,3%
José Moura Rocha (PP)	61.905	6,3%
Arlete dos Santos Leite (PDT)	58.191	5,9%
Luiz Gonzaga Mendes de Barros (PTB)	44.173	4,5%

Fonte: TRE/AL.

O terceiro mandato como governador de Divaldo Suruagy se estabeleceu em meio a uma crise político-financeira e econômica do estado alagoano. O setor açucareiro de extrema importância para a economia do estado estava em crise com algumas usinas falindo, a Salgema sem produção, o pagamento dos servidores públicos em constante atraso, o Programa de Demissão Voluntária –PDV, as várias greves e os escândalos dos precatórios, são alguns dos problemas enfrentados por Suruagy e que o levaram a um pedido junto à Assembleia Legislativa de uma licença para se afastar do poder por seis meses. Fato esse que culminou com a sua renúncia em 17 de julho de 1997. Seu vice, Manoel Gomes de Barros (PTB), conhecido como Mano, assumiu o Executivo Estadual

Mas apesar de todos os percalços, durante os 30 meses que passou no Governo alagoano, Suruagy conseguiu fazer diversas melhorias na área de saúde, tais como: a construção de unidades hospitalares, conclusão das obras do Laboratório Industrial e Farmacêutico de Alagoas – LIFAL, reabriu hospitais e maternidades que estavam fechados, entregou ambulâncias em vários municípios, ampliou o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, dentre outras melhorias.

A crise político-financeira que assolou o estado alagoano durante o governo Suruagy e que se agravou após sua queda, chegou à disputa para o Executivo estadual em 1998 dividindo as forças políticas do estado em dois grupos: de um lado tínhamos a direita clássica composta por PTB, PMDB, PFL e PSDB, encabeçados pelo então governador Manoel Gomes de Barros (Mano) e representando o setor usineiro; de outro lado tínhamos a ala mais progressista da política alagoana composta por PDT, PT, PST, PTN, PPS, PSB, PV, PCdoB e PTdoB, liderados por Ronaldo Lessa e seu discurso de mudanças sociais e programa popular de governo.

Tabela 53 – Resultado eleitoral para Governador (1998)

Candidatos	Votos	%
Ronaldo Lessa (PSB)	387.021	58,5%
Manoel Gomes de Barros (PTB)	259.463	39,2%
Adeilson Teixeira Bezerra (PSL)	11.975	18,1%
Manoel de Assis da Silva (PSTU)	2.473	0,3%

Fonte: TRE/AL.

Lessa é eleito em primeiro turno com maioria absoluta dos votos. No entanto, vale ressaltar que a ruptura com os usineiros ficou apenas no discurso e não nas práticas políticas. Ronaldo Lessa prometeu governar próximo das entidades civis, junto com o povo, mas acabou fazendo vários acordos com os usineiros, sobretudo devido ao isolamento do governador perante à Assembleia Legislativa dominada pelas forças da direita clássica. Tais acordos levaram ao rompimento do PT com o governo e a saída de seus militantes das secretarias que ocupavam no governo.

Seguindo o desejo de mudança e a esperança deposita nos partidos de esquerda, a população alagoana elegeu para o Senado a então petista Heloísa Helena com maioria absoluta dos votos (56,0%), apresentando uma diferença de mais de 120 mil votos para o seu principal opositor, o ex-prefeito e ex senador Guilherme Palmeira.

Tabela 54 – Resultado eleitoral para Senador (1998)

Candidatos	Votos	%
Heloísa Helena (PT)	374.931	56,0%
Guilherme Palmeira (PFL)	247.352	37,0%

Elionaldo Maurício (PPB)	35.721	5,3%
José Rubem Padilha (PSL)	5.633	0,8%
Erisvaldo Bandeira Rios (PAN)	3.622	0,5%
Antônio Jacinto Filho (PSTU)	3.252	0,5%

Fonte: TRE/AL.

A eleição de 2002 marca o retorno do ex-presidente Fernando Collor a política alagoana e nacional após o processo de impeachment e a perda de seus direitos políticos. A disputa para o Executivo estadual alagoano é marcada pelo desgaste das alianças entre os partidos de esquerda que acabam por saírem divididos na disputa e o medo do retrocesso político com a volta de Fernando Collor.

O fato de Ronaldo Lessa ter se afastado das práticas políticas de esquerda em nome da governabilidade em seu primeiro mandato, fez com que o PT e os demais partidos de esquerda do estado não apoiassem o governador a reeleição. O PT lança Judson Cabral e o PSTU lança Ricardo Sérgio para o cargo de governador.

Ruth Vasconcelos em seu artigo intitulado “*Governo Ronaldo Lessa: Ruptura ou Continuidade?*”, afirma que a “cisão das esquerdas favoreceu, num primeiro momento, a candidatura do ex-presidente Fernando Collor de Mello, mas depois, principalmente por cobranças e pressões vindas de outros Estados, cria-se uma mobilização no sentido do voto útil”. Collor ocupou o primeiro lugar nas pesquisas em boa parte da campanha, mas o medo do retrocesso com sua volta ao governo fez com que os últimos dias de campanha fossem marcados por sua crescente mobilização em torno do voto útil em Ronaldo Lessa, ou seja, os votos que deram a Lessa a reeleição em primeiro turno não representavam uma aprovação de seu primeiro mandato, mas sim o medo do retorno de práticas oligárquicas na política alagoana.

Tabela 55 – Resultado eleitoral para Governador (2002)

Candidatos	Votos	%
Ronaldo Lessa (PSB)	553.035	52,9%
Fernando Collor (PRTB)	419.741	40,1%
Judson Cabral (PT)	50.820	4,8%
Geraldo Costa Sampaio (PFL)	17.333	1,6%
Elias Barros Dias (PTN)	2.331	0,2%
Ricardo Sérgio Barbosa (PSTU)	1.579	0,1%

Fonte: TRE/AL.

O segundo governo de Ronaldo Lessa assim como seu primeiro mandato, é marcado pela falta de apoio ao governador na Assembleia Legislativa, fato que mais uma vez faz com que o governador tenham que distribuir cargos e fazer acordos com a direita conservadora. Apesar das dificuldades na composição política de seus dois

mandatos como governador, não podemos deixar de destacar os avanços e as mudanças promovidas por Ronaldo Lessa na educação – onde houve ampliação no número de escolas e no número de vagas/matrícula, diminuindo assim o índice de analfabetismo no Estado. Em parceria com o Governo Federal, houveram avanços nas políticas sociais e assistenciais que possibilitaram a diminuição do índice de mortalidade infantil. Por fim, houveram avanços significativos em relação a questão ambiental, à questão agrária, à questão dos direitos humanos, da segurança pública e da ciência e tecnologia, como ressalta Ruth Vasconcelos em artigo acima citado.

“Reconhecer as limitações do Governo de Ronaldo Lessa no campo das composições políticas não apaga nem nega o avanço que ele representou e representa para a história política do Estado. Só para citar um exemplo de mudança, encerramos aqui nossa fala destacando o tratamento que Ronaldo Lessa tem dado ao MST. Hoje o Movimento dos Sem Terra mantém um canal aberto de diálogo com o Governador, que jamais admitiria qualquer atitude de violência ou truculência nas ações de reintegração de posse nos limites territoriais do Estado. Através do Conselho Estadual de Justiça e Segurança Pública, contribuiu para a criação de uma Comissão de Direitos Humanos da Polícia Militar, que tem como palavra de ordem o diálogo e a negociação. Isso já marca uma diferença fundamental com as forças políticas anteriores/oligárquicas, que não mediriam esforços no sentido de “limpar o terreno” com práticas de violência e autoritarismo e com o argumento da garantia da ordem no Estado.” (VASCONCELOS, RUTH, 2003, p. 8-9)

Dado o acirramento da disputa pelo executivo estadual, a eleição para o senador não teve grandes surpresas e Renan Calheiros (PMDB) e Teotônio Vilela (PSDB) se elegeram senadores com ampla vantagem para os demais candidatos.

Tabela 56 – Resultado eleitoral para Senador (2002)

Candidatos	Votos	%
Renan Calheiros (PMDB)	815.136	42,2%
Teotônio Vilela (PSDB)	762.675	39,5%
Eduardo Bonfim (PCdoB)	126.023	6,5%
Ildo Rafael de Vasconcelos (PMN)	97.736	5,0%
Geraldo Bulhões (PFL)	67.998	3,5%
Heth Cesar Bismarck (PDT)	25.869	1,3%
Raimundo Antônio (PTN)	21.891	1,1%
Manoel de Assis (PSTU)	11.025	0,5%

Fonte: TRE/AL.

As eleições de 2006 deixaram claro que o projeto político de esquerda pensado por Ronaldo Lessa, então no PSB e Heloísa Helena não deu certo e apresentava sinais de ter chegado ao fim. Pela primeira vez dois usineiros disputavam diretamente o cargo de governador do estado alagoano: João Lyra e Teotônio Vilela²⁵.

²⁵ Nas eleições anteriores, a participação política dos grandes usineiros do estado era feita de forma conjunta onde o setor sucroalcooleiro se unia em torno de um nome que os representasse e o financiava sem que fosse necessário os donos de usinas entrarem na disputa eleitoral.

O então deputado federal João Lyra (PTB) se apresentava como o candidato da oposição e contava com o apoio do PFL, que tinha José Thomaz Nonô como candidato ao Senado Federal, do PMN que indicou Celso Luís como vice de Lyra, do PP e do PV.

Por sua vez, Teotônio Vilela, então senador pelo PSDB, coligou-se com o PMDB do também senador Renan Calheiros e que indicou seu vice José Wanderley, com o PPS, o PSB e outros partidos menores e se apresentava em defesa das conquistas alcançadas nos dois governos anteriores de Ronaldo Lesa, que agora estava no PDT e era candidato ao Senado na chapa de Vilela, mas em uma aliança não oficial devido a Lei da Verticalização das coligações.

Para Saldanha (2010), as duas candidaturas “açucaradas” apresentaram, com pequenas e quase imperceptíveis diferenças, o discurso de choque de gestão para transformar o estado gerando renda, desenvolvimento e emprego. Saldanha (2010) afirma ainda que o resultado do processo eleitoral de 2006 revelou duas questões importantes: a derrota de um projeto de esquerda e a institucionalização da compra de votos. Nas palavras do autor, *“o que se assistiu foi um pleito com propostas e projetos muito parecidos, onde os candidatos falaram de “desenvolvimento e trabalho”, numa Alagoas que parece condenada a nunca mudar”* (SALDANHA, 2010, p. 3).

Dessa forma a campanha para o governo do estado foi marcada pela troca de acusações entre os candidatos de abuso de poder econômico e político, preguiça, compra de votos e de apoio político e participação em crimes de mando e roubo de dinheiro público.

“Os adversários de João Lyra mencionavam constantemente seu suposto envolvimento com a morte do tributarista Silvio Viana, em 1996. Os adversários de Lessa diziam para o eleitor não perder seu voto, pois ele seria cassado diante do processo de inelegibilidade que enfrentava. Os adversários de Vilela acusavam-no de responsabilidade no desvio de dinheiro do FAT por parte da Fundação Teotônio Vilela, do PSDB, e ainda de ser “preguiçoso”.” (SALDANHA, 2010, p. 4)

Outra diferença que os dois principais candidatos tentaram imprimir em suas campanhas foi a da figura do “bom usineiro” e “do mal usineiro” por parte dos apoiadores de Teotônio Vilela que apresentava João Lyra como truculento e Vilela como democrático. Já pelo lado de Lyra tentava-se imprimir a imagem de “o industrial” para João Lyra e o “usineiro” para Vilela. Ao final da disputa Vilela é eleito em primeiro turno governador do estado, fato que nem mesmo os mais otimistas esperavam.

Tabela 57 – Resultado eleitoral para Governador (2006)

Candidatos	Votos	%
Teotônio Vilela (PSDB)	733.405	55,8%
João Lyra (PTB)	400.687	30,5%
Lenilda Lima (PT)	108.543	8,2%
Ricardo Sérgio Barbosa (PSOL)	51.680	3,9%
André Paiva (PRTB)	14.062	1,0%
Elias Barros (PTN)	3.425	0,2%
Gerson Alves (PAN)	695	0,05%
Eudo Moraes (PSDC)	662	0,05%

Fonte: TRE/AL.

A disputa para o Senado Federal contou além da participação de Ronaldo Lessa (PDT) E Thomaz Nonô (PFL), com Fernando Collor (PRTB). Diferentemente do que aconteceu na disputa de 2006, dessa vez Collor conseguiu se livrar do “efeito anticollor” e com um discurso de “perseguido político” conseguiu eleger-se senador, desbancando o que se acreditava ser uma unanimidade, a eleição de Ronaldo Lessa, que enfrentava naquele momento um processo por abuso de poder.

Tabela 58 – Resultado eleitoral para Senador (2006)

Candidatos	Votos	%
Fernando Collor (PRTB)	550.725	44,0%
Ronaldo Lessa (PDT)	501.239	40,0%
Thomaz Nonô (PFL)	120.656	9,6%
Galba Novais (PL)	66.895	5,3%
Otávio Gomes (PSOL)	8.679	0,6%
Armando Lobo (PTN)	1.207	0,09%
José Alfonso (PSDC)	697	0,05%
José Maria Vieira (PAN)	419	0,03%

Fonte: TRE/AL.

A parceria entre o governador eleito Teotônio Vilela e seu antecessor e candidato derrotado ao Senado Federal, Ronaldo Lessa terminou assim que Vilela deu início a sua gestão e encontrou um rombo nos cofres públicos do estado de cerca de 480 milhões. O governador eleito concedeu entrevista fazendo duras críticas à gestão financeira do seu então aliado e afirmando que iria por meio de decreto desconsiderar os aumentos dados pela gestão Lessa. A partir de então Vilela e Lessa viraram inimigos políticos e por diversas vezes trocaram acusações publicamente. Fato que veremos mais à frente se agrava nas eleições de 2010, quando Vilela tenta a reeleição e Ronaldo Lessa se candidata novamente a governador do estado alagoano.

Durante seu primeiro mandato e apesar da situação financeira em que se encontra o Estado de Alagoas, Vilela conseguiu cumprir algumas promessas de campanha como por exemplo, a intenção de apoiar o empreendedorismo trazendo novos empreendimentos no ramo hoteleiro para o estado, ampliou o número de leitões

hospitalares, construiu escolas de tempo integral e integrou moradias populares. Tais realizações o credenciaram para a disputa a reeleição em 2010.

Por falar nas eleições de 2010, essas foram as eleições mais acirradas em toda a história política de Alagoas. Algumas pesquisas na época apontaram empate técnico entre três candidatos: Teotônio Vilela, Ronaldo Lessa e Fernando Collor. A troca de acusações entre os candidatos foi marcante durante toda a campanha, algumas acabaram indo parar na justiça. Ao final do primeiro turno, Teotônio Vilela e Ronaldo Lessa saíram na frente e levaram a disputa para ser decidida no segundo turno.

Tabela 59 – Resultado eleitoral para Governador (2010) – 1º Turno

Candidatos	Votos	%
Teotônio Vilela (PSDB)	534.962	39,6%
Ronaldo Lessa (PDT)	394.155	29,2%
Fernando Collor (PTB)	389.337	28,8%
Mario Agra (PSOL)	18.520	1,4%
Tony Cloves (PCB)	8.758	0,6%
Jeferson Piones (PRTB)	5.752	0,4%

Fonte: TRE/AL.

Durante o segundo turno, Ronaldo Lessa intensificou o tom dos ataques a Teotônio Vilela procurando diariamente em seu programa eleitoral mostrar fatos que vinculavam o governador a Operação Navalha²⁶. Lessa procurou explorar o apoio do Presidente Lula a sua campanha e da então candidata à Presidência Dilma Rousseff. Contou com o apoio também de seu antigo rival Fernando Collor.

Por sua vez, Teotônio Vilela buscava em seus programas eleitorais destacar as realizações de seu primeiro mandato e cobrava explicações de Ronaldo Lessa sobre sua condenação por compra de votos nas eleições de 2004, fato que por pouco não provocou o indeferimento de sua candidatura aprovada pelo TSE no último minuto. Havia ainda contra Lessa denúncias por suspeita de peculato, crime ambiental e formação de quadrilha em inquérito que apurava suposto superfaturamento em obras de drenagem em Maceió entre 1998 e 2005.

Ao final do segundo turno, o governador Teotônio Vilela consegue a reeleição com 52,7% dos votos e com uma diferença de pouco mais de 74 mil votos para seu adversário, Ronaldo Lessa.

Tabela 60 – Resultado eleitoral para Governador (2010) – 2º Turno

Candidatos	Votos	%
Teotônio Vilela (PSDB)	712.789	52,7%
Ronaldo Lessa (PDT)	638.762	47,3%

²⁶ Esquema de pagamento de propinas envolvendo licitações e construção de obras públicas no Estado.

Fonte: TRE/AL.

Na disputa pelas duas vagas ao Senado, as primeiras pesquisas davam como certa a eleição de Heloísa Helena e Renan Calheiros, não dando a menor chance a Benedito de Lira²⁷.

Entretanto à medida que a campanha ia se desenrolando e com o início da propaganda eleitoral, Lira cresce nas pesquisas e Heloísa Helena cai em queda livre. Renan se mantém estável e distante da troca de acusações que protagonizavam seus adversários.

Durante toda a campanha Renan e Lira se apresentaram como os senadores apoiados por Lula. Benedito de Lira, além de exibir em sua propaganda eleitoral, mensagem de Lula pedindo aos alagoanos que o elegessem, passou a fazer ataques a Heloísa Helena estabelecendo um comparativo entre os recursos que trouxe para o Estado enquanto deputado federal e o período do mandato de Heloísa Helena como senadora.

Heloísa Helena, por sua vez, tentou responder a Lira mostrando suas emendas parlamentares ao orçamento da União e afirmando que se os recursos não chegaram ao Estado era culpa da corrupção da política alagoana. Apesar de evitar atacar o Presidente Lula durante toda a campanha, a candidata não teve como evitar o uso da imagem do presidente em favor dos outros candidatos. Sem tempo televisivo, a candidata não teve como responder as imagens exibidas constantemente nos programas de Benedito de Lira onde eram mostrados discursos seus atacando o presidente.

A disputa deve como resultado a eleição de Benedito de Lira como o candidato mais votado do Estado e Renan Calheiros em segundo lugar.

Tabela 61 – Resultado eleitoral para Senador (2010)

Candidatos	Votos	%
Benedito de Lira (PP)	904.345	35,9%
Renan Calheiros (PMDB)	840.809	33,4%
Heloísa Helena (PSOL)	417.636	16,6%
Eduardo Bonfim (PCdoB)	138.710	5,5%
José Oliveira Costa (PPS)	112.921	4,5%
Álvaro José do Monte (PTB)	62.909	2,5%
Paulo Roberto Nunes (PRTB)	14.229	0,6%
Flávio Emílio Arruda (PTB)	13.320	0,5%
Ildelfonso Rebouças (PRTB)	11.249	0,4%

²⁷ Em pesquisa divulgada pelo Instituto Gape, no dia 24 de agosto, Heloísa Helena tinha 34% das intenções de voto, Renan Calheiros 20% e Benedito de Lira 11%. Pesquisa do Ibope divulgada na mesma data apontava Heloísa Helena com 44%, Renan com 42% e Benedito de Lira com 28%.

Fonte: TRE/AL.

O exame das disputas eleitorais para a Prefeitura da capital alagoana, para o governo estadual e para o senado, nos possibilitam perceber algumas características marcantes do subsistema partidário alagoano: 1) o setor sucroalcooleiro comanda tanto a economia do estado, uma vez que é a principal atividade econômica, como também tem papel decisivo na escolha dos candidatos ao Executivo Municipal e ao Executivo Estadual; 2) a política alagoana é marcada por crimes (assassinatos), compra de votos, abuso de poder público e desvio de verbas; 3) não há o surgimento de novas lideranças políticas para nenhum dos três cargos analisados, mas sim o rearranjo de velhas lideranças políticas que em outrora eram aliados políticos e em determinado momento, devido as circunstâncias eleitorais acabam por romper; 4) não há um projeto unificado por parte dos partidos de esquerda, mas sim um jogo de interesses pessoais onde as principais lideranças estaduais almejam o cenário político nacional.

3.3 Bahia: De todos os Santos e do Carlismo

A política baiana é um exemplo paradigmático de longevidade e capacidade de controle das instituições políticas e da máquina pública construídas ainda no regime militar por um grupo de políticos: PFL/DEM, liderados por Antônio Carlos Magalhães e seus aliados e familiares.

Durante cerca de vinte anos os partidos de direita²⁸, liderados pelo antigo PFL, hoje DEM, estabeleceram vasta hegemonia no estado. Tendo o ex-governador ACM como principal liderança de uma forma de fazer política caracterizada por práticas carismáticas e autocráticas que ficou conhecida como Carlismo e sob a qual se projetava um ar de invencibilidade nas urnas.

“É importante notar que o Carlismo tornou-se, ao longo do desse período, maior do que seu criador, tornando-se um estilo de fazer política adotado por outras lideranças estaduais que passaram a atuar com certa independência frente ao ex-senador ACM. É sintomático, a essa mudança, a ascensão do ex-governador Paulo Souto (1995-1998; 2003-2006), como um político com luz própria, capaz de libertar-se da sombra de ACM, ainda que mantendo os métodos tradicionais de gestão centralizada e hierárquica típicos do Carlismo (DANTAS NETO, 2006).

Para Dantas Neto, o carlismo deve ser pensado não apenas como um grupo político, mas como uma “política”, ou um modo de fazer política que mescla

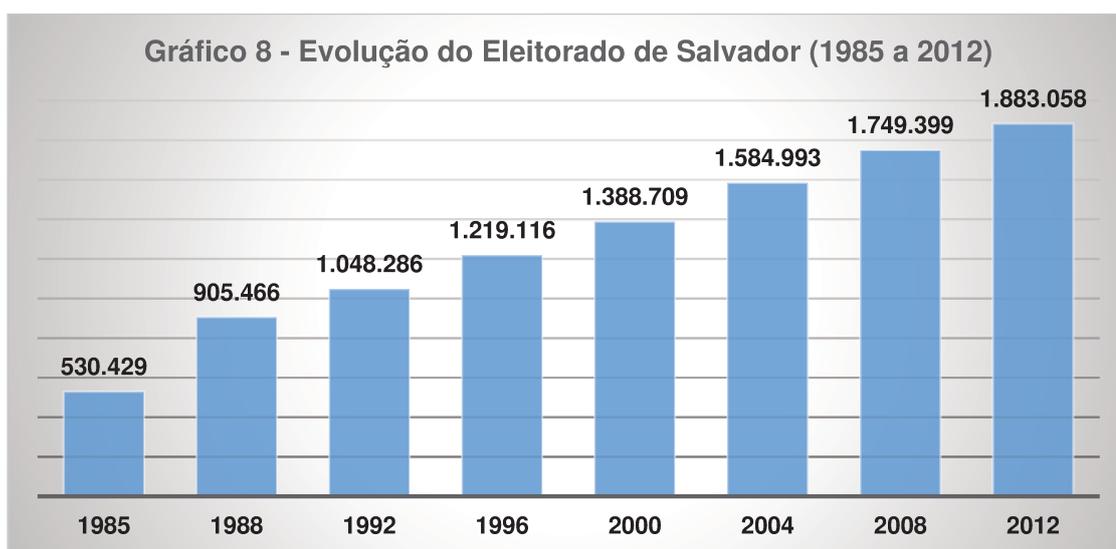
²⁸ Ao longo do período entre 1982 e 2006, os partidos de direita e liderados pelo PFL/DEM, somente não tiveram a frente da máquina política baiana em uma breve experiência de oposição entre 1986 e 1990.

modernização econômica e conservadorismo político na forma de governar. Dantas Neto (2010) divide o carlismo em duas fases.

“O carlismo histórico conheceu duas fases. O *primeiro carlismo*, temporalmente mais breve, teve, do final dos 60 à primeira metade dos 70, uma atuação basicamente restrita ao plano estadual. O grupo tornou-se, então, a corrente política mais forte da elite governante, mas não chegou a exercer hegemonia incontestável no Estado. Seguiu-se o que chamo de *carlismo baiano-nacional*, de meados dos 70 até perto do final dos 90, período em que esmagou concorrentes e exerceu hegemonia quase ininterrupta. Durante todo este período jogou papel preponderante a influência nacional de Antônio Carlos Magalhães e, nos anos 90, a partir do acordo nacional com o PSDB e FHC, também a do seu filho, Luís Eduardo Magalhães.” (DANTAS NETO, 2010, p.5)

Como veremos ao analisar as eleições baianas, o carlismo perde força a partir de 2002, quando da eleição de Lula para Presidente e após a divulgação de casos de corrupção, como por exemplo, o caso do painel eletrônico do Senado, envolvendo sua principal liderança o ex-senador Antônio Carlos Magalhães. A partir de 2007, após a morte de ACM, tal grupo político busca se reinventar na política baiana dando maior visibilidade a Paulo Souto e ACM Neto.

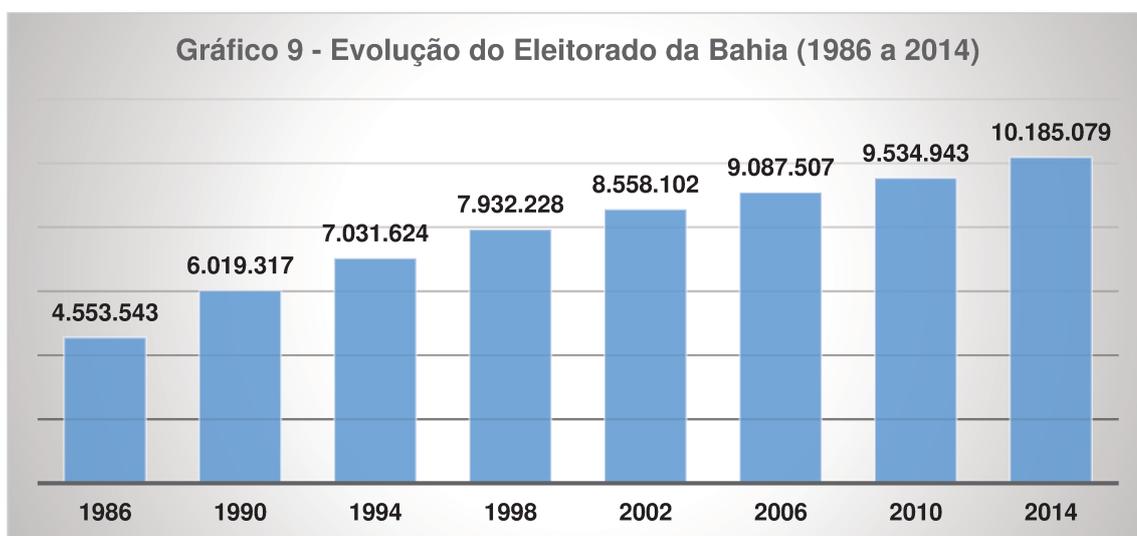
O gráfico abaixo traz a evolução do eleitorado de Salvador durante o período de 1985 a 2012. Como podemos ver de 1985 a 2012 o eleitorado soteropolitano cresceu 28,2%. Em 2012, o eleitorado da capital baiana era composto em sua maioria por mulheres (54,3%), com idades entre 25 e 59 anos (38,7%) e com até o Ensino Fundamental Incompleto (30,1%).



Fonte: TRE/BA.

No gráfico 9, por sua vez, apresentamos a evolução do eleitorado do estado da Bahia no período de 1986 a 2014. Durante esse período o eleitorado baiano cresceu 44,7%. Em 2014, o eleitorado da Bahia era composto em sua maioria por

mulheres (51,9%), com idades entre 25 e 59 anos (34,4%) e com escolaridade de até o Ensino Fundamental incompleto (30,8%).



Fonte: TRE/BA

A seguir analisamos os resultados eleitorais no estado e identificamos como se deu a ascensão e posteriormente a decadência do Carlismo na política baiana. Primeiramente analisaremos as eleições municipais para Prefeito de Salvador (1985, 1988, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012) e por fim, as eleições para o governo do estado e para o Senado Federal (1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010).

3.3.1. As eleições para o Executivo Municipal de Salvador (1985 a 2012)

A primeira disputa para a prefeitura da capital baiana após o fim da Ditadura Militar foi protagonizada por Mário Kertész (PMDB), apontado pelas pesquisas do IBOPE como favorito, e Edvaldo Brito (PTB), apoiado pelo na época Ministro Antônio Carlos Magalhães. Outros três candidatos também concorreram a eleição, mas sem grande expressividade, são eles: França Teixeira (PFL); Jorge Almeida (PT); e Luís Pugas (PH).

Mário Kertész – que já havia sido prefeito de Salvador entre 1979 e 1988, por indicação do então governador e a época seu aliado, Antônio Carlos Magalhães – vence o pleito de 1985 com mais de 60% dos votos contra apenas 17,9% do segundo colocado Edvaldo Brito, candidato apoiado por ACM.

Tabela 62 – Resultado eleitoral para Prefeito (1985)

Candidatos	Votos	%
Mário Kertész (PMDB)	327.563	61,8%
Edvaldo Brito (PTB)	94.979	17,9%

França Teixeira (PFL)	67.184	12,7%
Jorge Almeida (PT)	29.711	5,6%
Luís Pugas (PH)	10.992	2,1%

Fonte: TRE/BA.

Sua administração foi marcada pela construção do Palácio Tomé de Sousa, atual sede da Prefeitura de Salvador, pela instalação da Fábrica de Cidades – FAEC, que tinha por objetivo produzir peças de argamassa em larga escala para a construção de equipamentos comunitários e com baixo custo. Foi durante sua gestão que foi criada a EMTURSA, atual Saltur e a Prodasal - Companhia de Processamento de Dados de Salvador, além do Diário Oficial do Município.

Seu governo também realizou importantes ações na área cultural, tais como: a criação da Fundação Gregório de Mattos, que tinha por objetivo valorizar, preservar e resgatar as práticas artísticas em Salvador; realizou obras para a recuperação do Centro Histórico de Salvador e da Casa de Benin, considerados marcos dos laços históricos da cidade com a África; e a criação do projeto Boca de Brasa com palcos móveis para a apresentação de peças teatrais em bairros carentes da cidade.

Na eleição de 1988, a força política de ACM e seu grupo foi colocada à prova. Nesse pleito, o grupo carlista enfrentava um momento de derrotas na política baiana: havia sido derrotado na eleição de 1986 para o governo do estado e o dois candidatos que polarizavam a disputa para o Executivo municipal da capital baiana em 1988 eram anticarlistas – de um lado o radialista Fernando José (PMDB), apoiado pelo então prefeito Mário Kertész e pelo empresário Pedro Irujo, e de outro lado o deputado federal e ex-prefeito deposto pela Ditadura Militar, Vilgidasio Sena (PSDB).

“Com o apoio do prefeito Mário Kertész e do empresário de comunicação Pedro Irujo, o radialista, que era campeão de audiência com programas de cunho populista e paternalista, venceu a disputa para a prefeitura com um discurso personalista e de crítica aos políticos profissionais. Os carlistas lançaram o tributarista e ex-prefeito interino (negro) Edvaldo Brito (PFL). Fazendo uso de apelos explícitos a solidariedade étnica junto ao eleitorado de maioria negra. Edvaldo ficou em terceiro lugar.” (OLIVEIRA, FRANCISCO E STORNI, 2010, p. 4)

Tabela 63 – Resultado eleitoral para Prefeito (1988)

Candidatos	Votos	%
Fernando José (PMDB)	274.271	30,2%
Vilgidasio Sena (PSDB)	149.018	16,5%
Manoel Castro (PFL)	72.352	8,0%
Outros/Branco/Nulos/Abstenções	409.825	45,3%

Fonte: MAGALHÃES, L. S. e LEAL, C. 2005.

Durante seu governo, Fernando José mostrou ter pouca habilidade para a articulação política, não conseguiu construir alianças sólidas e acabou por centralizar

demais o poder. Os jornais baianos noticiavam o caos administrativo que foi sua gestão, tendo o então prefeito enfrentava problemas em diversas áreas, tais como: a coleta de lixo; transporte público, educação e obras de infraestrutura. A imagem que ficou foi de um prefeito isolado e incapaz de resolver os problemas básicos da cidade.

Ainda durante sua gestão, foram divulgadas informações sobre esquemas de corrupção no governo anterior de Mário Kertész, fato que ocasionou o rompimento de Fernando José com seus principais aliados Mário Kertész e Pedro Irujo. Seu mal desempenho à frente do Executivo Municipal soteropolitano enfraqueceu a oposição anticarlista e ajudou na ampliação da influência do grupo carlista sobre o eleitorado da capital baiana.

Disputaram o pleito de 1992²⁹ para o Executivo Municipal soteropolitano os seguintes candidatos: Lídice da Matta (PSDB), Manoel de Castro (PFL), Pedro Irujo (PRN), Marcos Medrado (PDC), Mário Kertész (PST) e Waldir Regis (PSD). Protagonizando a disputa entre carlistas e anticarlistas, foram para o segundo turno, a candidata de oposição ao carlismo, Lídice da Matta (PSDB) e o candidato do grupo carlista, Manoel de Castro (PFL).

Lídice da Matta vence a eleição com um discurso de combate à corrupção e ética na política, fazendo um apelo à mudança. Além disso, Lídice prometia resolver a questão da grave desigualdade social sofrida pela população de Salvador, os problemas do funcionalismo e dos serviços públicos, tais como a coleta de lixo e o transporte público. Para Oliveira e Storni (2010) sua vitória foi facilitada pelo impacto negativo que o carlismo teve por ter apoiado até o último minuto o então Presidente Fernando Collor, durante o processo de impeachment.

[...] As eleições municipais daquele ano foram atípicas, na maioria das capitais brasileiras, devido ao clima gerado pelo processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. ACM, que havia reconquistado o governo do estado nas eleições de 1990, pela primeira vez pelo voto popular, apoiou o presidente até o final, incluindo a manifestação na mídia nacional de votos favoráveis à permanência de Collor à frente da Presidência [...]. (OLIVEIRA, FRANCISCO e STORNI, 2010, p. 04).

Ao assumir a prefeitura soteropolitano, Lídice enfrentou dificuldades orçamentárias diante do bloqueio de verbas públicas da prefeitura para o pagamento de dívidas deixadas por seu antecessor Fernando José. Segundo a prefeita, o ex-prefeito Fernando José firmou um acordo para o pagamento das principais

²⁹ Assim como ocorrido para os demais municípios, não encontramos dados referentes ao números de votos que cada candidato recebeu. Tendo sido encontradas apenas informações de quem foi eleito e algumas poucas informações sobre a gestão em si.

empreiteiras da cidade com que a prefeitura tinha uma dívida de quase três milhões de dólares. O pagamento de tal dívida causou um estrangulamento financeiro nas contas da prefeitura e sérias dificuldades para Lídice cumprir suas promessas de campanha.

A prefeita enfrentou ainda duras críticas do grupo carlista a sua administração e sentiu a dificuldade de governar sem o apoio do carlismo que com a conquista do governo estadual em 1990 se expandiu e aproveitou o fracasso dos três governos municipais que prometiam mudanças e o enfrentamento dos graves problemas sociais que atingiam a população, mas que muito pouco conseguiram fazer, para avançar na conquista do eleitorado da capital. De acordo com Rubim (2002):

“As experiências de governo no estado, entre 1986 e 1990, com Waldir Pires (1986-1989) e Nilo Coelho (1989-1990), e na cidade do Salvador, de 1985 até 1996, com Mário Kértész, Fernando José e Lídice da Matta, tiveram um desempenho bastante aquém das expectativas de mudança e do necessário enfrentamento dos graves problemas sociais, que atingiam a imensa maioria da população. Tais experiências de gestão contribuíram sobremodo para tornar possível o “retorno” do carlismo, primeiro ao governo estadual (1990) e depois ao governo municipal (1996).” (RUBIM, 2002, p. 4)

Nove candidatos entraram na disputa pela Prefeitura de Salvador na eleição de 1996. Foram eles: Antônio José Imbassahy da Silva (PFL), Nelson Vicente Portela Pelegrino (PT), Domingos Leonelli Netto (PSDB), Pedro Irujo Yaniz (PMDB), Afrânio de Aquino Gregório (PAN), Walter Carlos Gomes Queiroz (PRP), Ieda Souza Caldas (PMN), José Coutinho de Jesus (PGT) e Antônio Eduardo Alves de Oliveira (PCO).

Imbassahy buscou em seu discurso, ao longo de toda a campanha, convencer o eleitorado soteropolitano de que a execução de obras públicas e dos serviços básicos na capital dependiam da eleição de um prefeito apoiado por ACM. Ao final da campanha, o candidato carlista venceu a eleição com 51,6% dos votos contra 29,9% do petista Nelson Peregrino.

Tabela 64 – Resultado eleitoral para Prefeito (1996)

Candidatos	Votos	%
Antônio Imbassahy (PFL)	407.019	51,6%
Nelson Pelegrino (PT)	235.635	29,9%
Domingos Leonelli Netto (PSDB)	62.843	7,9%
Pedro Irujo (PMDB)	58.318	7,4%
Afrânio de Aquino Gregório (PAN)	15.721	1,9%
Walter Carlos Gomes Queiroz (PRP)	8.204	1,0%
Ieda Souza Caldas (PMN)	1.692	0,2%
José Coutinho de Jesus (PGT)	989	0,1%
Antônio Eduardo Alves de Oliveira (PCO)	705	0,08%

Fonte: TRE/BA.

Seu governo se fundamenta em uma dependência administrativa da cidade de Salvador em relação ao Governo do Estado, sendo muitas vezes impossível identificar os limites da responsabilidade das ações entre essas duas instâncias de governo. O que se via era uma forte coalizão entre prefeitura e governo em torno de uma forma de fazer política – o Carlismo – e sua principal liderança local e nacional – Antônio Carlos Magalhães (ACM).

Buscando superar a grave crise financeira que assolava os cofres do Executivo Municipal, Imbassahy desenvolveu uma política de ajuste fiscal realizada através da demissão de funcionários não concursados, promovendo assim o enxugamento da máquina administrativa, privatizou empresas municipais e negociou, sobretudo com o Governo Estadual, repasses financeiros além dos obrigatórios constitucionais. Imbassahy chega ao final de seu primeiro mandato à frente da prefeitura de Salvador com uma avaliação positiva perante o eleitorado, fato que o credencia para concorrer à reeleição em 2000.

Para Dantas Neto (2003), Imbassahy sai na frente dos demais candidatos na disputa pela prefeitura, uma vez que soma o apoio do Carlismo e a avaliação positiva da população junto ao eleitorado.

“Em 2000, essa lógica foi mantida para obter a reeleição do prefeito, mas já então a ela se somava uma avaliação positiva da sua gestão por uma opinião pública ganha para uma concepção utilitarista da sociabilidade urbana, legitimando-se, em detrimento da polis, o uso econômico pragmático dos espaços da cidade. Em troca de uma manutenção eficiente – se comparada ao padrão das gestões anteriores dos equipamentos e serviços urbanos e de acenos frequentes à geração de empregos por obra de um mercado livre de amarras, a cidade passou a ver como natural e “racional” o tratamento raso, ligeiro e pouco aberto ao contraditório, por parte do poder público, de questões que lhe são culturalmente caras, como a miséria social, a sua configuração racial e religiosa e o seu patrimônio histórico, paisagístico e arquitetônico.” (DANTAS NETO, 2003, p. 248).

Mais uma vez, o candidato a reeleição adotada a estratégia em seu discurso de que é necessária uma atuação conjunta entre Prefeitura e Governo do Estado para continuar a “reerguer” Salvador. Novamente seu principal adversário na campanha é o petista Nelson Pelegrino, que passa a se configurar como principal liderança de oposição ao Carlismo. No entanto, o que se vê na disputa municipal de 2000 é de um lado o grupo carlista cada vez mais influente sob o eleitorado baiano e forte na administração da máquina política e, de outro lado, uma oposição anticarlismo dividida em quatro candidaturas: Nelson Pelegrino (PT); Arthur Maia (PSDB); João Henrique Carneiro (PDT) e Antônio Eduardo Alves de Oliveira (PCO).

Tabela 65 – Resultado eleitoral para Prefeito (2000)

Candidatos	Votos	%
Antônio Imbassahy (PFL)	531.423	53,7%
Nelson Pelegrino (PT)	349.292	35,3%
João Henrique Carneiro (PDT)	74.313	7,5%
Arthur Maia (PSDB)	30.983	3,1%
Antônio Eduardo Alves de Oliveira (PCO)	2.073	0,2%

Fonte: TRE/BA.

Ao final da disputa, Imbassahy é reeleito com 53,7% dos votos contra 35,3% de Nelson Pelegrino. Antônio Imbassahy é o primeiro prefeito da capital soteropolitana pertencente ao grupo carlista que ocupou dois mandatos a frente do executivo municipal desde a redemocratização. Além disso, Salvador foi a única capital em que a eleição foi decidida em primeiro turno.

Seu segundo mandato, assim como o primeiro mandato, foi caracterizado por uma administração que privilegiou a execução de grandes obras em detrimento as questões sociais. No entanto, o prefeito e seu grupo político tiveram que enfrentar o enfraquecimento do carlismo, sobretudo após o escândalo do painel eletrônico – acusações de manipulação de votos nas votações do Senado Federal envolvendo sua principal liderança ACM.

O envolvimento de ACM em casos de corrupção e a eleição de Lula para a Presidência da República em 2002, causaram incertezas de que estratégias o Carlismo utilizaria para se manter no poder e deram a tônica a disputa eleitoral de 2004. Disputaram a eleição de 2004 para prefeito de Salvador os seguintes candidatos: César Borges (PFL), ex-governador do estado da Bahia; Lídice da Mata (PSB) ex-prefeita e apoiada pelo PMDB; Nelson Pellegrino (PT); João Henrique, deputado estadual (PDT); Rogério Tadeu (PSDC); Benito da Gama (PTB); Ângela Maini (PRTB); Rivailton Pinto (PTC); Luís Carlos (PSTU) e Antônio Eduardo Alves (PCO).

O pleito municipal de 2004 parecia que seria protagonizado pela disputa por dois grupos: de um lado o PT – que, em 2002, junto com a eleição de Lula para Presidente, obteve com Jaques Wagner, um bom desempenho na disputa para governador da Bahia que por 4% dos votos não levou a eleição contra o candidato carlista Paulo Souto para o segundo turno – e de outro lado, o Carlismo que mesmo enfraquecido buscava se manter vivo na política baiana. Entretanto quem ganha destaque na corrida para o Executivo municipal é o então deputado estadual João Henrique (PDT), que alheio a disputa *petismo x carlismo*, adotou como estratégia não

atacar seus adversários, mas sim apresentar suas propostas – muitas vezes de caráter populistas – e se apresentou assim como uma via alternativa a desgastada e velha disputa entre carlismo e petismo.

“[...] João Henrique fazia uma campanha personalista, marcada por um apelo emocional, com “postura acima de briga”, sem ataques aos adversários, apresentando propostas pragmáticas e/ou populistas. Dessa forma, ele credenciou-se como uma via alternativa, entre o “carlismo e o petismo”, no momento em que ambos mostravam-se desgastados.” (OLIVEIRA, FRANCISCO e STORNI, 2011, p. 124)

João Henrique chega ao final do primeiro turno com 43,7% dos votos, o que representa uma ampla diferença de mais de 260 mil votos para o segundo colocado, o carlista e ex-governador do César Borges, que venceu a disputa para ir ao segundo turno sobre o petista Nelson Pelegrino por apenas 3.157 votos de diferença.

Tabela 66 – Resultado eleitoral para Prefeito (2004) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
João Henrique (PDT)	526.890	43,7%
César Borges (PFL)	264.355	21,9%
Nelson Pelegrino (PT)	261.198	21,6%
Lídice da Matta (PSB)	124.856	10,3%
Rogério Tadeu da Luz (PSDC)	9.045	0,7%
Benito da Gama (PTB)	6.354	0,5%
Ângela Maini de Faria (PRTB)	5.155	0,4%
Rivailton Pinto (PTC)	4.322	0,3%
Luís Carlos (PSTU)	2.015	0,1%
Antônio Eduardo Alves (PCO)	642	0,05%

Fonte: TRE/BA.

Para Oliveira e Storni (2010), o principal fator explicativo para a vantagem de João Henrique sobre os demais candidatos no 1º turno, foi a rejeição e/ou a avaliação negativa de seus adversários junto ao eleitorado soteropolitano.

“As pesquisas realizadas ao final do 1.º turno apontavam César Borges como o campeão de rejeição. Pelegrino, por sua vez, viu sua campanha abalada pelas avaliações negativas dos primeiros meses do governo federal, devido às denúncias do escândalo do mensalão as políticas de reforma da previdência. Além disso, os ataques de Borges conseguiram convencer os eleitores que faltava prestígio ao petista para conseguir os recursos federais para a construção do metrô de Salvador, a principal intervenção da União na capital baiana.” (OLIVEIRA, FRANCISCO e STORNI, 2010, p. 5)

No 2º turno, João Henrique derrota César Borges com uma vantagem ainda maior: 74,4% contra 25,3% do candidato carlista.

Tabela 67 – Resultado eleitoral para Prefeito (2004) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
João Henrique (PDT)	876.278	74,7%
César Borges (PFL)	296.986	25,3%

Fonte: TRE/BA.

“O segredo de João Henrique foi firmar-se como uma via alternativa, entre o carlismo e o petismo, no momento em que ambos mostravam-se desgastados. Enquanto os dois grupos se digladiavam em feroz debate, João fazia uma campanha personalista, marcada pelo apelo emocional, com

“postura acima de briga”, sem ataques aos adversários, apresentando propostas pragmáticas e/ou populistas [...]” (OLIVEIRA, FRANCISCO e STORNI, 2011, p. 124).

João Henrique assumiu a Prefeitura de Salvador em situação bem diferente do seu antecessor. Imbassahy entregou uma prefeitura com contas equilibradas, organizada e com projetos em diversas áreas que visavam o crescimento da capital baiana. Entretanto, o prefeito eleito não cumpriu suas principais promessas de campanha, tais como: a implantação de postos de saúde 24 horas; as escolas com ensino em tempo integral; a guarda patrimonial municipal com 1000 homens; o programa de vias estruturantes da Rótula do Abacaxi, Cabula e Pernambués.

O não cumprimento das promessas e algumas ações adotadas pelo prefeito, dentre elas: o aumento no número de radares para controlar o trânsito; a instalação de muitas barracas na orla de Patamares; a permissão do comércios de ambulantes em vários pontos da capital; a falta de incentivo ao turismo e o abandono do Programa Cidade mãe, renderam a João Henrique duras críticas e a comparação com o governo de Lídice da Matta, quando a cidade enfrentou um caos urbano e financeiro. Diante de tudo isso, o prefeito viu sua popularidade junto ao eleitorado cair à medida que sua gestão transcorria.

Ao final de seu primeiro mandato, a prefeitura tinha voltado ao endividamento das contas públicas e o lixo e a sujeira tomavam conta de diversos bairros da cidade.

Em 2007, João Henrique rompe com o partido que o elegeu – PDT - e vai para o PMDB, onde com o apoio do então Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, consegue reverter o elevado índice de rejeição ao seu governo, intensificando a realização de obras na capital e despontado sua candidatura à reeleição em 2008. Dentre as obras realizadas por seu governo estão: a recuperação do elevador do Pilar; a instalação da via expressa para ônibus; a reabertura do Forte de São Marcelo; pôs o SAMU em funcionamento; criação da ciclovia na orla atlântica e de um programa de atendimento à população que procura emprego.

A política na capital baiana chega, mais uma vez, ao pleito municipal de 2008 polarizada entre três grupos políticos: o carlismo, o anticarlismo e o petismo. O grupo carlista chega a disputa eleitoral de 2008 enfraquecido por perdas eleitorais nas eleições anteriores em todo o estado e carente de seu líder ACM, que faleceu em 20 de julho de 2007. O grupo busca na candidatura de ACM Neto uma forma de resgatar seu passado vitorioso e sobreviver na política baiana. Por sua vez, o grupo petista

chega fortalecido após as vitórias de Lula em 2002 e 2006 para o Governo Federal e a eleição de Jaques Wagner para o Governo baiano em 2006.

Concorreram a eleição municipal em Salvador neste ano os seguintes candidatos: o atual prefeito e candidato à reeleição João Henrique (PMDB); o deputado federal Walter Pinheiro (PT); o neto de ACM e deputado federal Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM); o ex-prefeito Antônio Imbassahy (PSDB) e o deputado estadual Hilton Coelho (PSOL).

O candidato à reeleição João Henrique (PMDB) adotou um discurso de defesa da sua gestão, procurou ao longo de toda a campanha destacar suas realizações à frente da Prefeitura de Salvador para tentar reverter os baixos índices de aprovação de seu governo.

Walter Pinheiro (PT) utilizou as imagens do Presidente Lula e do Governador Jaques Wagner para mostrar ao eleitor soteropolitano que tinha ao seu lado o apoio dos governos federal e estadual e que por isso possuía os meios para fazer Salvador se desenvolver.

Já ACM Neto adotou um discurso que buscar apresentá-lo como uma novidade na forma de fazer política, ao mesmo tempo em que buscava incorporar a tradição do Carlismo a sua campanha. No início da campanha chegou a liderar as pesquisas de intenções de voto, mas a partir do momento que seus adversários, sobretudo, o candidato petista, passou a veicular na propaganda eleitoral um discurso de ACM Neto na Câmara dos Deputados dizendo que “daria uma surra” em Lula, o carlista passou a cair nas pesquisas e seu índice de rejeição perante o eleitorado soteropolitano cresceu.

O primeiro turno terminou com um resultado apertado entre João Henrique e Walter Pinheiro. Resultado este que os credenciou a disputa do segundo turno. Vale ressaltar que seria um segundo turno sem representante do carlismo, fato que não ocorria há muito tempo.

Tabela 68 – Resultado eleitoral para Prefeito (2008) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
João Henrique (PMDB)	402.684	30,9%
Walter Pinheiro (PT)	390.933	30,0%
Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM)	346.881	26,6%
Antônio Imbassahy (PSDB)	108.660	8,3%
Hilton Coelho (PSOL)	51.196	3,9%

Fonte: TRE/BA.

Diante do resultado eleitoral do primeiro turno, parecia que o segundo turno seria ainda mais disputado. Entretanto o que se viu foi uma vitória com relativa margem de diferença do candidato à reeleição João Henrique sobre o petista Walter Pinheiro. Para Oliveira e Storni (2010), o sucesso da campanha de João Henrique em 2008 se deve a sua capacidade de fazer alianças tanto com a esquerda como com a direita e dessa forma se consolidar como alternativa ao carlismo e ao anticarlismo.

No segundo turno do pleito de 2008, ACM Neto se tornou um dos principais apoiadores da campanha de João Henrique. Fato que permitiu com que João Henrique utilizasse um discurso em que culpava as alianças erradas feitas com o PT em seu primeiro mandato como responsáveis pelos fracassos em sua gestão.

Tabela 69 – Resultado eleitoral para Prefeito (2008) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
João Henrique (PMDB)	753.487	58,4%
Walter Pinheiro (PT)	535.492	41,5%

Fonte: TRE/BA.

“[...] a campanha de reeleição foi marcada por três características: 1) a defesa dos quatro anos à frente da prefeitura; 2) a tentativa de convencer o eleitor de que era ungido pelo presidente Lula, pelo governador Jacques Wagner e por nove ministros de Estado, sobretudo Geddel Vieira Lima; 3) por uma estratégia de prestar contas de sua gestão, ao mesmo tempo que prometia futuras realizações.” (OLIVEIRA, FRANCISCO e STORNI, 2011, p. 124).

O segundo mandato de João Henrique à frente do Executivo municipal soteropolitano foi conturbado e cheio de polêmicas. Poucos meses após dar início a sua segunda gestão, João Henrique rompe com Geddel Vieira Lima, seu principal apoiador e sai do PMDB para o PSL. Tal fato provocou um isolamento político do então prefeito e de sua gestão. João Henrique se desentendeu também com ACM Neto e chegou ao final de seu segundo mandato com um alto índice de impopularidade junto à população da capital.

Dessa forma, o cenário político que se desenhava para a disputa do pleito municipal na capital baiana em 2012, parecia favorecer para que o PT chegasse a disputa com grandes chances de assumir o poder executivo municipal pela primeira vez. Além da baixa popularidade do então prefeito João Henrique que se mostrava incapaz de fazer um sucessor, o PT contava com altos índices de aprovação junto ao eleitorado soteropolitano – o Governador petista Jaques Wagner tinha 55% de aprovação e a Presidenta Dilma tinha 65%.

Disputaram a prefeitura de Salvador em 2012 os seguintes candidatos: ACM Neto (DEM); Nelson Pelegrino (PT); Mário Kertész (PMDB); Bispo Márcio Marinho (PRB); Hamilton (PSOL) e Da Luz (PRTB).

No início de 2012, o PT viu sua popularidade e confiança junto ao eleitorado da capital baiana cair, sobretudo devido a uma série de greves em áreas de serviços básicos, como por exemplo: a greve da Polícia Militar da Bahia e a greve dos professores da rede estadual de ensino. Ao mesmo tempo que tais greves eram enfrentadas pelo governo baiano, a Presidenta Dilma também enfrentava greves nas Universidades Federais de todo o país, greve nos Correios e em setores do judiciário.

ACM Neto e Nelson Pelegrino protagonizaram uma disputa acirrada pela Prefeitura de Salvador, chegando ao final do primeiro turno com uma diferença de pouco mais de cinco mil votos entre ambos. Os dois candidatos fizeram um primeiro turno de troca de acusações e liminares. A guerra entre ACM Neto e Pelegrino ultrapassou o número de 40 liminares junto ao TSE por ambas as partes. Enquanto o PT em suas propagandas acusava ACM Neto e seu partido de serem contra as cotas e exibia diversas vezes o discurso proferido pelo carlista em 2005 no qual ameaçava surrar o então Presidente Lula, o DEM criticava o uso diário do helicóptero da PM pelo Governador Jaques Wagner para se deslocar de casa ao trabalho, situação que segundo os carlistas causava um gasto diário de R\$ 5 mil ao governo baiano.

Tabela 70 – Resultado eleitoral para Prefeito (2012) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM)	518.976	40,1%
Nelson Pelegrino (PT)	513.350	39,7%
Mário Kertész (PMDB)	121.894	9,4%
Márcio Marinho (PRB)	84.094	6,5%
Hamilton (PSOL)	33.650	2,6%
Da Luz (PRTB)	20.143	1,5%

Fonte: TRE/BA.

As trocas de acusações entre os dois candidatos continuaram durante todo o segundo turno. Ambos acusavam um ao outro de apoiar o então prefeito João Henrique e sua fracassada gestão. A verdade é que tanto ACM Neto como Nelson Pelegrino fizeram parte da gestão de João Henrique em algum momento. ACM Neto relembrou a greve dos professores estaduais que durou mais de 100 dias, ao passou que Nelson Pelegrino tentava a todo custo associar a forma de fazer política de ACM Neto com as práticas oligárquicas de seu avó o ex-senador ACM.

Ao final do segundo turno, ACM Neto, com 33 anos, é eleito o prefeito mais jovem que a capital soteropolitana já teve.

Tabela 71 – Resultado eleitoral para Prefeito (2012) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM)	717.865	53,5%
Nelson Pelegrino (PT)	623.734	46,4%

Fonte: TRE/BA.

O Carlista desbancou o discurso utilizado por seu principal opositor de conciliar as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Além disso, a eleição de ACM Neto representou a principal vitória do DEM após o esvaziamento sofrido pelo partido com a criação do PDS e mostrou que o carlismo segue vivo na política baiana.

3.3.2. As eleições para o Executivo Estadual e para o Senado Federal na Bahia (1986 a 2010)

A primeira disputa pelo executivo estadual baiano após a redemocratização teve como candidatos: Waldir Pires (PMDB); Josaphat Marinho (PFL); Delma Gama (PMB) e Agostinho Rocha (PH).

Waldir Pires e Josaphat Marinho foram os candidatos com maior expressão política na disputa. Josaphat era apoiado pelo então governador João Durval e por Antônio Carlos Magalhães. Já Waldir Pires representava a união das oposições ao Carlismo.

Seguindo a linha adotada pelo PMDB em diversos estados, Waldir Pires utilizou o conceito de mudança como principal fundamento de seu discurso para conquistar o eleitor baiano. Waldir incorporou novas forças políticas ao seu projeto de mudança contado com o apoio dos candidatos ao Senado Federal Jutahy Magalhães e Rui Bacelar, fundador do PMDB na Bahia. Assim ao final da disputa, o peemedebista consegue se eleger governador da Bahia com mais de um milhão e meio de votos de diferença para seu principal adversário, o carlista Josaphat Marinho.

Tabela 72 – Resultado eleitoral para Governador (1986)

Candidatos	Votos	%
Waldir Pires (PMDB)	2.675.108	66,9%
Josaphat Marinho (PFL)	1.218.520	30,5%
Delma Gama (PMB)	55.895	1,4%
Agostinho Rocha (PH)	45.933	1,1%

Fonte: TRE/BA.

Os candidatos ao Senado Jutahy Magalhães e Rui Bacelar também foram beneficiados pelo discurso de mudança peemedebista e pelo sucesso do Plano Cruzado do então Presidente da República José Sarney e se elegeram como senadores baianos no pleito de 1986.

Tabela 73 – Resultado eleitoral para Senador (1986)

Candidatos	Votos	%
Rui Bacelar (PMDB)	2.037.848	30,8%

Jutahy Magalhães (PMDB)	1.885.057	28,5%
Lomanto Júnior (PDS)	1.131.626	17,1%
Félix Mendonça (PTB)	1.020.760	15,4%
Geracina Aguiar (PT)	212.079	3,2%
Roque Aras (PT)	134.416	2,0%
Getúlio Rocha Santana (PMB)	96.954	1,5%
Hélio França Rodrigues (PSB)	92.990	1,4%

Fonte: TRE/BA.

Durante seu governo, Waldir Pires enfrentou diversas greves de servidores estaduais e o aumento no número de assaltos a banco em todo o estado. Além disso, a relação política com o governo federal ficava cada vez mais distante, fato que se refletia nos repasses de verbas ao governo baiano. Mesmo tendo sido Ministro da Previdência do governo Sarney e membro do mesmo partido do presidente, Waldir Pires não tinha grande prestígio político junto a Sarney. Entretanto, seu principal adversário na política baiana e Ministro das Comunicações, ACM, ganhava cada vez mais prestígio junto ao presidente.

Em maio de 1989, Waldir Pires renunciou ao cargo de governador para candidatar-se a vice-presidente na chapa de Ulisses Guimarães (PMDB), assumindo em seu lugar o vice-governador Nilo Coelho. Fato que foi utilizado por seu adversário Antônio Carlos Magalhães para se projetar junto ao eleitorado baiano visando o governo do estado em 1990.

Como Ministro das Comunicações e figurando entre os políticos mais influentes do Governo Sarney, ACM aproveitou para dar diversas concessões de televisão e rádio a seus aliados na Bahia. Além disso, Antônio Carlos Magalhães e sua família controlavam, na época, todas as filiais da Rede Globo no estado e o Jornal Correio da Bahia. O controle dos veículos de comunicação baianos por parte do carlismo rendeu diversas matérias que visavam transmitir uma imagem positiva de ACM. Durante todo o ano de 1989 foram veiculadas diversas mensagens nos meios de comunicação que apontavam ACM como um bom administrador em contrapartida ao seu principal adversário Waldir Pires que era constantemente associado à inércia e à vaidade, que segundo eles fez com que Waldir abandonasse o governo do estado para se candidatar à vice-presidência na chapa de Ulisses Guimarães.

Diante desse cenário político, a campanha eleitoral de 1990 foi marcada, assim como a eleição anterior de 1986, por troca de acusações entre os candidatos. Fato que chegou ao extremo de causar a suspensão da propaganda eleitoral gratuita às vésperas da eleição pelo TSE. Disputaram o Executivo Estadual Baiano os

seguintes candidatos: Antônio Carlos Magalhães (PFL); Roberto Figueira Santos (PMDB); Lídice da Matta (PCdoB); Pedro Irujo (PSC); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (PT) e Antônio Mendes Filho (PMN).

Durante toda a campanha, várias denúncias contra ACM foram feitas por seus adversários, entre elas denúncias focadas no Banco do Estado da Bahia (Baneb) e na OAS e Odebrecht, empresas da construção civil ligadas à família do candidato. Entretanto, ACM e seu discurso de o bom filho à casa torna, evocando o sentimento de baianidade e amor a Bahia conquistou aproximadamente 1,5 milhão de eleitores e levou o líder do carlismo pela terceira vez³⁰ ao cargo de Governador do Estado da Bahia com 50,7% ainda em primeiro turno.

Tabela 74 – Resultado eleitoral para Governador (1990)

Candidatos	Votos	%
Antônio Carlos Magalhães (PFL)	1.642.726	50,7%
Roberto Figueira Santos (PMDB)	1.039.875	32,1%
Lídice da Matta (PCdoB)	308.998	9,5%
Pedro Irujo (PSC)	113.313	3,5%
José Sérgio Gabrielli de Azevedo (PT)	112.233	3,5%
Antônio Mendes Filho (PMN)	22.127	0,7%

Fonte: TRE/BA.

O grupo carlista também obteve sucesso na eleição para o Senado Federal. Josaphat Marinho que na eleição de 1986 para o governo do estado havia sido derrotado por Waldir Pires, agora se elegera Senador.

Tabela 75 – Resultado eleitoral para Senador (1990)

Candidatos	Votos	%
Josaphat Marinho (PFL)	1.179.585	49,1%
Joaci Fonseca de Góes (PSDB)	648.732	27,0%
Elizabeth Maria Souto Wagner (PCB)	350.218	14,6%
Jonas Paulo de Oliveira Neres (PT)	88.938	3,7%
Silvoney Sales de Almeida (PSC)	72.588	3,0%
Clinio Mayrinck Monteiro (PMN)	63.704	2,7%

Fonte: TRE/BA.

Logo após assumir o governo, ACM através da Lei nº 6.074, a chamada Lei de Reordenamento administrativo, modificou a estrutura organizativa da política estadual. Foram extintas seis secretarias, 13 entidades descentralizadas e 1539 cargos de direção e assessoramento, sob a justificativa de enxugamento da máquina administrativa que segundo ACM estava “inchada”. O governador também desativou a Secretaria de Cultura, seguindo o exemplo do então Presidente e aliado Fernando

³⁰ Antônio Carlos Magalhães ocupou o Executivo Estadual por dois mandatos durante a Ditadura Militar: de 1971 a 1975 por indicação do então Presidente Emílio Garrastazu Médici; e de 1979 a 1983 por indicação do então Ernesto Geisel.

Collor que desativou o Ministério da Cultura. Na Bahia, as políticas culturais passaram a fazer parte da Secretaria de Educação.

Dentre os principais feitos do governo ACM está o incentivo dado ao turismo no estado e sobretudo na capital baiana com a realização de reformas no Centro Histórico de Salvador (Pelourinho) e no Teatro Castro Alves.

O governo de ACM abriu caminho para o predomínio do PFL no governo do estado da Bahia. Sua aprovação junto ao eleitorado rendeu ao grupo a sucessão ao governo do estado e ao senado por muitos anos.

No pleito de 1994 disputaram a eleição ao governo do estado Paulo Souto (PFL), vice-governador de ACM; João Durval (PMN), ex-governador; Jutahy Magalhães (PSDB), ex-senador; Nilo Coelho (PMDB), ex-governador e Álvaro Martins (PRN).

Apoiado pela popularidade do governo de ACM, se candidata ao governo do estado, tendo como principal adversário na disputa o ex-governador João Durval (PMN), candidato derrotado por ACM na eleição anterior. Enquanto Paulo Souto buscava mostrar os feitos do governo ACM, João Durval afirmava que o carlista não tinha capacidade e experiência para governar um estado como a Bahia. Diferentemente do ocorrido com ACM, Paulo Souto não conseguiu se eleger em primeiro turno, tendo que disputar o segundo turno com João Durval.

Tabela 76 – Resultado eleitoral para Governador (1994) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Paulo Souto (PFL)	1.617.127	49,3%
João Durval (PMN)	829.646	25,2%
Jutahy Magalhães (PSDB)	463.331	14,1%
Nilo Coelho (PMDB)	271.404	8,2%
Álvaro Martins (PRN)	98.504	3,0%

Fonte: TRE/BA.

Durante a campanha do segundo turno, Paulo Souto contou com o apoio do Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso e a presença de ACM foi intensificada em sua campanha. Já João Durval reuniu em sua campanha a oposição ao carlismo. Ao final da disputa, Paulo Souto saiu vitorioso com 58,6% dos votos contra 41,3% de seu adversário.

Tabela 77 – Resultado eleitoral para Governador (1994) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Paulo Souto (PFL)	2.235.659	58,6%
João Durval (PMN)	1.577.043	41,3%

Fonte: TRE/BA.

O sucesso do PFL no pleito de 1994 foi completado pela conquista das duas vagas baianas para o Senado Federal com a eleição de Antônio Carlos Magalhães e Waldeck Ornelas, derrotando Waldir Pires que também concorria ao Senado.

Tabela 78 – Resultado eleitoral para Senador (1994)

Candidatos	Votos	%
Antônio Carlos Magalhães (PFL)	1.926.557	32,7%
Waldeck Ornelas (PFL)	1.291.382	21,9%
Waldir Pires (PSDB)	1.288.316	21,8%
Zezeú Ribeiro (PT)	692.321	11,7%
Marcelo Duarte (PMDB)	354.189	6,0%
Joviniano Neto (PDT)	171.429	2,9%
Ivan Carvalho (PDT)	160.185	2,7%

Fonte: TRE/BA.

Durante seu governo, Paulo Souto manteve as finanças do estado equilibradas e conseguiu atrair investimentos para o desenvolvimento do estado, consolidando a imagem de administrador competente junto ao eleitorado baiano. Dentre as principais ações de seu mandato está a criação e implantação do Programa Bahia Azul que visava expandir o atendimento por esgoto tratado às residências e indústrias de Salvador – ao final das obras do programa o número de imóveis da capital baiana ligados à rede coletora e de tratamento de esgoto saltou de 25% para 80%.

Souto criou também o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), tal programa reunia em um mesmo lugar todos os serviços públicos comumente usados pelo cidadão para tirar ou renovar documentos e obter certidões. O SAC foi um programa modelo que posteriormente acabou sendo adotado por vários governos nos diferentes estados brasileiros, como por exemplo, o Poupa Tempo de São Paulo.

Paulo Souto aproveitou a aprovação de seu governo junto ao eleitorado baiano e com a proximidade da eleição de 1998, renunciou ao cargo para se candidatar a uma vaga no Senado Federal. Seu vice, César Borges assume o governo do estado baiano dando continuidade ao programa de governo carlista e aproveitando para no mesmo pleito de 1998 se candidatar ao governo do estado.

Dessa forma concorreram ao executivo estadual baiano em 1998, os seguintes candidatos: César Borges (PFL); João Durval (PDT); José Eduardo Vieira (PT) e Delma Gama (PRONA).

Ao final da disputa, César Borges saiu vitorioso já em primeiro turno que com ampla vantagem de mais de 1,8 milhão de votos para o segundo colocado, o

petista José Eduardo. Com sua vitória o carlismo chegava ao terceiro mandato consecutivo (12 anos) à frente do executivo estadual, consolidando seu predomínio na política estadual baiana.

Tabela 79 – Resultado eleitoral para Governador (1998)

Candidatos	Votos	%
César Borges (PFL)	2.418.620	69,9%
José Eduardo Vieira (PT)	524.793	15,1%
João Durval (PDT)	443.028	12,8%
Delma Gama (PRONA)	73.260	2,1%

Fonte: TRE/BA.

Completando o sucesso do grupo carlista, Paulo Souto conquista a vaga para o Senado Federal também com uma votação expressiva sob o segundo colocado, Daniel Gomes (PCdoB). A diferença entre Souto e Daniel ultrapassou 2 milhões de votos em favor do carlista.

Tabela 80 – Resultado eleitoral para Senador (1998)

Candidatos	Votos	%
Paulo Souto (PFL)	2.581.903	73,2%
Daniel Gomes (PCdoB)	559.214	15,9%
Arnaldo Murilo N. Leite (PSDB)	301.307	8,5%
Narciso Pereira (PRONA)	82.878	2,4%

Fonte: TRE/BA.

Seguindo o modelo carlista de governar com a realização de grandes obras e de incentivo à indústria, César Borges levou para a Bahia a primeira indústria automobilística do Nordeste, a Ford. Ainda durante seu governo, recuperou estradas em todo o estado, modernizou e ampliou o Aeroporto Internacional e inaugurou a barragem de Ponto Novo no semiárido baiano.

Repetindo os passos de seu antecessor, Paulo Souto, no início de 2002 César afastou-se do cargo de governador para concorrer ao Senado Federal pela Bahia.

Ao todo oito candidatos disputaram as eleições para o governo da Bahia em 2002: Paulo Souto (PFL); Jaques Wagner (PT); Prisco Viana (PMDB); Itaberaba Lyra (PSB); Rogério da Luz (PAN); Ricardo Grey (PTC); Carlos Zacarias (PSTU) e Antônio Eduardo (PCO).

A eleição de 2002 ocorreu sem grandes novidades, como ocorrido nas últimas três eleições, a disputa foi protagonizada pelo candidato do grupo carlista, franco favorito independente de quem fosse e um candidato anticarlista, dessa vez Jaques Wagner do PT. A partir dessa eleição podemos observar uma clara polarização entre o carlismo e o PT também na disputa para o governo estadual – tal

polarização ocorria a nível municipal na capital baiana desde 1996. O PT se consolida como principal partido de oposição ao carlismo na Bahia.

Souto conquistou o segundo mandato para o governo baiano ainda em primeiro turno e com uma vantagem de pouco mais de 800 mil votos para o candidato petista.

Tabela 81 – Resultado eleitoral para Governador (2002)

Candidatos	Votos	%
Paulo Souto (PFL)	2.871.025	53,6%
Jaques Wagner (PT)	2.057.022	38,4%
Prisco Viana (PMDB)	226.217	4,2%
Itaberaba Lyra (PSB)	122.428	2,2%
Rogério da Luz (PAN)	32.069	0,6%
Ricardo Grey (PTC)	27.595	0,5%
Carlos Zacarias (PSTU)	7.329	0,1%
Antônio Eduardo (PCO)	3.257	0,06%

Fonte: TRE/BA.

Com a eleição de Souto para seu segundo mandato como governador, o PFL e o carlismo completam 16 anos à frente do Executivo Estadual Baiano, mostrando a força do grupo político liderado por ACM que também disputou essa eleição se reelegendo senador ao conquistar uma das duas vagas para o senado disputadas nesta eleição. A segunda vaga foi conquistada pelo ex-governador e também carlista César Borges.

Tabela 82 – Resultado eleitoral para Senador (2002)

Candidatos	Votos	%
Antônio Carlos Magalhães (PFL)	2.995.559	30,5%
César Borges (PFL)	2.731.596	27,8%
Waldir Pires (PT)	1.803.228	18,4%
Haroldo Borges (PCdoB)	1.266.734	12,9%
João Durval (PDT)	783.637	8,0%
Maria Del Carmen (PSDB)	96.449	0,9%
Ruy Soares (PSB)	83.863	0,8%
Luiz Carlos (PSTU)	14.416	0,1%
José Silva Gazar (PAN)	10.974	0,1%
Alberto Rodrigues (PCO)	5.249	0,05%

Fonte: TRE/BA.

Durante seu segundo mandato, Paulo Souto investiu no processo de industrialização do interior do estado, trazendo indústrias de calçados que se espalharam por todas as regiões do estado. Souto também construiu várias barragens visando a regularização do abastecimento de água no sertão baiano. Além disso,

implantou programas socioeconômicos de estímulo ao associativismo, tais como Cabra Forte³¹, Nossa Raiz³² e Nossa Fibra³³.

Apesar do sucesso eleitoral de 2002, o carlismo dava sinais de declínio que impactariam no resultado da eleição de 2006. A imagem de seu líder ACM ficou desgasta junto ao eleitorado baiano após o escândalo do painel eletrônico no Senado. Além disso, a vitória de Lula para Presidente em 2002, fez crescer a força do PT baiano enquanto oposição, representando um perigo para o grupo carlista.

Dessa forma a eleição para o executivo estadual de 2006 é protagonizada novamente pela disputa entre carlistas e petistas. De um lado temos Paulo Souto tentando seu terceiro mandato como governador e de outro lado o ex-ministro de Lula Jaques Wagner, que se apresentou como a mudança e um único capaz de com a ajuda de Lula livrar o povo baiano dos 16 anos de atraso e desigualdades sociais provocados pelo carlismo.

Além de Paulo Souto e Jaques Wagner, concorreram ao governado baiano os seguintes candidatos: Atila Brandão (PSC); Hilton Barros (PSOL); Rosana Vedovato (PSL); Antônio Albino (PSDC) e Antônio Eduardo Alves (PCO).

Jaques Wagner se apresentou como o candidato do Presidente Lula, aproveitando que este teve votação expressiva na Bahia quando da sua eleição e contava com aprovação positiva junto ao eleitorado baiano. Por sua vez, Paulo Souto buscou mostrar os avanços econômicos e desenvolvimento que os 16 anos de governo do seu grupo político trouxeram ao estado, em uma tentativa de apagar os escândalos de corrupção envolvendo seu principal líder ACM.

O candidato petista é eleito governador da Bahia ainda em primeiro turno e contrariando as pesquisas de opinião que até poucos dias antes da votação o mostravam em terceiro lugar apenas.

Tabela 83 – Resultado eleitoral para Governador (2006)

Candidatos	Votos	%
Jaques Wagner (PT)	3.242.336	52,8%
Paulo Souto (PFL)	2.638.215	43,0%

³¹ Tinha por objetivo atender os pequenos produtores de caprinos e ovinos do semiárido baiano. O programa oferecia assistência técnica, infraestrutura hídrica, melhoramento genético e nutrição animal. Além de estimular a alfabetização de jovens e adultos e auxiliar na regulamentação de imóveis pertencentes ao público alvo do programa.

³² Buscava a revitalização do cultivo de mandioca no Recôncavo baiano através da oferta de cursos de capacitação em tecnologia de produção, processamento, diversificação dos subprodutos, associativismo e cooperativismo para pequenos produtores da região.

³³ Programa nos mesmos moldes do Nossa Raiz que visava a revitalização da produção da lavoura de sisal.

Atila Brandão (PSC)	189.596	3,0%
Hilton Barros (PSOL)	38.870	0,6%
Rosana Vedovato (PSL)	9.479	0,1%
Antônio Albino (PSDC)	8.016	0,1%
Antônio Eduardo Alves (PCO)	4.354	0,07%

Fonte: TRE/BA.

Dantas Neto (2008) aponta três fatores para a vitória de Jaques Wagner ao governo da Bahia em 2006: 1) o amadurecimento de uma aliança política que conectou PT e quase toda a totalidade da oposição baiana. O PT passou a liderar um campo político que se consolidou como alternativa de poder; 2) a influência do governo nacional, não apenas no apoio pessoal de Lula ao candidato petista, mas também os efeitos que programas como o Bolsa-Família trouxeram para o eleitoral; e 3) o desgaste de um grupo político que permanecia há 16 anos no poder.

No pleito de 2006, o PT não lançou candidato ao Senado Federal, mas apoiou o ex-governador João Durval, que conseguiu a maioria dos votos e elegeu-se Senador pela Bahia.

Tabela 84 – Resultado eleitoral para Senador (2006)

Candidatos	Votos	%
João Durval (PDT)	2.655.552	46,9%
Rodolpho Tourinho (PFL)	1.947.777	34,4%
Antônio Imbassahy (PSDB)	1.015.634	17,9%
Jurandyr Chaves (PSDC)	19.603	0,3%
André Luís Freitas (PSOL)	10.204	0,1%
Ednaldo Mendes (PSTU)	3.080	0,05%
José Maria dos Santos (PCO)	1.416	0,02%

Fonte: TRE/BA.

Durante seu primeiro mandato Jaques Wagner ampliou o fornecimento de água para mais de 2,5 milhões de baianos, construiu casas populares, 5 hospitais, sendo um na capital e quatro no interior, reformou os estádios de futebol de Pituaçu e Arena Fonte Nova, incorporou 6.800 soldados à PM e entregou 1.712 viaturas e um helicóptero. O petista terminou seu governo com 75% de aprovação junto ao eleitorado baiano.

A política baiana chegou ao pleito de 2010 dividida em três grupos: 1) os carlistas, que após a morte de seu líder ACM em 2007, buscavam resgatar a força do PFL no estado e mostrar ao eleitorado que o partido tinha outras lideranças para além de ACM, tais como Paulo Souto e ACM Neto. O PFL cumpria agora o papel de oposição; 2) os petistas, agora situação e detentor de bons índices de aprovação junto ao eleitor baiano e com apoio do Governo Federal; e 3) o grupo peemedebista, tendo como principal liderança no estado o ex-ministro Geddel Vieira Lima.

Concorreram a eleição de 2010 para governador: Paulo Souto (DEM); Jaques Wagner (PT); Geddel Vieira Lima (PMDB); Luiz Carlos Bassuma (PV); Marcos Antônio (PSOL) e Sandro Roberto (PCB). Apesar de serem seis os candidatos, a eleição foi protagonizada pela oposição entre carlistas e petistas e pela divisão que a candidatura de Geddel gerou na aliança nacional entre PT e PMDB. Enquanto Souto adotou um discurso de crítica a primeira gestão petista dizendo que Jaques Wagner não soube aproveitar a proximidade com o governo federal para desenvolver o estado, relembrou que em seus governos soube aproveitar muito bem a proximidade a FHC e ACM para desenvolver a Bahia. Jaques Wagner respondia a tais críticas mostrando todos os programas sociais do governo federal que passaram a atender um número maior de baianos em sua gestão e que o próprio governo estadual passou a desenvolver programas similares aos federais para atender uma parcela maior da população. Geddel tentou atrelar sua campanha a imagem do Presidente Lula, de quem fora ministro, entretanto não logrou êxito.

Ao final da campanha Jaques Wagner se reelege governador ainda em primeiro turno e com ampla vantagem para o segundo colocado, Paulo Souto – o petista obteve 63,8% dos votos (4.101.270 votos) contra 16,1% (1.033.600) do seu principal adversário, Paulo Souto. Uma diferença de mais de três milhões de votos.

Tabela 85 – Resultado eleitoral para Governador (2010)

Candidatos	Votos	%
Jaques Wagner (PT)	4.101.270	63,8%
Paulo Souto (DEM)	1.033.600	16,1%
Geddel Vieira Lima (PMDB)	1.000.038	15,6%
Luiz Carlos Bassuma (PV)	253.523	3,9%
Marcos Antônio (PSOL)	31.705	0,5%
Sandro Roberto (PCB)	4.969	0,1%

Fonte: TRE/BA.

O PT saiu vitorioso também na eleição para o Senado Federal, elegendo os dois candidatos de sua coligação: o ex-governador Waldir Pires e a ex-prefeita Lídice da Matta (PSB). Mostrando a força do governador e de seu grupo na política baiana.

Tabela 86 – Resultado eleitoral para Senador (2010)

Candidatos	Votos	%
Walter Pinheiro (PT)	3.630.944	31,0%
Lídice da Matta (PSB)	3.385.300	28,9%
César Borges (PR)	1.583.423	13,5%
José Ronaldo (DEM)	1.092.850	9,3%
José Carlos Aleluia (DEM)	951.199	8,1%
Edvaldo Pereira (PTB)	810.261	6,9%
Edson Gonçalves (PV)	212.551	1,8%

Luiz Carlos (PSOL)	18.185	0,2%
Zilmar Alverita (PSOL)	15.385	0,1%
Albione Souza (PSTU)	14.088	0,1%

Fonte: TRE/BA.

Para Dantas Neto (2011), a reeleição em primeiro turno de Jaques Wagner não representa o fim do carlismo na Bahia ou mesmo um formato tripartite de competição (PMDB, PT, DEM), mas sim uma mudança na dança das cadeiras da elite política baiana.

“[...]a vitória de Wagner, em primeiro turno, com larga vantagem, deslegitima enfaticamente a hipótese, sugerida pelo equilíbrio de forças verificado nas eleições municipais de 2008, de que vigora novo formato, tripartite, de competição política na Bahia. O que os números de 2010 sugerem é, ao contrário, uma chance de retorno da política baiana a uma “situação dominante”, não idêntica, mas equivalente à que conheceu durante os anos 90, sob forte hegemonia do carlismo.” (DANTAS NETO, 2010, p.13)

Ao examinar as disputas eleitorais para a Prefeitura da capital baiana, para o governo estadual e para o senado, nos possibilitam perceber algumas características marcantes do subsistema partidário baiano: 1) o carlismo dominou o governo estadual e a disputa para o senado por quase duas décadas, acompanhando o período em que o governo federal foi comandado por partidos de centro direita (PMDB e PSDB). A partir de 2002 com a eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente, o DEM/PFL deixa de ocupar cargo no governo federal pela primeira vez após a redemocratização e assim diminui seu poder de angariar recursos para o estado baiano, fato que refletiu em votos e na eleição de Jaques Wagner para o executivo estadual; 2) diferentemente do que ocorria para o governo e o senado, o grupo carlista enfrentou dificuldades para conquistar o eleitorado da capital e somente ocupou o executivo municipal em três ocasiões durante todo o período aqui analisado (1996, 2000 e 2012); 3) durante a maior parte do período estudado é possível observar que a disputa eleitoral giram em torno de apenas dois grupos: os carlistas e anticarlista; 4) A partir da morte de Antônio Carlos Magalhães, os carlistas tentam se “reinventar” praticando o que Dantas Neto chama de pós-carlismo, tendo em Paulo Souto e ACM Neto seus referenciais de liderança. Os pós-carlistas assumem um discurso menos conservador, mas sem deixar de lado o modelo de modernização conservadora praticado nos governos de ACM.

3.4 Maranhão: O Maranhão Novo e a Oligarquia Sarney

O Maranhão se destaca entre as demais unidades da federação por apresentar os piores indicadores sociais. De acordo com estudo recente do Tribunal de Contas da União (TCU), o estado possui uma taxa de urbanização de 58,9%, inferior ao registrado para os demais estados brasileiros (84,3%) e para a região nordeste (73,1%). É o estado com a maior taxa de mortalidade infantil (23,5 óbitos por mil nascidos) e menor número de médicos e disponibilidade de leitos hospitalares. O Maranhão apresenta ainda uma alta taxa de analfabetismo (19,9%) e de analfabetismo funcional (31,3%) devido à evasão de alunos.

De acordo com dados do Censo do IBGE (2010) e do PNUD (2013), a renda per capita média do Maranhão é a pior do país R\$ 360,43. O percentual de pobres chega a 39,5% no estado, enquanto o índice brasileiro é de 15,2%. O estado possui o segundo pior IDH do país 0,639 ficando atrás somente de Alagoas, estado que tem menos que a metade da população maranhense e marcou um IDH de 0,631.

No campo político, o Maranhão é o exemplo maior de um estado marcado pelo predomínio de oligarquias ou grupos políticos por um longo período de tempo. Até 1965 o estado era comandado pelo grupo político de Vitorino Freire. Esse período foi marcado por corrupção nas eleições que permitiam a vitória de Vitorino e seus aliados em todos os pleitos e altos índices de pobreza da população em todo o estado.

A partir de 1965, o estado passa as mãos de outro grupo político, a família Sarney, a qual permanece até hoje. Antes de examinarmos o contexto político do Maranhão no período pós-redemocratização é importante mostrar como se deu a ascensão da família Sarney ao poder político no estado.

José Sarney iniciou na política maranhense no grupo do Senador Vitorino Freire, mas foi na oposição, mais precisamente na UDN, que construiu sua carreira política. A UDN maranhense era um dos partidos que integrava a chamada “Oposições Coligadas”, grupo interpartidário que reunia diversos partidos descontentes com o mandonismo vitorinista. Apesar de não conseguir derrotar eleitoralmente a oligarquia vitorinista e seu PSD – devido sobretudo ao uso da máquina governamental para fraudar eleições como forma de se manter no poder – a atuação das “Oposições Coligadas” conquistou o apoio de diversos segmentos sociais no Maranhão. A essa época, a principal liderança da oposição não era José Sarney, mas sim o deputado federal Neiva Moreira do PSP.

Para Costa (1997), o golpe militar foi o evento mais significativo que produziu mudanças importantes na política maranhense e deu início a ascensão de José Sarney como principal liderança política do estado. Para o autor, o golpe militar trouxe três consequências para a política maranhense: 1) Sarney se consolidou como uma das principais lideranças de oposição, tornando-se o candidato a governador nas eleições de 1965 com a proposta de um “Maranhão Novo”; 2) o golpe causou um racha no grupo de Vitorino Freire devido a divisão do grupo quanto a indicação do candidato a governador pelo PSD. Visando credenciar-se como o novo chefe político estadual, o então governador Newton Bello lançou a candidatura de Costa Rodrigues, ao passo que o candidato de Vitorino era o deputado Renato Archer; 3) por fim, a candidatura de Sarney contou com o apoio do Governo de Castelo Branco (1964/1967). Tal apoio se deve ao fato da UDN ter se constituído na principal base de apoio civil ao golpe militar.

Antes das eleições de 1965, o governo Castelo Branco realizou uma série de medidas, tais como: revisão eleitoral visando combater a corrupção eleitoral, tal revisão eliminou mais de 200 mil eleitores “fantasmas” num universo de quase 500 mil e convocou as tropas do Exército para garantir as eleições como forma de apoio à candidatura de Sarney.

O resultado dessas mudanças foi a eleição de Sarney para governador em 1965. Costa (1997) afirma que “o projeto do “Maranhão Novo” de Sarney foi possibilitado pelo retrocesso político a nível nacional (o “atraso” da ditadura militar)”.

José Sarney venceu a eleição com um discurso de um “Maranhão Novo” estabelecendo um contraponto ao Maranhão “atrasado” representado pela oligarquia Vitorinista. A gestão “Maranhão Novo” era marcada pelo “moderno”, identificado com implantação de um aparelho burocrático de gestão racional e com um quadro de funcionários de reconhecida capacidade técnica guiados pelo compromisso com a reconstrução do Maranhão.

“A oligarquia Sarney tem desempenhado um importante papel no processo de expansão do capitalismo no Maranhão, nem tanto como promotora desse processo, mas sim como gestora/administradora do processo de modernização econômica do espaço regional. Essa função, inclusive, transpareceu como o núcleo principal do discurso ideológico perante a população: é um discurso claramente desenvolvimentista e modernizante, onde a imagem do “novo”, do “moderno” é fartamente explorada para indicar supostos benefícios trazidos para a região e sua população pela ação da oligarquia dominante.” (COSTA, 1997, p.6)

A gestão Sarney adotou um programa econômico que visava o desenvolvimento econômico do Maranhão, no qual o aparelho estatal garantia o arcabouço jurídico e as condições de infraestrutura necessárias para a expansão do capital, mas sem mexer com as bases agrárias da economia maranhense e sem desfazer os laços políticos do período Vitorinista.

Usando a justificativa de desenvolver o economia maranhense, Sarney realizou uma reforma administrativa para “modernizar” o aparelho estatal. Dentre seus principais projetos destacam-se: a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), o Porto do Itaqui, a rodovia São Luís/Teresina e a implantação de grandes projetos agropecuários visando a modernização do setor agrícola.

Foi usando o discurso de modernização e se aproveitando dos graves problemas sociais enfrentados pelo estado que Sarney e seus aliados conquistaram o eleitor maranhense e permanecem até os dias atuais como a oligarquia mais forte do nordeste brasileiro. Como veremos a seguir, ao examinar as eleições pra prefeito, governador e senador no período pós- redemocratização, tal discurso modernizante é utilizado ainda hoje por Roseana Sarney e seus aliados. Atualmente José Sarney tem sua base eleitoral na Região Norte, no estado do Amapá, pelo qual já foi eleito diversas vezes senador. Mas sua influência ainda é decisiva na política maranhense.

O gráfico abaixo traz a evolução do eleitorado de São Luís durante o período de 1985 a 2012. Como podemos ver de 1985 a 2012 o eleitorado ludovicense cresceu 24,2%. Em 2012, o eleitorado da capital maranhense era composto em sua maioria por mulheres (53,9%), com idades entre 25 e 59 anos (36,8%) e com até o Ensino Médio Incompleto (26,1%).



Fonte: TRE/MA.

No gráfico 11, por sua vez, apresentamos a evolução do eleitorado do estado do Maranhão no período de 1986 a 2014. Durante esse período o eleitorado maranhense cresceu 28,5%. Em 2014, o eleitorado do Maranhão era composto em sua maioria por mulheres (51,0%), com idades entre 25 e 59 anos (32,1%) e com escolaridade de até o Ensino Fundamental incompleto (28,3%).



Fonte: TRE/MA.

3.4.1. As eleições para o Executivo Municipal de São Luís (1985 a 2012)

As primeiras eleições para a capital maranhense no período pós-redemocratização foram marcadas pelo fato do principal político maranhense à época está ocupando o cargo de presidente da República – José Sarney. Outro fato importante a ressaltar é do de Sarney não ter apoiado o candidato de seu partido, o peemedebista Carlos Guterres para a prefeitura da capital, mas sim o pefelista Jaime Santana.

Concorreram ao pleito de 1985 os seguintes candidatos: Gardênia Gonçalves (PDS); Jaime Santana (PFL); Jackson Lago (PDT) e Carlos Guterres (PMDB). A eleição acabou sendo polarizada pela disputa entre Gardênia Gonçalves e Jaime Santana. Ela apoiada pelo marido, o ex-governador e então senador João Castelo e Jaime apoiado pelo então presidente da república José Sarney.

Com o slogan “Para tratar São Luís com Amor”, a ex primeira dama do estado, conquistou 37,1% do eleitorado e se elegeu prefeita, derrotando o candidato do presidente com uma margem de mais de 7 mil votos de diferença.

Tabela 87 – Resultado eleitoral para Prefeito (1985)

Candidatos	Votos	%
Gardênia Gonçalves (PDS)	60.835	37,1%
Jaime Santana (PFL)	53.753	32,7%
Jackson Lago (PDT)	29.137	17,7%
Carlos Guterres (PMDB)	20.226	12,3%

Fonte: TRE/MA.

Sem o apoio do governo estadual e do governo federal e com a minoria na câmara de vereadores, o governo de Gardênia foi um verdadeiro caos. A então prefeita era constantemente criticada pelo estado de abandono em que se encontrava a cidade de São Luís, com ruas sujas e serviços básicos funcionando precariamente. Muitos de seus críticos afirmavam que a prefeita se elegeu a sombra do marido João Castelo.

Em 1988, a prefeitura de São Luís³⁴ foi disputada por Jackson Lago (PMDB), Carlos Guterres (PFL) e José Heluy (PT). E mais uma vez a capital maranhense elege um prefeito de oposição ao grupo Sarney, o peemedebista Jackson Lago que utilizando uma discurso de “Trabalho e Honestidade” derrotou Carlos Guterres. Vale ressaltar que apesar da oposição ao grupo Sarney, Jackson Lago antes de se eleger prefeito foi secretário de governo de Eptácio Cafeteira, governador apoiado por Sarney.

Durante seu primeiro mandato à frente da prefeitura, Jackson Lago buscou fazer melhorias na educação e na saúde. O então prefeito não contou com o apoio do então governador Eptácio Cafeteira, de quem fora secretário. Entretanto, terminou seu governo bem avaliado pela população da capital. Fato que rendeu certa vantagem a sua candidata à prefeitura nas eleições de 1992.

³⁴ Não foram encontrados registros com os dados do resultado eleitoral (quantidade de votos e porcentagens) para esta eleição.

Concorreram ao pleito eleitoral de 1992 dez candidatos, foram eles: Conceição Andrade (PSB), João Alberto de Souza (PMDB), Haroldo Saboia (PT), Jaime Santana (PSDB), Evandro Bessa (PDS), Costa Ferreira (PSC), Mauro Fecury (PFL), Carlos Guterres (PDC), Beto Douglas (PTB) e Nan Souza (PST).

O primeiro turno³⁵ foi protagonizado pela disputa entre a candidata de Jackson Lago, Conceição Andrade e João Alberto de Souza (PMDB). Devido à grande fragmentação dos votos entre os dez candidatos, a eleição foi decidida em segundo entre Conceição e João Alberto.

Com o apoio do então prefeito Jackson Lago, Conceição Andrade manteve a tradição da capital maranhense em eleger prefeitos de oposição ao governo estadual e ao sarneysmo, obtendo 64,1% dos votos.

Tabela 88 – Resultado eleitoral para Prefeito (1992) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Conceição Andrade (PSB)	137.687	64,1%
João Alberto de Souza (PMDB)	77.239	35,9%

Fonte: TRE/MA.

Sua administração à frente da prefeitura de São Luís foi considerada conturbada política e financeiramente. Conceição chegou ao final de seu mandato com problemas nos cofres públicos, com o serviço de coleta de lixo em crise e isolada politicamente após o rompimento com seu padrinho político Jackson Lago em 1994, que a chamou de “vírus da traição”.

Dentre suas principais realizações no Executivo Municipal estão a pavimentação dos bairros Coroadó, Areinha e Vila Palmeira, a construção do terminal de passageiros do Bacanga que possibilitou a implantação do sistema integrado de transporte coletivo e as chamadas “feirinhas da Conceição” – feiras onde eram vendidos produtos hortifrutigranjeiros produzidos na ilha de São Luís e até 30% mais baratos que os preços de mercado.

O pleito de 1996 foi marcado pela disputa entre o ex-prefeito Jackson Lago (PDT) e o ex-governador e ex-senador João Castelo (PPB), que acabaram levando a disputa para o segundo turno. Ainda disputaram a eleição para o Executivo municipal os seguintes candidatos: Afonso Manoel Borges (PSDB); Antônia Sinhorinha (PRTB); Antônio Worlon Fontinele (PV); Eurico Fernandes (PCdoB); Marcos Antônio (PSTU) e Pedro Fernandes (PSD).

³⁵ Idem.

Tabela 89 – Resultado eleitoral para Prefeito (1996) – 1º Turno

Candidatos	Votos	%
Jackson Lago (PDT)	146.091	48,1%
João Castelo (PPB)	111.311	36,7%
Pedro Fernandes (PSD)	22.634	7,4%
Afonso Manoel Borges (PSDB)	18.138	5,9%
Antônia Sinhorinha (PRTB)	3.025	0,9%
Antônio Worlon Fontinele (PV)	933	0,3%
Marcos Antônio (PSTU)	695	0,2%
Eurico Fernandes (PCdoB)	348	0,1%

Fonte: TRE/MA.

Contando com alta popularidade junto ao eleitorado da capital e focando seu discurso nas melhorias que poderia fazer na área de educação, Jackson Lago conquista 56,8% do eleitorado e se elege prefeito de São Luís pela segunda vez, derrotando João Castelo.

Tabela 90 – Resultado eleitoral para Prefeito (1996) – 2º Turno

Candidatos	Votos	%
Jackson Lago (PDT)	169.015	56,8%
João Castelo (PPB)	128.347	43,1%

Fonte: TRE/MA.

Durante sua segunda gestão, Lago focou em reduzir o analfabetismo ampliando o número de vagas nas escolas e capacitando os professores. Além disso, o então prefeito promoveu avanços nas áreas de saúde, geração de emprego, segurança pública, infraestrutura e cultura.

Tais avanços renderam a Lago o título de melhor prefeito do país e a reeleição ainda em primeiro turno na disputa de 2000, novamente tendo como principal adversário o ex-governador João Castelo.

Tabela 91 – Resultado eleitoral para Prefeito (2000)

Candidatos	Votos	%
Jackson Lago (PDT)	194.109	53,2%
João Castelo (PSDB)	111.457	30,5%
José Raimundo Rodrigues (PTB)	34.830	9,5%
Helena Heluy (PT)	14.292	3,9%
José Antônio Figueiredo (PSB)	4.999	1,3%
Marcos Antônio (PSTU)	3.154	0,8%
Clovis de Jesus (PRTB)	1.763	0,4%

Fonte: TRE/MA.

Em 2002, Jackson Lago embalado pela alta popularidade junto ao eleitorado, renuncia ao seu terceiro mandato à frente da prefeitura de São Luís para concorrer ao governo do estado. Assume o Executivo municipal o seu vice, Tadeu Palácio.

No pleito eleitoral de 2004, concorreram ao Executivo municipal de São Luís, o então prefeito Tadeu Palácio (PDT), João Castelo (PSDB), Ricardo Murad (PSB), Helena Heluy (PT), Edivaldo de Holanda (PTC) e Luís Carlos Noleto (PTC).

Mais uma vez a disputa ficou entre o candidato do PDT, que tinha a seu favor as recentes administrações da capital e o apoio de Jackson Lago, e o ex-governador e ex-senador João Castelo que disputava a sua terceira eleição para a prefeitura da capital maranhense.

A eleição de 2004 foi a menos competitiva dos últimos anos, tendo apenas seis candidatos e sendo composta por grandes coligações, como por exemplo, a de Tadeu Palácio que abrigou do PCdoB ao PTdoB. Sem grandes novidades, o PDT mais uma vez mostrou sua força na capital e elegeu ainda em primeiro turno seu candidato, com uma diferença de mais de 70 mil votos para o segundo colocado, novamente João Castelo.

João Castelo montou seu discurso em cima das realizações de sua gestão à frente do Executivo estadual, visando mostrar ao eleitor ludovicense as grandes obras de seu governo, tais como: a construção do complexo esportivo Castelão/Castelinho; a construção da ponte Bandeira Tribuzzi e de vários conjuntos residenciais; a implantação do sistema de abastecimento de água da capital e a ida de grandes empresas para o estado, como por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce e a ALUMAR (subsidiárias da Alcoa/Bilington Shell).

Já o candidato a reeleição, Tadeu Palácio, teve a sua candidatura beneficiada pela força de seu partido na capital – o PDT governou São Luís por 12 anos com Jackson Lago – e pela tradição oposicionista de “ilha rebelde” da capital, onde o grupo Sarney não ganha eleição desde 1985. Seu discurso foi baseado na imagem de honesto, competente e trabalhador.

Tabela 92 – Resultado eleitoral para Prefeito (2004)

Candidatos	Votos	%
Tadeu Palácio (PDT)	221.854	50,2%
João Castelo (PSDB)	148.450	33,5%
Ricardo Murad (PSB)	34.027	7,7%
Helena Heluy (PT)	16.112	3,6%
Edivaldo de Holanda (PTC)	13.396	3,0%
Luís Carlos Noleto (PSTU)	8.031	1,8%

Fonte: TRE/MA.

Sua administração foi marcada pela melhoria na limpeza pública, fato que redeu a São Luís o título de cidade mais limpa do país. Além disso, Tadeu ganhou o

título de “Prefeito Amigo da Criança”, por implementar políticas públicas na área da infância e adolescência.

Foi durante seu governo que São Luís obteve números positivos em alguns indicadores sociais, como por exemplo, a redução da mortalidade infantil, o aumento de 46% no número de alunos que concluíram a 8ª série e conquistou o maior IDH do estado (0,778). Uma das prioridades de seu governo foi a realização de melhorias na área de educação, na qual criou 47.906 novas vagas na rede municipal, construiu 65 novas escolas e manteve 43 creches. Fato que lhe renderam alta popularidade junto ao eleitorado.

A eleição de 2008 em São Luís acontece em meio ao processo de crise e ruptura política no interior do grupo Sarney. Comandando a política local desde 1965, o Sarneysmo apesar de obter sucessivas vitórias a nível estadual, acumula derrotas na disputa pelo Executivo da capital, não conseguindo eleger nenhuma prefeito em São Luís desde a redemocratização.

Aliado a tradição oposicionista da capital, a derrota sofrida pelo grupo nas disputa para o governo do estado em 2006, foi o elemento de destaque do pleito eleitoral de 2008. A eleição mais uma vez teve um caráter plebiscitário: de um lado o grupo Sarney e seus aliados e o grupo da oposição formado pelo PDT, PT, PCdoB e PSB. Vale ressaltar que o grupo da oposição ora se apresentava coligado, mas especificamente na eleição de 2008 dividido em duas candidaturas, sendo uma do PCdoB e outra do PDT.

Para essa disputa o grupo Sarney procurou apresentar sua experiência político-administrativa à frente do Executivo estadual e a ocupação de posições importantes, por parte de suas lideranças, na política nacional para conquistar o eleitor ludovicense. Já os oposicionista – sobretudo o PDT – insistiam mais uma vez na retorica antisarneyista, responsabilizando o grupo pelos péssimos indicadores socioeconômicos do estado e fazendo um contraponto as duas décadas de comando do PDT à frente do Executivo municipal da capital e as melhorias alcançadas por seus governos em tais indicadores.

Os dez candidatos que se apresentaram à disputa para o Executivo Municipal de São Luís em 2008 foram: João Castelo (PSDB); Flávio Dino (PCdoB); Clodomir Paz (PDT); Raimundo Cutrim (DEM); Gastão Vieira (PMDB); Waldir

Maranhão (PP); Cleber Verde (PRB); Welbson Madeira (PSTU); Pedro Fernandes (PTB) e Paulo Rios (PSOL).

João Castelo apresentou ao eleitor um discurso pautado na experiência, mostrando suas realizações como governador do estado em 1978 e os cargos públicos ocupados ao longo de sua trajetória política (Deputado federal, Senador, secretário de governo). João Castelo contou ainda com o apoio indireto do então governador Jackson Lago durante o primeiro turno.

O PDT encontrava-se dividido internamente em 2008. De um lado, o então prefeito Tadeu Palácio que cada vez mais estava isolado dentro do partido e que lançou Clodomir Paz como seu sucessor, e de outro lado Jackson Lago que queria o partido apoiando João Castelo. O fato é que a campanha de Clodomir Paz não decolou e o candidato conquistou apenas 9,4% dos votos. Desempenho ruim também teve o candidato apoiado por Roseana Sarney, Gastão Vieira (PMDB) que obteve insignificante 1,9% dos votos. A grande surpresa da disputa de 2008 foi Flávio Dino (PCdoB) – que cumpria seu primeiro mandato como deputado federal – que foi ao segundo turno junto com Castelo.

Tabela 93 – Resultado eleitoral para Prefeito (2008) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
João Castelo (PSDB)	210.629	43,1%
Flávio Dino (PCdoB)	167.436	34,2%
Clodomir Paz (PDT)	46.199	9,4%
Raimundo Cutrim (DEM)	22.054	4,5%
Cleber Verde (PRB)	19.013	3,8%
Gastão Vieira (PMDB)	9.508	1,9%
Welbson Madeira (PSTU)	5.135	1,0%
Pedro Ribeiro (PTB)	4.020	0,8%
Waldir Maranhão (PP)	2.644	0,5%
Paulo Rios (PSOL)	1.825	0,3%

Fonte: TRE/MA.

Sem experiência administrativa, Flávio buscou chamar a atenção do eleitor para sua formação acadêmica, sua experiência como juiz – que lhe rendeu a imagem de “conhecedor das leis” – e ao apoio que tinha do PT e do Presidente Lula.

O segundo turno foi marcado pela polarização PSDB X PT, a exemplo do que acontecia a nível nacional. João Castelo contou ainda com o apoio, agora declarado oficialmente, do então governador Jackson Lago e do PDT. Toda a popularidade do Presidente Lula não conseguiu reverter votos para Flávio Dino e este acabou sendo derrotado por Castelo que se elegeu prefeito de São Luís após

disputar sua quarta eleição. Novamente a capital maranhense elege um prefeito de oposição ao grupo político de Sarney.

Tabela 94 – Resultado eleitoral para Prefeito (2008) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
João Castelo (PSDB)	271.014	55,8%
Flávio Dino (PCdoB)	214.302	44,1%

Fonte: TRE/MA.

Tendo feito um bom governo e com boa popularidade junto ao eleitorado ludovicense, João Castelo chega ao pleito municipal de 2012 como o favorito segundo as pesquisas. Além de Castelo, disputaram a prefeitura de São Luís nesta eleição, os seguintes candidatos: Edivaldo de Holanda (PDT); Eliziane Pereira (PPS); Joaquim Washington (PT); Tadeu Palácio (PP); Marcos Antônio (PSTU); Haroldo Saboia (PSOL) e Ednaldo Dartagnan (PRTB).

Ao final do primeiro turno, o resultado das urnas foi uma surpresa com o candidato do pequeno PTC e apoiado pelo PDT, Edivaldo de Holanda a frente do candidato a reeleição João Castelo, apoiado pelo grupo Sarney. Vale ressaltar também o péssimo resultado obtido pelo ex-prefeito Tadeu Palácio, agora no PP, que alcançou apenas 4,8% dos votos.

Tabela 95 – Resultado eleitoral para Prefeito (2012) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Edivaldo de Holanda (PTC)	186.184	36,4%
João Castelo (PSDB)	156.320	30,5%
Eliziane Pereira (PPS)	70.582	13,8%
Joaquim Washington (PT)	56.328	11,0%
Tadeu Palácio (PP)	24.608	4,8%
Marcos Antônio (PSTU)	11.007	2,1%
Haroldo Saboia (PSOL)	4.074	0,7%
Ednaldo Dartagnan (PRTB)	1.810	0,3%

Fonte: TRE/MA.

Mantendo a tradição de “Ilha rebelde”, mais uma vez o eleitorado da capital maranhense não elege um político apoiado pelo grupo Sarney e o que se vê ao final da eleição é a vitória de Edivaldo de Holanda para prefeito. Dessa forma, o que observamos aqui é que durante todo o período estudado, o grupo Sarney não elegeu nenhum prefeito na capital maranhense. Ao passo que o PDT apresenta forte domínio sob o eleitorado ludovicense se mantendo no executivo municipal por três décadas, seja diretamente, seja apoiado o candidato vencedor, como ocorreu na eleição de Edivaldo de Holanda.

Tabela 96 – Resultado eleitoral para Prefeito (2012) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Edivaldo de Holanda (PTC)	280.809	56,0%

João Castelo (PSDB)	220.085	43,9%
---------------------	---------	-------

Fonte: TRE/MA.

3.4.2. As eleições para o Executivo Estadual e para o Senado Federal no Maranhão (1986 a 2010)

A eleição para o governo do Maranhão em 1986 foi marcada pelo fato de sua principal liderança política, José Sarney está na condição de Presidente da República. Embalado pela alta popularidade conquistada pelo sucesso do Plano Cruzado, o então presidente conseguiu reeditar na disputa estadual a “Aliança Democrática” (PFL/PTB/PMDB) que o conduziu a presidência da república em 1985. Sarney e seus aliados lançam a candidatura de Eptácio Cafeteira, tradicional adversário político do grupo, ao governo do estado.

Segundo Costa (1997),

Do ponto de vista da oligarquia dominante, esta aliança com um “inimigo histórico” foi possível porque a presença de José Sarney na Presidência possibilitava-lhe mecanismos variados de controle sobre o governo do estado, neutralizando assim as possibilidades de uma reviravolta no quadro político estadual.” (COSTA, 1997, p.16)

Dessa forma, Cafeteira teve a maior votação já conquistada por um candidato ao governo estadual maranhense, obtendo mais de um milhão de votos, ou seja, mais de 80% do eleitorado maranhense a época e assim derrotou o ex-governador João Castelo.

Tabela 97 – Resultado eleitoral para Governador (1986)

Candidatos	Votos	%
Eptácio Cafeteira (PMDB)	1.040.384	81,0%
João Castelo (PDS)	212.133	16,5%
Delta Martins (PT)	31.504	2,5%

Fonte: TRE/MA.

O grupo Sarney conquistou ainda as duas vagas do estado para o Senado, elegendo os pefelistas Alexandre Costa e Edison Lobão.

Tabela 98 – Resultado eleitoral para Senador (1986)

Candidatos	Votos	%
Alexandre Costa (PFL)	492.876	26,6%
Edison Lobão (PFL)	372.295	20,1%
Magno Bacelar (PFL)	295.174	15,9%
Américo de Souza (PFL)	223.280	12,0%
José Burnett (PDS)	174.631	9,4%
Neiva Moreira (PDT)	162.006	8,7%
Vicente Pereira (PT)	65.972	3,5%
João Gomes (PT)	33.484	1,8%
Jadiel Carvalho (PDT)	17.987	0,9%
Domingos da Costa (PDT)	11.336	0,6%

Fonte: TRE/MA.

Seguindo o modelo Sarney de governar, Cafeteira fez grandes obras de infraestrutura em todo o estado, mas em especial na capital São Luís. Construiu o Viaduto do Outeiro da Cruz, duplicou a Av. dos Africanos e a Av. dos Holandeses, recuperou o Centro Histórico e construiu o Aterro do Bacanga. Em 1989, Cafeteira renúncia ao cargo para concorrer a vaga ao Senado. Assumindo em seu lugar, o seu vice João Alberto.

O grupo político de Sarney chega ao pleito estadual de 1990 com sua imagem desgastada pelos problemas do governo Sarney na Presidência da República. É nesse contexto que surgem duas candidaturas de oposição ao sarneysmo: de um lado o grupo composto por João Castelo, candidato a governador e Eptácio Cafeteira, candidato ao Senado; e de outro lado e com o apoio do prefeito de São Luís Jackson Lago que apoiou o nome de Conceição Andrade. Com o apoio do então governador João Alberto, o grupo Sarney lança a candidatura de Edison Lobão ao governo maranhense.

Ao final do primeiro turno, o resultado ao foi favorável a família Sarney, ficando seu candidato em segundo lugar e a eleição tendo que ser decidida em segundo turno com fortes indícios de possível derrota.

Tabela 99 – Resultado eleitoral para Governador (1990) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
João Castelo (PRN)	595.392	45,8%
Edison Lobão (PFL)	459.542	35,3%
Conceição Andrade (PSB)	246.468	18,9%

Fonte: TRE/MA.

Durante o segundo turno, Sarney que esteve ausente no primeiro turno – dada sua candidatura ao Senado pelo estado do Amapá – participa efetivamente da campanha de Edison Lobão. Assim como o governador João Alberto que utilizando de sua influência junto a lideranças sindicais, setores das igrejas católicas e evangélicas e da candidata derrotada Conceição Andrade. Fato que ocasionou uma reviravolta no resultado eleitoral e levou a vitória Edison Lobão.

Tabela 100 – Resultado eleitoral para Governador (1990) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Edison Lobão (PFL)	695.727	53,9%
João Castelo (PRN)	594.620	46,1%

Fonte: TRE/MA.

Sarney e Cafeteira permaneceram como aliados até a eleição de 1990, quando ambos almejavam a vaga de candidato ao Senado Federal pelo PMDB. A disputa para saber quem seria o senador maranhense fez com que os então aliados

rompessem. Diante do embate com Cafeteira e do desgaste de seu governo a frente da Presidência, Sarney desistiu de concorrer pelo PMDB e pelo Maranhão, candidatando-se então como Senador pelo estado do Amapá e deixando o caminho livre para a vitória de Cafeteira.

Tabela 101 – Resultado eleitoral para Senador (1990)

Candidatos	Votos	%
Epitácio Cafeteira (PDC)	653.956	59,6%
João Bosco Barros (PSC)	321.256	29,3%
Ricardo Wagner de Carvalho (PDT)	122.753	11,2%

Fonte: TRE/MA.

Na eleição de 1994, Roseana Sarney é lançada como candidata governo do estado. Utilizando uma discurso de modernização e desenvolvimento do estado do Maranhão, com slogan semelhante ao utilizando por seu pai, José Sarney em 1965 – Roseana utilizou o slogan “Novo Tempo”, ao passo que o de Sarney em 1965 era “Maranhão Novo”. A candidata procurou se apresentar como herdeira de uma tradição de dedicação ao desenvolvimento do estado.

Disputaram o governo do estado junto com Roseana, os seguintes candidatos: Epitácio Cafeteira (PPR); Jackson Lago (PDT) e Francisco Nascimento (PSTU). Roseana Sarney e Cafeteira, agora em lados oposto, acabam levando a eleição para o segundo turno.

Tabela 102 – Resultado eleitoral para Governador (1994) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Roseana Sarney (PFL)	541.005	47,1%
Epitácio Cafeteira (PPR)	353.032	30,7%
Jackson Lago (PDT)	231.528	20,1%
Francisco Nascimento (PSTU)	21.061	1,8%

Fonte: TRE/MA.

O segundo turno de 1994 foi o mais disputado desde 1950 no Maranhão. Dada a grande popularidade de Cafeteira e todos os recursos da máquina pública e de redes televisivas a Roseana Sarney, os dois candidatos chegaram ao final do segundo turno com uma diferença mínima de pouco mais de 18 mil votos. Utilizando a geração de emprego e renda, o desenvolvimento do turismo e cultural do estado como prioridades de seu programa de governo e, a exemplo, de seu pai em 1965, utilizando um discurso que prometia a modernização do aparelho burocrático estadual, Roseana é eleita a primeira mulher governadora do Maranhão com 50,6% dos votos.

Tabela 103 – Resultado eleitoral para Governador (1994) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Roseana Sarney (PFL)	753.901	50,6%

Epitácio Cafeteira (PPR)	735.841	49,3%
--------------------------	---------	-------

Fonte: TRE/MA.

Já no primeiro ano de governo Roseana buscou implantar programas para cumprir sua principal promessa de campanha: a geração de emprego e renda. Em julho de 1995, a governadora institui o Programa Primeiro Emprego, que atenderia a população com idade entre 14 e 30 anos e previa a concessão de bolsa de estágio remunerado de caráter profissionalizante para a aprendizagem e aperfeiçoamento da mão-de-obra. Durante seu primeiro mandato, Roseana também investiu na cultura popular maranhense através de financiamento, organização dos espaços e definição de uma programação cultural dos festejos populares.

Tais ações de Roseana garantiram o apoio de diversos grupos da cultura popular e uma de parcela significativa da população que sofria com o desemprego, funcionando assim como uma política eleitoreira para as próximas eleições e amarrando o eleitorado a seu favor.

Em 1994, o grupo Sarney saiu vitorioso também na eleição para o Senado Federal elegendo o ex-governador Edison Lobão e o ex-senador Alexandre Costa.

Tabela 104 – Resultado eleitoral para Senador (1994)

Candidatos	Votos	%
Edison Lobão (PFL)	576.139	28,6%
Alexandre Costa (PFL)	553.548	27,4%
João Castelo (PPR)	424.989	21,1%
Wagner Lago (PDT)	176.997	8,7%
Manuel Santos (PT)	110.532	5,4%
Frederico Brandão (PPR)	91.942	4,5%
Cosme Eurico Neto (PL)	80.030	3,9%

Fonte: TRE/MA.

Roseana chega para a disputa da eleição de 1998 como favorita junto ao eleitorado maranhense. Mais uma vez seu principal adversário é Epitácio Cafeteira. Com sua popularidade em alta, a então governadora consegue se reeleger sem grandes dificuldades, já em primeiro turno e com expressiva vantagem sobre Cafeteira. Roseana conquista 66,0% dos votos contra apenas 26,4% de Cafeteira. Uma diferença de mais de 600 mil votos.

Tabela 105 – Resultado eleitoral para Governador (1998)

Candidatos	Votos	%
Roseana Sarney (PFL)	1.005.755	66,0%
Epitácio Cafeteira (PPB)	401.578	26,4%
Domingos Francisco Dutra (PT)	97.536	6,4%
Marcos Antônio de Paiva (PV)	10.569	0,7%
Marcos Antônio Silva (PSTU)	8.296	0,5%

Fonte: TRE/MA.

A eleição de 1994 dá início ao período roseanista, no qual a filha de Sarney comanda o executivo estadual por 8 anos (1995-1998; 1999-2002). O período roseanista é considerado como o período em que um governador mais realizou obras na capital maranhense, São Luís. Foi durante as gestões de Roseana Sarney que foram construídos os viadutos do Calhau, da Cohama e da Cohab, foi iniciada a construção do viaduto Alcione Nazaré, a Lagoa da Jansén foi revitalizada, transformando-se em um cartão postal de São Luís. O governo de Roseana investiu no Centro Histórico e abriu as avenidas Ferreira Gullar e Luís Eduardo Magalhães e a estrada da Maioba. Modernizou a Av. Litorânea, duplicou a estrada do Araçagi e urbanizou vários bairros construindo praças de esportes e lazer chamada de “Vivas”.

Novamente o grupo Sarney sai vitorioso também na disputa para o Senado, elegendo o ex-governador e ex-secretário do Governo Roseana Sarney, João Alberto de Souza.

Tabela 106 – Resultado eleitoral para Senador (1998)

Candidatos	Votos	%
João Alberto de Souza (PMDB)	760.576	59,1%
Haroldo Saboia (PT)	390.005	30,3%
José Luís Teixeira (PPS)	69.044	5,3%
Washington Luís Campos (PV)	38.306	2,9%
Luiz Carlos Noleto (PSTU)	27.634	2,1%

Fonte: TRE/MA.

Não podendo mais se candidatar ao governo estadual em 2002, Roseana e seu grupo político lançam a candidatura de seu vice José Reinaldo para o cargo de governador e as candidaturas da própria Roseana e Edison Lobão para o Senado Federal.

Concorreram ao governo estadual junto com José Reinaldo, os opositorista Jackson Lago (PDT), Raimundo Monteiro (PT) e Marcos Antônio Silva (PSTU). A disputa propriamente dita ficou entre José Reinaldo e Jackson Lago.

Favorecido pela avaliação positiva do governo Roseana junto ao eleitorado maranhense, José Reinaldo vence a eleição ainda em primeiro turno com 51,0% dos votos contra 42,5% de Jackson Lago e conquista o quinto mandato seguido do grupo Sarney a frente do executivo estadual.

Tabela 107 – Resultado eleitoral para Governador (2002)

Candidatos	Votos	%
José Reinaldo (PFL)	1.076.893	51,0%
Jackson Lago (PDT)	896.930	42,5%
Raimundo Monteiro (PT)	127.082	6,0%
Marcos Antônio Silva (PSTU)	8.391	0,3%

Fonte: TRE/MA.

O grupo sarneysta conquistou também as duas vagas em disputa para o Senado Federal, elegendo Roseana como a candidata mais votada do estado e reelegendo o senador Edison Lobão, derrotando pela terceira vez Eptácio Cafeteiro em uma eleição estadual.

Tabela 108 – Resultado eleitoral para Senador (2002)

Candidatos	Votos	%
Roseana Sarney (PFL)	1.314.524	32,3%
Edison Lobão (PFL)	1.106.151	27,2%
Eptácio Cafeteira (PDT)	874.573	21,5%
Haroldo Saboia (PT)	474.191	11,6%
Ildemar Gonçalves (PSDB)	135.382	3,3%
Terezinha de Jesus (PSB)	92.769	2,2%
Manoel Antônio Veiga (PSB)	35.814	0,8%
Frederico Luiz (PCB)	16.273	0,4%
Ramon Silva (PSTU)	16.227	0,3%

Fonte: TRE/MA.

No início de seu governo, José Reinaldo apenas concluiu as obras deixadas inacabadas por Roseana. A partir de 2004, no entanto, o então governador rompe com o grupo Sarney e passa a fazer um discurso oposicionista, onde trocou a realização de obras por ataques ao grupo Sarney. Tal rompimento influenciou não só o cenário político maranhense para as eleições de 2006 como o seu resultado também.

Borges (2008) aponta três pontos decisivos para compreender a eleição de 2006 para o governo do estado do Maranhão: “a ruptura do grupo Sarney, ocasionada pela saída do governador José Reinaldo; o fato inédito do governo do estado não estar a serviço da candidatura do grupo Sarney e os limites às alianças partidárias decorrentes da regra de verticalização”. (p. 2-3)

Nesta eleição, a oposição se dividiu em três candidaturas: Jackson Lago (PDT); Aderson Lago (PSDB) e Edison Vidigal (PSB). Inicialmente, a oposição estava unida em torno do nome de Jackson Lago na chamada “Frente pela Libertação do Maranhão”, mas devido as regras da verticalização vigentes nesse pleito e que não permitiam a associação estadual entre PSDB e PT – adversários na disputa presidencial – surgiu a candidatura de Aderson Lago (PSDB). Tal fato abriu precedente para o então governador José Reinaldo lançar a candidatura de Edison Vidigal (PSB), usando como justificativa o que de haver na base do governo, resistências a Jackson Lago por seu histórico de oposição ao governo.

Apesar de dividida em três candidaturas, a oposição utilizava basicamente o mesmo discurso contra a candidata do grupo Sarney, e ex-governadora Roseana

Sarney. Tal discurso se baseava na ideia de “libertação do Maranhão” que estava sob o domínio da família Sarney há 40 anos. Os três candidatos responsabilizavam o grupo Sarney pelos péssimos indicadores sociais do estado e o acusavam de improbidade administrativa.

Já a candidata do grupo, Roseana Sarney apresentou em seu discurso duras críticas à gestão José Reinaldo, eleito com seu apoio, mas agora apresentado como incompetente. Roseana buscou ainda lembrar ao eleitor maranhense as realizações de seus dois mandatos (1995-1999 e 2000-2004) a frente do governo estadual, prometendo “fazer muito mais”.

Ao final do primeiro turno, Roseana Sarney é a candidata mais votada com 47,2% dos votos, seguida por Jackson Lago (PDT) com 34,3%, levando assim a decisão para o segundo turno.

Tabela 109 – Resultado eleitoral para Governador (2006) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Roseana Sarney (PFL)	1.282.053	47,2%
Jackson Lago (PDT)	933.089	34,3%
Edson Vidigal (PSB)	387.337	14,2%
Aderson Lago (PSDB)	93.651	3,4%
João Melo e Sousa (PRONA)	11.987	0,4%
Carlos Saturnino (PSOL)	6.159	0,2%
Antônio Augusto (PSDC)	1.534	0,05%

Fonte: TRE/MA.

No segundo turno, Jackson Lago intensificou em seu discurso a ideia de que poderia ser o primeiro governador eleito sem o apoio do grupo Sarney e procurou ressaltar o trabalho que realizou enquanto prefeito de São Luís por três mandatos. Roseana por sua vez concentrou seu discurso no apoio que tinha do então Presidente Lula e na ideia de sua vitória traria uma parceria entre governo estadual e governo federal, gerando assim benefícios para o estado.

Jackson Lago conseguiu reunir forças políticas distintas em torno de um propósito de derrotar a chamada oligarquia Sarney e contou com a intervenção do governador José Reinaldo que mobilizou a seu favor prefeitos e lideranças locais em vários municípios do estado. Somado a isso, Lago adotou uma postura discreta em relação as candidaturas presidenciais e procurou não se confrontar com o eleitorado de Lula. Por fim, o eleitorado parecia dar sinais de que estava cansado do domínio do mesmo grupo político e desejava a alternância de poder. Fato que se concretizou com a eleição de Jackson Lago no segundo turno.

Tabela 110 – Resultado eleitoral para Governador (2006) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Jackson Lago (PDT)	1.393.754	51,8%
Roseana Sarney (PFL)	1.295.880	48,1%

Fonte: TRE/MA.

O grupo Sarney amargou ainda derrota na disputa para o Senado, na qual foi eleito Eptácio Cafeteira. Vale ressaltar que a eleição para senador, apesar de possuir muitos candidatos, foi polarizada por dois ex-governadores (Eptácio Cafeteira e João Castelo), ao passo que mostrou o crescimento das candidaturas de esquerda como uma terceira via – fruto da eleição de Lula em 2002 para presidente – tendo o petista Bira do Pindaré conquistado votação expressiva que lhe rendeu o terceiro lugar na disputa.

Tabela 111 – Resultado eleitoral para Senador (2006)

Candidatos	Votos	%
Eptácio Cafeteira (PTB)	1.016.240	39,3%
João Castelo (PSDB)	918.701	35,5%
Bira do Pindaré (PT)	557.035	21,5%
Luiz Soares Filho (PSB)	35.304	1,3%
Nazaré Bezerra (PTC)	25.909	1,0%
Luiz Carlos Noletto (PRONA)	17.665	0,6%
Ramon Silva (PSTU)	4.743	0,1%
Francisco da Chaga Matos (PSOL)	3.314	0,1%
Frederico Luiz (PCB)	2.076	0,08%

Fonte: TRE/MA.

Jackson Lago teve pouco tempo para comemorar a vitória sobre o grupo Sarney. Com apenas cinco meses de governo teve seu nome envolvido na Operação Navalha da Polícia Federal, que investigava o superfaturamento de obras públicas previstas no PAC. A PF acusava o então governador de ter recebido R\$ 240 mil para permitir o pagamento, por parte da Secretaria de Infraestrutura do Estado, de R\$ 2,9 milhões de uma obra da Gautama. Somado a essa investigação, no final de 2007, Lago foi acusado pela coligação da candidata derrotada, Roseana Sarney, de cometer abuso de poder e compra de votos.

A coligação de Roseana entrou com uma ação junto ao TSE que pediu a anulação da eleição de Lago e o acusava de realizar comícios para doação de cestas básicas em troca de votos, assinatura de convênios para transferência de recursos a 156 municípios, distribuição de combustível, abuso de poder econômico e uso da Secretaria de Comunicação Social para captação ilegal de votos.

O julgamento de tal ação se estendeu até abril de 2009, quando o TSE decidiu pela cassação do mandato de Lago e determinou que a segunda colocada, Roseana Sarney, fosse empossada como governadora do estado. Terminava assim

o curto período de tempo em que o grupo Sarney esteve fora do executivo estadual. Em 16 de abril de 2009, Roseana assume seu terceiro mandato como governadora do Maranhão.

Tais acontecimentos influenciaram o cenário eleitoral para as eleições de 2010. Mais uma vez, a eleição para o governo do estado foi marcada pela polarização entre os grupos: o grupo Sarney e o grupo oposicionista, que novamente se apresentou dividido em uma de uma candidatura.

“Enquanto em 2006 a eleição teve a novidade de, pela primeira vez, o governador do estado não apoiar a candidatura do grupo Sarney, a de 2010 transcorreu como uma espécie de “terceiro turno” envolvendo uma série de disputas que remontam à eleição anterior quando: a) um candidato de oposição ao sarneysmo venceu o pleito; b) houve acusação, pelo grupo dominante, de que esse eleito teria sido beneficiário de abuso de poder político e econômico, patrocinado pelo então governador e c) como resultado dessa acusação, veio a cassação do governador oposicionista após dois anos de mandato e a posse da segunda colocada Roseana. Com isto, o governo do estado foi recolocado sob domínio do grupo Sarney, possibilitando que em 2010 a própria governadora do estado se valesse dessa condição em seu propósito de reeleger-se.” (BORGES, 2011, p. 2)

Seis candidatos concorreram a eleição de 2010 para o executivo estadual, sendo eles: Roseana Sarney (PMDB); Jackson Lago (PDT), Flávio Dino (PCdoB); Marcos Antônio Silva (PSTU); Saulo Costa (PSOL) e Josivaldo Correa (PCB).

Roseana Sarney teve a seu favor na disputa o desgaste do principal partido de oposição (PDT) e de sua principal liderança Jackson Lago, em decorrência de sua cassação em 2009. Além disso, a aliança com o PT proporcionou uma maior tempo de propaganda televisiva no horário eleitoral. Tais fatos a levaram a reeleição já no primeiro turno, conquistando seu quarto mandato para o governo do estado.

Tabela 112 – Resultado eleitoral para Governador (2010)

Candidatos	Votos	%
Roseana Sarney (PMDB)	1.459.792	50,1%
Flávio Dino (PCdoB)	859.402	29,5%
Jackson Lago (PDT)	569.412	19,5%
Marcos Antônio Silva (PSTU)	14.685	0,5%
Saulo Costa (PSOL)	8.898	0,3%
Josivaldo Correa (PCB)	2.518	0,1%

Fonte: TRE/MA.

A surpresa na eleição de 2010 ficou por conta do surgimento de uma nova liderança política no estado, Flávio Dino (PCdoB). Inserido há pouco tempo na política maranhense, Flávio que fora eleito deputado federal em 2006 e candidato a prefeito de São Luís em 2008, obteve uma votação expressiva junto ao eleitorado maranhense ficando em segundo lugar, a frente inclusive de Jackson Lago.

Na eleição para o Senado, o grupo Sarney também manteve sua hegemonia elegendo mais uma vez Edison Lobão e João Alberto de Souza. Quem também sentiu o desgaste provocado pela cassação de Lago na eleição anterior, foi o seu aliado e ex-governador José Reinaldo, o qual conquistou apenas 13,4% ficando na terceira colocação com uma enorme diferença para os candidatos do grupo de Sarney.³⁶

Tabela 113 – Resultado eleitoral para Senador (2010)

Candidatos	Votos	%
Edison Lobão (PMDB)	1.702.085	31,4%
João Alberto de Souza (PMDB)	1.546.298	28,5%
José Reinaldo Tavares (PSB)	727.602	13,4%
Roberto Coelho Rocha (PSDB)	642.853	11,8%
Edson Vidigal (PSDB)	502.600	9,3%
Adonilson Lima (PCdoB)	226.059	4,2%
Claudicea Alves (PSTU)	21.944	0,4%
Paulo Roberto Rios (PSOL)	19.495	0,4%
Charles Miranda (PCB)	18.654	0,3%
Luiz Carlos Noleto (PSTU)	17.818	0,3%

Fonte: TRE/MA.

A análise das eleições para os executivos municipal e estadual maranhenses e para o senado, nos mostram que a política no estado segue duas tendências: o predomínio da oligarquia Sarney a nível das disputas para o governo do estado e o senado – o grupo não venceu a eleição para o executivo estadual e senado somente em 2006, quando da eleição de Jackson Lago; e, o caráter oposicionista da capital maranhense que de 1985 a 2012 jamais elegeu um candidato apoiado pelo sarneysmo como prefeito da capital.

Outro fato que deve ser ressaltado quanto a política maranhense é que apesar de na maioria das vezes, as disputas terem um caráter plebiscitário entre o grupo Sarney e os oposicionistas, ambos os grupos não conseguiram ao longo do período analisado obter uma homogeneidade em sua composição. Figuras como José Reinaldo e Eptácio Cafeteira, para citar apenas dois exemplos, ora se comportava como opositores, ora como aliados do grupo Sarney.

³⁶ Edison Lobão, o candidato mais votado para o Senado em 2010, obteve pouco mais de 974 mil votos de diferença para José Reinaldo. Já João Alberto obteve quase 820 mil votos a mais que o ex-governador.

3.5. Piauí: uma disputa política entre famílias

A política piauiense é caracterizada pela pouca variação de atores políticos que a compõem, sendo fortemente marcada por uma tradição familista e de práticas oligárquicas (ARRAES FILHO, 2000; BONFIM E SILVA (2003; SILVA, 1999).

“A elite política piauiense, com seus embates e lutas internas, é fruto da dinâmica das principais famílias que exercem o domínio político [...]. Genericamente, pode-se dizer que a concretude dos mecanismos de controle utilizados por essa elite para manutenção do poder corporificada na ocupação dos principais cargos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário” (SILVA, 1999, p. 310).

Mesmo após a redemocratização de 1988, o que se observou no subsistema partidário piauiense foi a presença de herdeiros políticos e familiares das principais famílias políticas do estado, que utilizaram o poder público para a sobrevivência e reprodução de seus grupos políticos, sendo assim um sistema marcado por características conservadoras e excludentes.

[...] mesmo com o advento da criação da estrutura burocrática do Estado brasileiro, as elites piauienses, através da simbiose com o poder público – via política clientelista de distribuição de cargos entre parentes e apaniguados – encontraram as condições para sua sobrevivência e reprodução (DE DEUS, 2007, p. 97).

Durante a ditadura militar – período político imediatamente anterior ao aqui analisado – a política piauiense era dominada por dois grupos políticos: a família Portella Nunes e a família Almendra Freitas. De Deus afirma que,

[...] durante todo o período autoritário, a vida política no Piauí esteve submetida a dois grandes grupos políticos: as famílias Portella Nunes e Almendra Freitas. Estas duas famílias comandavam, de fato, a organização política no estado. Elas podiam se adaptar ou se misturar de acordo com a conjuntura, mas sempre estavam no poder (DE DEUS, 2007, p. 102).

Foi durante o regime militar que surgiu no cenário político piauiense, Petrônio Portella, então governador do estado e aliado dos militares. Petrônio participou diretamente na escolha dos governadores piauienses, nomeados pelos militares. Conforme Silva,

[...] o surgimento de novas lideranças políticas no Piauí, até a morte de Petrônio, em 1980, passava pelo seu crivo, em face o prestígio que ele adquiriu nas esferas decisórias do Poder Militar. Nenhuma delas tinha autonomia para conquistar espaços de poder junto aos militares face à sua forte presença no cenário político estadual e nacional. Todas as questões relativas ao Piauí tinham que passar pelo seu crivo” (SILVA, 1999, p.230).

Em 1966, Petrônio Portella renuncia ao governo estadual para concorrer ao Senado pela ARENA. Seu primo, Helvídio Nunes de Barros, por eleição indireta, assumiu o cargo.

O predomínio do grupo de Petrônio é interrompido apenas em 1971, quando o governo federal nomeia Alberto Tavares como governador do Estado.

“Apesar dos esforços do Senador Petrônio e do então Governador Helvídio Nunes, o novo Governador foi indicado pelos generais, a partir da indicação do ministro César Cals de Oliveira, do ex-governador do Ceará, Virgílio Távora e do senador Flávio Marcílio, que eram casados com irmãs da mulher de Alberto Silva” (SILVA, 1999, p. 236)

A partir de então, o que se viu na política piauiense foi uma polarização entre Alberto Silva e o grupo de Petrônio Portella. Em 1974, ocorreu um embate entre ambos para a disputa pelo Senado, mas dessa vez, Petrônio conseguiu fazer prevalecer sua força política. Por sua influência, os generais determinaram que Alberto Silva não entrasse na disputa, dando a Petrônio Portella a possibilidade de se reeleger senador.

Em 1978, o grupo Portella conseguiu eleger o irmão de Petrônio, Lucídio Portella governador do estado e Dirceu Arcoverde, senador, derrotando Alberto Silva. Em 1980, o grupo perde sua principal liderança com a morte de Petrônio Portella, abrindo um vácuo político no estado. Alberto Silva se apresentava como uma alternativa política e ao mesmo tempo ameaça a manutenção do poder hegemônico do grupo político arenista o estado (SILVA, 1999, p. 281).

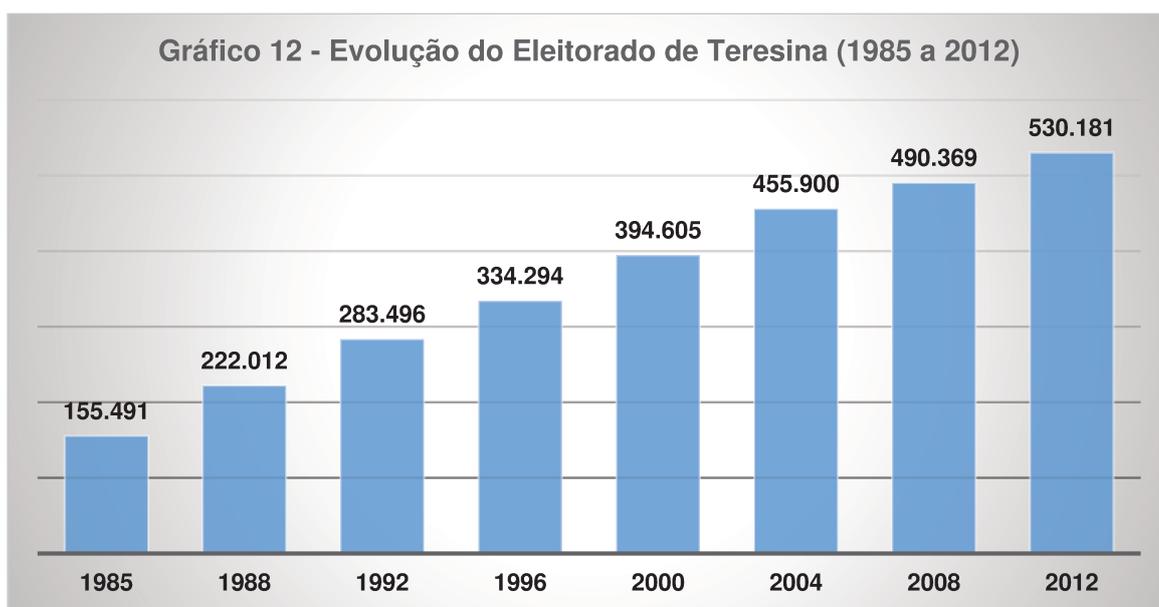
Entretanto, o resultado eleitoral de 1982, manteve o poderio do grupo e, pelo menos, por enquanto, acabou com as esperanças de Alberto Silva. Hugo Napoleão, representante de duas famílias tradicionais do estado – Almendra Freitas e Napoleão do Rego – foi o candidato do PDS. Seu principal adversário foi o ex-governador Alberto Silva. Hugo Napoleão venceu a eleição 58,7% dos votos contra 40,4% de Alberto.

Em 1984, o grupo político de Petrônio Portella entra em atrito por divergência sobre quem o PDS apoiaria na eleição de 1985 para Presidente da República. Mediram forças dentro do partido, no Piauí, Hugo Napoleão e Lucídio Portella. Hugo Napoleão, então governador e seu primo Antônio de Almendra Freitas Neto, prefeito de Teresina apoiavam a candidatura de Tancredo Neves. Lucídio Portella, por sua vez, achava que o partido deveria apoiar a candidatura de Paulo Maluf (PDS).

Logo após a eleição de Tancredo Neves, Hugo Napoleão rompe definitivamente com o PDS e Lucídio Portella, assumindo a criação do PFL no estado. Como veremos a diante, ao analisar os resultados eleitorais pós-redemocratização no

estado, tal divisão influenciou o cenário político para a eleição de 1986 ao executivo estadual e as demais eleições subsequentes até pelo menos meados do fim da década de 1990.

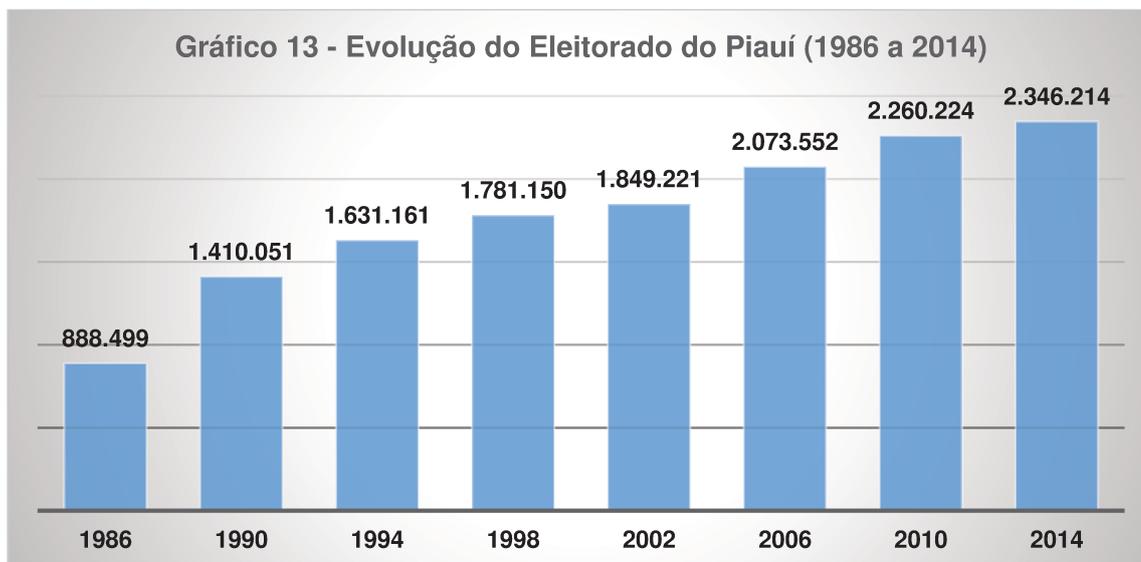
Antes de nos debruçarmos mais detalhadamente sobre cada disputa eleitoral, julgamos necessário apresentar os números do eleitorado piauiense. O gráfico 12 mostra a evolução do eleitorado da capital no período durante o período aqui estudado, de 1985 a 2012. Observando os resultados do gráfico para cada ano de eleição municipal, é possível perceber que de 1985 a 2012, o eleitorado da capital cresceu 29,0%. Em 2012, a maioria do eleitorado de Teresina era composta por mulheres (54,5%) e com idades entre 25 e 59 anos (37,6%), provavelmente coincidindo com a população economicamente ativa da capital. Quanto a escolaridade, 30,2% do eleitorado têm o Ensino Fundamental incompleto (49,1% dos homens e 50,8% das mulheres).



Fonte: TRE/PI

No gráfico 13, por sua vez, apresentamos os dados para o eleitorado do Estado do Piauí como um todo nas eleições para governador e senador no período de 1986 a 2014. No período em questão, o eleitorado piauiense cresceu 37,9%.

Em 2014, o eleitorado do estado era composto, em sua maioria por mulheres (51,3%) com idades entre 25 e 59 anos (32,7%) e com escolaridade até o ensino fundamental incompleto (31,2%, dos quais 50,7% são homens e 49,2% são mulheres).



Fonte: TRE/PI.

3.5.1 As eleições para o Executivo Municipal de Teresina (1985 a 2012)

A primeira eleição direta para prefeito da capital piauiense foi protagonizada pela disputa acirrada entre o então secretário de educação e apoiado pelo então governador Hugo Napoleão, Átila Lira (PFL) e o deputado federal Wall Ferraz (PMDB).

Além do pefelista Átila Lira e do peemedebista Wall Ferraz, outros cinco candidatos disputaram a eleição para o executivo municipal, são eles: a ex-primeira dama do estado Myriam Portella (PDS), Antônio José Medeiros (PT), Jonathas Nunes (PDT), Sirley Ferreira (PTB) e Newton Nunes (PDC).

A estratégia utilizada pela campanha peemedebista foi a de levar a Teresina figuras históricas do partido – conhecidos como autênticos do MDB - que estavam em destaque na política nacional pela campanha contra a ditadura militar e pela redemocratização do país. Tal estratégia deu certo e levou a vitória de Wall Ferraz com um diferença de pouco mais de 17 mil votos para o pefelista Átila Lira.

Tabela 114 – Resultado eleitoral para Prefeito (1985)

Candidatos	Votos	%
Wall Ferraz (PMDB)	78.252	50,3%
Átila Lira (PFL)	60.649	39,0%
Myriam Portella (PDS)	9.088	5,8%
Antônio José Medeiros (PT)	4.332	2,7%
Jonathas Nunes (PDT)	1.968	1,2%
Sirley Ferreira (PTB)	655	0,4%
Newton Nunes (PDC)	547	0,3%

Fonte: TRE/PI.

Em 1988, o governador Alberto Silva apoiou a candidatura ao executivo municipal da então deputada federal, Myriam Portella (PDS). O prefeito Wall Ferraz (PMDB) apoiou o também deputado federal Heráclito Fortes.

Também concorreram à Prefeitura de Teresina, Átila Lira (PFL), Antônio Neto (PT) e Deoclécio Dantas (PDT).

Myriam Portella ia bem nas pesquisas, mas no meio da campanha acaba rompendo com o governador e despenca nas intenções de voto. Heráclito Fortes vence o pleito com 41,1% dos votos contra 31,1% do pefelista Átila Lira.

Tabela 115 – Resultado eleitoral para Prefeito (1988)

Candidatos	Votos	%
Heráclito Fortes (PMDB)	66.880	41,1%
Átila Lira (PFL)	50.717	31,1%
Myriam Portella (PDS)	17.576	10,8%
Antônio Neto (PT)	14.003	8,6%
Deoclécio Dantas (PDT)	13.435	8,2%

Fonte: TRE/PI.

Para o pleito de 1992, o então governador Freitas Neto apoiou a candidatura do deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, Jesualdo Cavalcanti (PFL). Também foram candidatos o ex-prefeito de Teresina, Wall Ferraz – agora no PSDB -, o ex-governador Alberto Silva (PMDB), Antônio José Medeiros (PT), Acilino Ribeiro (PPS) e Paulo Freitas (PTB).

Mais uma vez, o candidato apoiado pelo governador não obteve bom desempenho e amargou um quarto lugar. Saiu vitorioso Wall Ferraz (PSDB) com ampla vantagem de votos para o seu, agora, adversário político Alberto Silva (PMDB). A diferença de votos superou 100 mil votos. Tal votação expressiva rende a Wall Ferraz, o posto de principal liderança peessedebista n estado.

Tabela 116 – Resultado eleitoral para Prefeito (1992)

Candidatos	Votos	%
Wall Ferraz (PSDB)	130.829	63,6%
Alberto Silva (PMDB)	28.331	13,7%
Antônio José Medeiros (PT)	21.581	10,4%
Jesualdo Cavalcanti (PFL)	21.134	10,2%
Acilino Ribeiro (PPS)	1.985	0,9%
Paulo Freitas (PTB)	1.807	0,8%

Fonte: TRE/PI.

Em 1996, o governador Mão Santa, apoiou a candidatura do ex-governador e então deputado federal, Alberto Silva pelo PMDB. O PSDB lançou o economista Firmino Filho.

A eleição de 1996 foi a eleição com o maior número de candidatos em disputa ao executivo municipal, ao todo foram oito candidatos. Além do peemedebista Alberto Silva e do peessedebista Firmino Filho, foram candidatos Nazareno Fonteles (PT), Sebastião Rocha (PFL), Paulo de Tarso (PTB), Osmar Ribeiro (PCdoB) e João Gervásio (PSTU).

Novamente a eleição para a prefeitura da capital piauiense foi polarizada pela disputa entre PSDB e PMDB. Ao final do primeiro turno, Firmino Filho e Alberto Silva tinham uma diferença de apenas 2,1% dos votos, levando assim a decisão de quem seria o próximo prefeito de Teresina para o segundo turno.

Tabela 117 – Resultado eleitoral para Prefeito (1996) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Firmino Filho (PSDB)	94.207	39,7%
Alberto Silva (PMDB)	89.167	37,6%
Nazareno Fonteles (PT)	44.262	18,6%
Sebastião Rocha (PFL)	4.354	1,8%
Paulo de Tarso (PTB)	2.228	0,9%
Osmar Ribeiro (PCdoB)	1.373	0,5%
Guilherme Xavier (PL)	608	0,2%
João Gervásio (PSTU)	565	0,2%

Fonte: TRE/PI.

Durante o segundo turno, a campanha peessedebista procurou espalhar o medo entre os eleitores teresinenses ao dizer que caso Alberto Silva fosse eleito, o caos administrativo se instalaria na capital com salários atrasados dos servidores e o não pagamento de fornecedores. Tais fatos ganharam força por causa da administração caótica de Alberto Silva à frente do executivo estadual (1987-1991), onde salários de servidores estaduais ficaram atrasados, muitos fornecedores deixaram de receber o que venderam para o Governo e havia várias irregularidades administrativas em sua gestão.

Com o clima de insegurança instalado, o PSDB conseguiu eleger o economista Firmino Filho com 53,2% dos votos contra 46,7% de Alberto Silva. Essa foi a primeira eleição disputa pelo partido sem sua principal liderança, Wall Ferraz – falecido em 1995.

Tabela 118 – Resultado eleitoral para Prefeito (1996) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Firmino Filho (PSDB)	127.686	53,2%
Alberto Silva (PMDB)	111.888	46,7%

Fonte: TRE/PI.

A eleição de 2000 foi a única do período estudado em que um candidato apoiado pelo governador foi eleito prefeito da capital piauiense. Em 1998, PSDB e PMDB fizeram um acordo para que o então prefeito Firmino Filho apoiasse a reeleição do governador Mão Santa contra o pefelista Hugo Napoleão. Em troca, o PSDB deveria apoiar a reeleição de Firmino Filho em 2000.

Com a aliança entre PSDB e PMDB, o pleito municipal de 2000, na capital, foi polarizado pela disputa PSDB versus PT, que lançará a candidatura de Wellington

Dias. Além do candidato à reeleição Firmino Filho e do petista Wellington Dias, concorreram a eleição: Ciro Nogueira (PFL), Francisco Tomaz (PP) e Antônio Uchoa (PTB).

O peessedebista conseguiu a reeleição com uma ampla vantagem de votos para o petista. Firmino Filho, que contava com uma avaliação positiva de sua gestão municipal junto ao eleitorado, conquistou 60,8% dos votos contra 32,4% de Wellington Dias (PT).

Tabela 119 – Resultado eleitoral para Prefeito (2000)

Candidatos	Votos	%
Firmino Filho (PSDB)	187.500	60,8%
Wellington Dias (PT)	99.874	32,4%
Ciro Nogueira (PFL)	11.933	3,8%
Francisco Tomaz (PP)	4.885	1,5%
Antônio Uchoa (PTB)	3.748	1,2%

Fonte: TRE/PI.

Em 2004, a aliança PSDB/PMDB foi desfeita e ambos lançaram candidatos à prefeitura de Teresina. O pleito municipal de 2004 superou o de 1996 em número de candidatos, ao todo foram nove candidatos na disputa. Além do candidato peessedebista, Silvio Mendes, e da candidata peemedebista e esposa do Senador Mão Santa, Adalgisa Carvalho, que polarizaram a disputa, concorreram também ao executivo municipal Francisco das Chagas (PRONA), Robert Rios (PCdoB), Lourival Ferreira (PFL), José Roberto Nunes (PSC), Luiz Augusto (PDT), Geraldo Carvalho (PSTU) e a candidata apoiada pelo governador Wellington Dias, a Flora Izabel (PT).

A eleição foi novamente protagonizada pela disputa PSDB versus PMDB, que levaram a decisão de quem seria o novo prefeito de Teresina para o segundo turno. Vale ressaltar o baixo desempenho eleitoral da candidata petista, Flora Izabel que amargou um quarto lugar com apenas 7,5% dos votos e o desempenho do desconhecido candidato do PRONA que ficou em terceiro lugar, à frente da candidata petista com 8,7%.

As pesquisas de intenção de voto apontava a ex-primeira dama do estado Adalgisa Moraes como favorita do eleitorado teresinense. O candidato peessedebista, a exemplo do que já havia acontecido com Firmino Filho, era desconhecido do eleitorado e buscou conquistar votos baseando seu discurso na competência do PSDB e de suas gestões anteriores à frente da capital piauiense, mostrando as melhorias realizadas pelas administrações peessedebista na capital. Tal discurso por pouco não o levou a decidir a eleição já em primeiro turno.

Tabela 120 – Resultado eleitoral para Prefeito (2004) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Silvio Mendes (PSDB)	177.687	48,8%
Adalgisa Moraes (PMDB)	93.425	25,7%
Francisco das Chagas (PRONA)	30.535	8,4%
Flora Izabel (PT)	27.457	7,5%
Robert Rios (PCdoB)	16.066	4,4%
Lourival Ferreira (PFL)	7.942	2,1%
José Roberto Nunes (PSC)	4.457	1,2%
Luiz Augusto (PDT)	4.394	1,2%
Geraldo Carvalho (PSTU)	1.497	0,4%

Fonte: TRE/PI.

Na disputa em segundo turno, saiu vitorioso o peessedebista Sílvio Mendes com quase 60 mil votos a mais que sua principal adversária, a peemedebista Adalgisa Moraes. Sílvio foi eleito prefeito da capital piauiense com 58,4% dos votos contra 41,5% de Adalgisa.

Tabela 121 – Resultado eleitoral para Prefeito (2004) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Silvio Mendes (PSDB)	204.662	58,4%
Adalgisa Moraes (PMDB)	145.280	41,5%

Fonte: TRE/PI.

O pleito municipal de 2008 em Teresina, assim como em todo o país, foi polarizado pela disputa PSDB versus PT. O governador reeleito, Wellington Dias, apoiou o também petista, deputado Nazareno Fonteles – que contou ainda com o apoio do presidente Lula. Pelo lado peessedebista, o então prefeito Sílvio Mendes foi candidato à reeleição.

Enquanto o candidato petista buscou associar a sua imagem as gestões petistas do governador Wellington Dias e do presidente Lula, o candidato à reeleição Sílvio Mendes, buscou mostrar os feitos de sua gestão e contou com a boa aprovação de sua administração junto ao eleitorado da capital. O prefeito Sílvio Mendes conquistou 70,3% dos votos, sendo reeleito em primeiro turno para a capital piauiense.

Tabela 122 – Resultado eleitoral para Prefeito (2008)

Candidatos	Votos	%
Silvio Mendes (PSDB)	273.065	70,3%
Nazareno Fonteles (PT)	100.546	25,9%
Ismar Tavares (PCB)	9.777	2,5%
José Alexis (PSOL)	2.075	0,5%
José Avelar (PSL)	1.658	0,4%
Maria de Lourdes (PCO)	996	0,2%

Fonte: TRE/PI.

Sílvio Mendes renuncia antes do fim de seu segundo mandato para concorrer à eleição para governador em 2010, passando assim o comando da prefeitura de Teresina ao seu vice, Elmano Férrer (PTB).

A disputa para o executivo municipal em 2012 foi composta por sete candidatos: o ex-prefeito Firmino Filho (PSDB); o ex-governador Wellington Dias (PT); o atual prefeito Elmano Férrer (PTB); o apresentador de TV Beto Rego (PSB); Maklandel Aquino (PSOL); Daniel Solon (PSTU) e Vasconcelos Pinheiro (PCB).

A Campanha eleitoral foi marcada pela disputa acirrada entre os outrora aliados PTB e PSDB. Os candidatos dos dois partidos protagonizaram debates acalorados com troca de acusações e críticas as suas gestões. Ao final do primeiro turno o peessedebista fica à frente de Elmano Férrer com 38,7%, mas a eleição somente foi decidida no segundo turno.

Tabela 123 – Resultado eleitoral para Prefeito (2012) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Firmino Filho (PSDB)	162.633	38,7%
Elmano Férrer (PTB)	139.016	33,1%
Wellington Dias (PT)	59.470	14,1%
Beto Rego (PSB)	44.856	10,6%
Maklandel Aquino (PSOL)	5.330	1,2%
Daniel Solon (PSTU)	5.103	1,2%
Vasconcelos Pinheiro (PCB)	3.117	0,7%

Fonte: TRE/PI

Vale ressaltar o fraco desempenho do ex-governador e então senador Wellington Dias (PT) que ficou em um distante terceiro lugar com apenas 14,1% dos votos.

Durante o segundo turno, os dois candidatos intensificaram os ataques e o tom das críticas. O eleitorado teresinenses elegeu para seu terceiro mandato à frente do executivo municipal, o peessedebista Firmino Filho com 51,5% dos votos contra 48,4% de Elmano – uma diferença de pouco mais de 12 mil votos – e mantendo assim o predomínio do PSDB perante aos demais partidos nas disputas pelo comando da prefeitura da capital piauiense.

Tabela 124 – Resultado eleitoral para Prefeito (2012) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Firmino Filho (PSDB)	212.741	51,5%
Elmano Férrer (PTB)	200.062	48,4%

Fonte: TRE/PI

Ao longo do período aqui estudado o PSDB saiu vitorioso em seis das oito eleições disputadas, comandando a capital piauiense por mais de duas décadas.

3.5.2. As eleições para o Executivo Estadual e para o Senado Federal no Piauí (1986 a 2010)

As primeiras eleições diretas para o governo do estado foram marcadas pelo racha das lideranças políticas do PDS: Hugo Napoleão (então governador) e Lucídio Portella, ainda em 1985, quando da eleição para Presidente da República. O racha foi ocasionado pela divergência entre as duas lideranças sobre quem o partido apoiaria na eleição presidencial: enquanto o governador Hugo Napoleão queria que o partido apoiasse a candidatura de Tancredo Neves, Lucídio Portella apoiava Paulo Maluf. Sem conseguir entrar em um acordo, Hugo Napoleão optou por sair do PDS, aliando-se à Aliança Democrática.

A disputa para o executivo estadual em 1986 foi então polarizada entre PFL e PMDB. Freitas Neto foi o candidato pefelista e contava com o apoio do governador Hugo Napoleão. Por sua vez, o PMDB lançou como candidato o ex-governador do período 1970-1974, Alberto Silva, que contou com o apoio do seu até então adversário político Lucídio Portella, que se candidatou como vice na chapa peemedebista.

Ao final do pleito, o peemedebista foi eleito com uma diferença mínima de 1,6% dos votos. Tal vitória consolidou, pelo menos temporariamente, a ruptura do grupo político criado e comandado por Petrônio Portella, e detentor do poder no estado desde 1966.

Tabela 125 – Resultado eleitoral para Governador (1986)

Candidatos	Votos	%
Alberto Silva (PMDB)	440.218	49,5%
Freitas Neto (PFL)	425.490	47,9%
Nazareno Fonteles (PT)	22.791	2,6%

Fonte: TRE/PI.

A disputa pelas duas vagas ao Senado Federal também foi polarizada pela briga PFL versus PMDB. Sendo que cada um dos lados elegeu um senador: o PFL elegeu o ex-governador Hugo Napoleão, e o PMDB elegeu o também ex-governador (1958), Chagas Rodrigues.

Tabela 126 – Resultado eleitoral para Senador (1986)

Candidatos	Votos	%
Hugo Napoleão (PFL)	430.300	25,4%
Chagas Rodrigues (PMDB)	417.330	24,7%
Helvídio Nunes (PDS)	394.629	23,3%
Ciro Nogueira (PFL)	390.057	23,2%
Manoel Meireles (PT)	28.021	1,6%
Josué Lustosa (PT)	24.813	1,4%

Fonte: TRE/PI.

Como veremos ao longo das eleições aqui analisadas, o pleito eleitoral de 1986 deu início a polarização PFL versus PMDB que perdurou por aproximadamente duas décadas na política piauiense.

Para o pleito de 1990, o grupo político formado pelas lideranças políticas das tradicionais famílias Portella Nunes e Almendra Freitas foi recomposto. Entretanto permaneceu a polarização entre PFL e PMDB na disputa pelo executivo estadual.

Com a recomposição da aliança entre Portella e Freitas, a chapa pefelista para a eleição de 1990 foi composta por Freitas Neto, candidato a governador e pelo genro de Lucídio Portella, Guilherme Melo (PDS), candidato a vice-governador. O PMDB por sua vez, aliou-se ao PSDB e apoiou a candidatura do peessedebista Wall Ferraz para o governo do estado. Diante do acirramento da disputa, a decisão de quem seria o novo governador piauiense foi levada para segundo turno.

Tabela 127 – Resultado eleitoral para Governador (1990) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Freitas Neto (PFL)	466.406	50,0%
Wall Ferraz (PMDB)	408.800	43,8%
Antônio Neto (PT)	53.477	5,7%
Francisco Macedo (PMN)	4.934	0,5%

Fonte: TRE/PI.

Durante o segundo turno, o candidato pefelista conseguiu ampliar a vantagem que tinha no primeiro turno e obteve a vitória no pleito com 54,8% dos votos contra 45,2% de Wall Ferraz. Reconduzindo assim seu grupo ao executivo estadual.

Tabela 128 – Resultado eleitoral para Governador (1990) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Freitas Neto (PFL)	571.652	54,8%
Wall Ferraz (PMDB)	470.660	45,2%

Fonte: TRE/PI.

Na disputa para o Senado Federal foi eleito Lucídio Portella, completando assim o sucesso eleitoral do PFL neste pleito e recolocando o grupo político iniciado por Petrônio Portella novamente à frente do poder político estadual.

Tabela 129 – Resultado eleitoral para Senador (1990)

Candidatos	Votos	%
Lucídio Portella (PDS)	373.913	49,1%
Paulo Freitas (PRN)	307.503	40,3%
Francisco Pedrosa (PDT)	72.010	9,4%
Anselmo Oliveira (PMN)	8.075	1,0%

Fonte: TRE/PI.

No início de 1994, o governador Freitas Neto (PFL) renuncia ao cargo para concorrer a uma vaga no Senado Federal, nas eleições de 1994, assumindo assim o seu vice, Guilherme Melo (PPR).

Mais uma vez a eleição para governador foi polarizada pela disputa entre PFL e PMDB. O candidato pefelista dessa vez foi o então deputado federal, Átila Lira, que tinha a seu favor o apoio do governador Guilherme Melo e dos senadores Lucídio Portella e Hugo Napoleão. Do lado peemedebista foi candidato o ex-prefeito de Parnaíba, Francisco de Assis Moraes Souza, o Mão Santa, que contou com o apoio do ex-governador Alberto Silva, do prefeito de Teresina Wall Ferraz (PSDB) e do senador Chagas Rodrigues (PSDB).

Novamente a eleição para o executivo estadual é disputada em dois turnos com o candidato pefelista obtendo 44,9% dos votos e Mão Santa 37,4%, no primeiro turno.

Tabela 130 – Resultado eleitoral para Governador (1994) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Átila Lira (PFL)	378.947	44,9%
Mão Santa (PMDB)	316.200	37,4%
Nazareno Fonteles (PT)	128.054	15,2%
Marciano Silveira (PRN)	21.590	2,6%

Fonte: TRE/PI.

Átila Lira não conseguiu ampliar ou mesmo manter a vantagem de votos conquistada no primeiro turno e acabou a eleição derrotado por Mão Santa, com uma diferença de 128 mil votos.

Tabela 131 – Resultado eleitoral para Governador (1994) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Mão Santa (PMDB)	615.945	55,8%
Átila Lira (PFL)	487.635	44,2%

Fonte: TRE/PI.

Apesar da derrota na disputa para o governo do estado, o grupo pefelista conquistou as duas vagas em disputa para o Senado Federal, elegendo assim os primos e ex-governadores do Piauí, Freitas Neto e Hugo Napoleão.

Tabela 132 – Resultado eleitoral para Senador (1994)

Candidatos	Votos	%
Hugo Napoleão (PFL)	500.336	31,0%
Freitas Neto (PFL)	435.655	27,0%
Chagas Rodrigues (PSDB)	277.870	17,2%
Celso Barros (PMDB)	203.132	12,6%
Antônio Pereira (PT)	96.390	5,9%
Gerardo Dantas (PT)	96.328	5,9%

Fonte: TRE/PI.

Na eleição de 1998, Mão Santa se candidata à reeleição ao governo do estado em mais uma disputa direta contra o PFL, que lançou o então senador Hugo Napoleão para concorrer ao executivo estadual. Vale ressaltar que dessa vez o PMDB

não contou com o apoio do PSDB na disputa, uma vez que o partido optou por lançar candidatura própria: o ex-prefeito de Teresina (1995-1996), Francisco Geraldo.

Além dos três candidatos acima citados, ainda concorreram a eleição para o governo estadual Francisco Macedo (PMN) e Geraldo Carvalho (PSTU). Apesar de ser a eleição que teve o maior número de candidatos ao cargo – cinco no total – desde a redemocratização, mais uma vez a disputa ficou entre pefelistas e peemedebistas e foi disputada em dois turnos.

O então senador pefelista Hugo Napoleão venceu o primeiro turno com 43,7% dos votos contra 40,6% do então governador Mão Santa. Tal resultado parecia apontar para mais uma alternância de poder a frente do governo piauiense entre PFL e PMDB.

Tabela 133 – Resultado eleitoral para Governador (1998) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Hugo Napoleão (PFL)	440.043	43,7%
Mão Santa (PMDB)	411.984	40,6%
Francisco Geraldo (PSDB)	131.821	13,0%
Francisco Macedo (PMN)	15.861	1,6%
Geraldo Carvalho (PSTU)	11.529	1,1%

Fonte: TRE/PI.

Tendo a seu favor o capital político conquistado durante sua gestão no governo estadual, Mão Santa, consegue reverter a derrota do primeiro turno e se reelege governador do estado com 51% dos votos contra 49% de Hugo Napoleão, no segundo turno mais acirrado desde a redemocratização.

Tabela 134 – Resultado eleitoral para Governador (1998) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Mão Santa (PMDB)	637.232	51,0%
Hugo Napoleão (PFL)	613.331	49,0%

Fonte: TRE/PI.

O grupo peemedebista conquistou também a vaga para o Senado, elegendo o ex-governador Alberto Silva.

Tabela 135 – Resultado eleitoral para Senador (1998)

Candidatos	Votos	%
Alberto Silva (PMDB)	311.217	33,2%
Júlio Cesar de Carvalho (PFL)	253.255	27,0%
Nazareno Fonteles (PT)	162.147	17,3%
José Arimatea (PPB)	132.513	14,1%
Acilino Ribeiro (PPS)	22.213	2,3%
Sirley Ferreira (PDT)	16.610	1,7%
João Rosa Paes (PSTU)	14.657	1,5%
Roseane de Castro (PTB)	14.426	1,5%
Irisvaldo de Carvalho (PMN)	8.717	0,9%

Fonte: TRE/PI.

Mão Santa, no entanto não concluiu seu segundo mandato à frente do executivo estadual piauiense, pois teve seu mandato cassado pelo TSE. A cassação de Mão Santa foi realizada com base em denúncia realizada por Hugo Napoleão que acusava o governador de abuso de poder econômico durante a campanha eleitoral de 1998, quando se reelegeu. O TSE julgou a denúncia procedente e em 19 de novembro de 2001 determinou que o segundo colocado do pleito, Hugo Napoleão assumisse o cargo de governador do estado.

Para Sandes Freitas (2010), “a cassação de Mão Santa gerou a formação de nova correlação de forças na disputa para o governo do estado” (p. 120). Assim, o cenário eleitoral para o pleito de 2002, tinha um PMDB desarticulado internamente, um PFL enfraquecido que buscava se aproveitar do momento ruim do PMDB e um PT que buscava se apresentar como terceira via junto ao eleitorado piauiense, pegando carona na campanha de Lula para a Presidência da República.

Oito foram os candidatos ao governo do estado neste pleito, sendo eles: Wellington Dias (PT); Hugo Napoleão (PFL); Jonathas Nunes (PMDB); Acilino Ribeiro (PPS); Joaquim Saraiva (PSB); Judson Barros (PV); José Avelar (PSL) e Geraldo Carvalho (PSTU). Mais uma vez, as pesquisas de intenção de voto apontavam que a disputa iria para o segundo, sendo protagonizada pelo pefelista Hugo Napoleão e pelo petista Wellington Dias.

Utilizando um discurso de mudança e fim a política oligárquica praticada pelas velhas elites políticas pefelistas, Wellington Dias contraria as pesquisas e se elege ainda em primeiro turno com 51,0% dos votos contra 44,1% de Hugo Napoleão.

Tabela 135 – Resultado eleitoral para Governador (2002)

Candidatos	Votos	%
Wellington Dias (PT)	688.278	51,0%
Hugo Napoleão (PFL)	595.200	44,1%
Jonathas Nunes (PMDB)	41.881	3,1%
Acilino Ribeiro (PPS)	11.900	0,9%
Joaquim Saraiva (PSB)	9.616	0,7%
Judson Barros (PV)	1.836	0,1%
José Avelar (PSL)	1.038	0,1%
Geraldo Carvalho (PSTU)	986	0,1%

Fonte: TRE/PI.

Apesar da imagem política abalada pela cassação, Mão Santa consegue se eleger senador no pleito de 2002. A outra vaga ficou com a também liderança histórica da política piauiense, o pefelista Heráclito Fortes.

Tabela 136 – Resultado eleitoral para Senador (2002)

Candidatos	Votos	%
Heráclito Fortes (PFL)	671.076	27,0%
Mão Santa (PMDB)	664.600	26,7%
Freitas Neto (PSDB)	559.786	22,5%
Roberto John (PT)	433.517	17,4%
Francisco Macedo (PMN)	44.887	1,8%
Pedro Laurentino (PDT)	44.463	1,7%
Carlos Alberto de Melo (PMDB)	42.792	1,7%
Robespierre Pereira (PV)	6.784	0,2%
Luiz Carlos de Oliveira (PSB)	6.465	0,2%
João Gervásio (PSTU)	4.488	0,1%
Jeferson Leite (PGT)	3.661	0,1%

Fonte: TRE/PI.

O pleito de 2006 apontava para a reeleição do governador Wellington Dias. Segundo Sandes Freitas (2010), são fatores que poderiam explicar o favoritismo do petista:

“(…) 1) a boa avaliação do Governo Federal e do Presidente Lula; 2) os benefícios de programas sociais, como o Bolsa Família, fortemente vinculados à administração federal petista; 3) o controle de recursos públicos por parte do governador, fundamentais na articulação de apoios junto às lideranças locais; e, por fim, 4) a fragmentação e desorganização da oposição, o que fortaleceu, conseqüentemente, a candidatura do governador.” (p. 125).

Além da candidatura à reeleição de Wellington Dias, a disputa para o governo estadual contou com duas candidaturas de oposição: PSDB e PFL que figuraram entre as principais. Ao todo, o pleito de 2006 contou com oito candidatos: Wellington Dias (PT); Mão Santa (PMDB); Firmino Filho (PSDB); Edna Nascimento (PSOL); José Avelar (PSL); Francisco Macedo (PMN); José Jonas (PSDC) e Maria de Lourdes (PCO).

O favoritismo apontado nas pesquisas se confirmou e Wellington Dias foi eleito com larga vantagem de votos ainda em primeiro turno, obtendo 61,7% dos votos. Mão Santa ficou em segundo com 25,3% e Firmino Filho em terceiro com 12,2%.

O governador se apresentou com um discurso de modernização política e administrativa que buscava romper com o fisiologismo das elites historicamente vinculadas ao poder estadual.

Tabela 137 – Resultado eleitoral para Governador (2006)

Candidatos	Votos	%
Wellington Dias (PT)	954.857	61,7%
Mão Santa (PMDB)	391.083	25,3%
Firmino Filho (PSDB)	189.029	12,2%
Edna Nascimento (PSOL)	6.920	0,4%
José Avelar (PSL)	2.792	0,2%
Francisco Macedo (PMN)	1.985	0,1%

José Jonas (PSDC)	740	0,05%
Maria de Lourdes (PCO)	715	0,05%

Fonte: TRE/PI.

Na disputa para o Senado Federal João Vicente Claudino foi eleito Senador com ampla vantagem de votos para o segundo colocado, o ex-governador Hugo Napoleão. O candidato do PTB obteve 65,4% dos votos contra 23,2% do ex-governador. Uma diferença de quase 600 mil votos. Vale ressaltar o baixo desempenho do ex-senador Freitas Neto (PFL) junto ao eleitorado neste pleito, conquistando apenas 4,4% dos votos.

Tabela 138 – Resultado eleitoral para Senador (2006)

Candidatos	Votos	%
João Vicente Claudino (PTB)	926.631	65,4%
Hugo Napoleão (PFL)	328.666	23,2%
José Arimatea (PMDB)	71.293	5,0%
Freitas Neto (PSDB)	62.623	4,4%
Antônio Almeida de Souza (PSL)	13.035	0,9%
Geraldo Carvalho (PSTU)	6.460	0,4%
Marcus Vinicius do Carmo (PMN)	3.499	0,2%
Zilton Vicente (PSOL)	2.465	0,1%

Fonte: TRE/PI.

Silva (2010), afirma que a reeleição de Wellington Dias para o governo do estado e a eleição de João Vicente para o Senado, levou os analistas políticos locais a “sustentar a hipótese de que o Piauí entrou num novo ciclo político-partidário” (p. 5). Entretanto, segundo o autor,

“A reeleição de Wellington Dias (PT) deu-se, principalmente, pela montagem de uma tabela atualizada de pagamento do funcionalismo público estadual. Isto é, uma plataforma administrativa essencialmente conservadora e típica da mentalidade política das elites dirigentes estaduais”. (SILVA, 2010, p.5)

Ou seja, mudavam os atores políticos no comando da política estadual, mas não mudava a forma de se fazer política.

Em 2010, o cenário político piauiense para a disputa ao executivo estadual apresentava-se com um PFL enfraquecido, um PSDB com pouquíssima força eleitoral e um PMDB heterogêneo e dividido internamente, onde grande parte do partido era governista.

O então governador Wellington Dias (PT) tinha dois caminhos a seguir: 1) terminar seu mandato e apoiar a candidatura do então senador e seu aliado, João Vicente (PTB) para o governo do estado; ou, 2) renunciar ao cargo para se candidatar ao Senado, possibilitando assim que seu vice Wilson Martins assumisse o governo e obtivesse recursos para se candidatar ao executivo estadual. Uma coisa era certa,

qualquer que fosse a decisão do governador, ocasionaria um racha em sua base aliada.

O governador decidiu por renunciar ao cargo e se candidatar ao Senado. Sua base aliada se dividiu então em dois grupos: de um lado, o grupo liderado por Wellington Dias e tendo Wilson Martins (PSB) como candidato a governador; e de outro lado, o grupo liderado por João Vicente Claudino e com ele próprio candidato ao executivo estadual.

Vendo o racha na base aliada do governo, PFL/DEM e PSDB uniram forças, acreditando que esse seria o momento ideal para uma vitória oposicionista. Lançaram então, a candidatura do peessedebista Sílvio Mendes, prefeito de Teresina que contava com uma boa avaliação junto ao eleitorado da capital.

Ao todo foram sete os candidatos ao executivo estadual – Wilson Martins (PSB), Sílvio Mendes (PSDB), João Vicente (PTB), Teresina Brito (PV), José Avelar (PSL), Geraldo Carvalho (PSTU) e Romualdo Brazil (PSOL) – mas a disputa ficou centrada em apenas três candidaturas principais: Wilson Martins, Sílvio Mendes e João Vicente.

Sílvio Mendes buscou se apresentar ao eleitorado piauiense com um discurso de oposição às administrações Wellington Dias e do governo federal, além da imagem de gestor bem sucedido na capital, mostrando as realizações de sua gestão enquanto prefeito de Teresina.

Por outro lado, Wilson Martins utilizou o discurso de continuidade dos projetos já desenvolvidos pelo governo e o fato de sua candidatura está vinculação a campanha de Dilma Rousseff à presidência e o apoio de Lula.

Por sua vez, João Vicente utilizou um discurso de promoção do desenvolvimento econômico do estado, mas não conseguiu deixar claro ao eleitor se sua candidatura era de oposição ao atual governo estadual ou governista. Fazendo parte da base aliada do governo federal, buscou utilizar a imagem de Lula e Dilma em sua campanha.

O embate entre as três candidaturas, levou a decisão de quem seria o próximo governador piauiense para o segundo turno. O primeiro turno terminou com o candidato governista em primeiro lugar com 46,3% dos votos, contra 30% do oposicionista Sílvio Mendes e 21,5% de João Vicente.

Tabela 139 – Resultado eleitoral para Governador (2010) – 1º turno

Candidatos	Votos	%
Wilson Martins (PSB)	725.563	46,3%
Sílvio Mendes (PSDB)	470.660	30,0%
João Vicente (PTB)	337.028	21,5%
Teresina Brito (PV)	24.820	1,5%
José Avelar (PSL)	3.106	0,2%
Geraldo Carvalho (PSTU)	2.037	0,1%
Romualdo Brazil (PSOL)	1.445	0,1%

Fonte: TRE/PI.

Durante o segundo turno, o candidato oposicionista intensificou o tom das críticas ao governo estadual buscando dessa forma ganhar o apoio do eleitorado piauiense. Por sua vez, Wilson Martins buscou mostrar ainda mais o apoio do governo federal a sua candidatura e as realizações de sua gestão enquanto governador do estado.

Ao final da disputa, Wilson Martins sai vitorioso com ampla vantagem de votos: 58,9% contra 41,0% de Sílvio Mendes, diferença de mais de 270 mil votos.

Tabela 140 – Resultado eleitoral para Governador (2010) – 2º turno

Candidatos	Votos	%
Wilson Martins (PSB)	921.313	58,9%
Sílvio Mendes (PSDB)	642.165	41,1%

Fonte: TRE/PI.

Para Sandes Freitas (2010),

“O resultado das eleições apresentou um novo quadro. Pela primeira vez no atual período democrático surgiu, no estado do Piauí, uma terceira força com reais chances de fazer frente à candidatura governista e oposicionista. A eleição, nesses caso, não foi polarizada, devido ao surgimento da candidatura de João Vicente Claudino.” (SANDES FREITAS, 2010, p. 9)

A disputa pelas duas vagas para o Senado Federal foi protagonizada por duas candidaturas oposicionistas e por duas candidaturas governistas. Do lado oposicionista, estavam os tradicionais políticos Heráclito Fortes (DEM) e Mão Santa (PSC), candidatos à reeleição. Já do lado governista estavam, o ex-governador Wellington Dias (PT) e o deputado Federal Ciro Nogueira (PP).

Os dois políticos tradicionais não conseguiram superar a força governista das candidaturas de Wellington Dias e Ciro Nogueira, ambos apoiados pelos governos estadual e federal que saíram vitoriosos da disputa.

Tabela 141 – Resultado eleitoral para Senador (2010)

Candidatos	Votos	%
Wellington Dias (PT)	997.513	32,5%
Ciro Nogueira (PP)	695.875	22,7%
Mão Santa (PSC)	433.690	14,1%
Heráclito Fortes (DEM)	424.350	13,8%
Antônio José Castelo Branco (PT)	412.185	13,4%
Eduardo Rodrigues da Silva (PP)	45.572	1,5%

Antônio Almeida de Souza (PSL)	30.752	1,0%
Antônio Florentino de Souza (PV)	18.188	0,6%
Moises Franco Pinto (PMN)	9.017	0,3%

Fonte: TRE/PI.

O resultado da disputa para o Senado Federal, em 2010 no Piauí, representou pela primeira vez, a saída, mesmo que temporária, de Mão Santa e Heráclito Fortes do cenário político piauiense e nacional.

Após analisar o contexto e resultado eleitoral das eleições para prefeito de Teresina, governador e senador do Piauí, é possível afirmar que assim como ocorre, em capitais como São Luís e Salvador, a capital piauiense apresenta um caráter oposicionista em relação ao executivo estadual. Desde o restabelecimento das eleições diretas para prefeito das capitais, em 1985, o governador do estado não conseguiu eleger um prefeito na capital, exceto em 1996, quando o então governador Mão Santa, apoiou a reeleição de Firmino Filho (PSDB).

Três partidos principais dominaram a política piauiense ao longo do período aqui analisado: o PSDB na capital – saindo vitorioso em seis das oito eleições disputadas; o PMDB – governando o estado por três mandatos e protagonizando a disputa eleitoral tanto a nível estadual – com o PFL – como a nível da capital com o PSDB; e o PFL, que governou o estado por um mandato apenas, mas sempre concorreu com PMDB e PFL nas disputas analisadas, com chances de vitória.

Capítulo 4 – Conclusões: Personalismo político, Padrões de Competição e Classificação dos Subsistemas Partidários Nordestinos

Após detalhar, no capítulo anterior, o cenário político e eleitoral dos cinco estados aqui estudados, retomaremos em nossa conclusão o índice do número efetivo de partidos encontrado no capítulo dois para classificar os subsistemas partidários estaduais e os padrões de competição neles encontrados para os cargos de Prefeito das capitais, governador e senador.

Nossa intenção é compreender em quais variáveis os subsistemas estaduais nordestinos se aproximam ou divergem. Retomamos também a nossa hipótese de que em tais estados a política ainda possui forte tradição familista, onde determinados grupos de famílias tradicionais comandam o cenário político desde a redemocratização, ditando quem pode concorrer ou não. Nesse sentido, há nesses estados pouca renovação dos atores políticos e a perpetuação de práticas oligárquicas. Em estados como Ceará, Bahia e Maranhão há um forte personalismo político, com a presença de lideranças políticas específicas no poder por ciclos políticos longevos, mesmo migrando de partido.

Quando falamos em política no nordeste, o personalismo se apresenta como uma característica muito forte. É comum desde a redemocratização nos anos 80, o surgimento de lideranças individuais que se apresentam como capazes de promover o desenvolvimento e a modernização econômica dos estados nordestinos, acabar com a pobreza, solucionar o problema da seca, melhorar índices sociais e por aí vai.

Olhando primeiramente para os resultados eleitorais do Ceará – e aqui incluímos os três cargos – bem como para o NEP apresentado anteriormente, temos que o subsistema partidário cearense pode ser classificado, ao nível das disputas municipais, como um subsistema partidário com alto número efetivo de partidos e baixo personalismo político, sem a hegemonia de um grupo político específico ou longos ciclos políticos. O maior ciclo político à frente do executivo municipal fortalezense foi o Juraciismo que comandou a capital por doze anos, mas sem deixar sucessor ou aliados. Posteriormente, a petista Luizianne Lins comandou a capital cearense por oito anos, também sem deixar sucessor.

Dado que Juracy Magalhães (PDMB) e Luizianne Lins (PT), sempre concorreram pelo mesmo partido³⁷, consideramos que a disputa para o executivo municipal de Fortaleza apresenta baixo personalismo político. Não é possível dizer que o eleitorado de tais lideranças migraria com eles caso houvesse troca de partido, o que acontece é que quando da impossibilidade de reeleição de ambos, seu eleitorado migra para os aliados, mas não de forma integral, ocasionando assim o acirramento da disputa e a incerteza de vitória de seu respectivo grupo político.

A capital cearense sempre se comportou como um reduto oposicionista em relação aos governadores do estado, desde a redemocratização, somente em 2012 a cidade elegeu um prefeito apoiado pelo governador do estado. Roberto Cláudio, o indicado dos irmãos Ferreira Gomes, parece ter posto fim, pelo menos temporariamente, a tradição oposicionista da capital alencarina. Antes de Roberto Cláudio, somente Ciro Gomes em 1988 tinha sido eleito com apoio de um governador.

As disputas pela prefeitura de Fortaleza são marcadas por um número elevado de candidaturas: sete em 1985 e em 1996; oito em 1988; nove em 2008 e 2012; 10 em 1996 e 11 em 2004, entretanto a média do número efetivo de candidaturas/partidos que concorrem a cargo não chega a quatro partidos (conforme dados da tabela 3 – capítulo 2).

Se olharmos para os partidos políticos que governaram a capital cearense ao longo desses 30 anos temos que PMDB (com quatro vitórias – Ciro Gomes em 1988; Antônio Cambraia em 1992; Juracy Magalhães em 1996 e 2000) e PT (com três vitórias – Maria Luiza em 1985/Luizianne Lins em 2004 e 2008) são os partidos que concentram a preferência no eleitorado fortalezense.

Dentre as principais lideranças políticas nos pleitos municipais podemos citar o já falecido Juracy Magalhães que comandou a capital por doze anos e que não conseguiu transferir seu capital político para nenhum de seus aliados e Luizianne Lins, a Lôra, como é chamada por seus eleitores e que governou a capital por oito anos. Polêmica, Luizianne também não conseguiu transferir votos aos seus aliados. A petista, ao final de dois mandatos perdeu o apoio do grupo político dos irmãos Ferreira Gomes e acabou tendo seu candidato derrotado pelo candidato dos irmãos.

³⁷ Os dados sobre a trajetória política de tais lideranças podem ser observados no anexo 1.

Apesar da derrota em 2012 e mesmo não conseguindo permanecer no poder por mais de oito anos, podemos afirmar que por sua trajetória política, Luizianne Lins é a principal liderança política na capital Fortaleza.

Assim como ocorre nas disputas municipais, o subsistema partidário cearense também apresenta alto número efetivo de partidos (média de 3 partidos concorrendo efetivamente), entretanto aqui podemos ver o predomínio de um grupo político – o liderado por Tasso Jereissati. O Tassismo saiu vencedor em todas as disputas para o Senado Federal até o pleito de 2006 quando foi derrotado por Inácio Arruda (PCdoB), com apoio do PT em mais uma demonstração da polarização nacional entre PT e PSDB.

Uma característica marcante nas disputas para o senado, é a tendência dos eleitores ao voto casado, ou seja, votam em candidatos ao senado da mesma coligação. Tal tendência fez com que em 2010, Tasso Jereissati amargasse a sua segunda derrota para o Senado – disputando a reeleição para senador, Tasso ficou em terceiro lugar, perdendo o cargo para os dois candidatos da coligação PMDB/PT, Eunício Oliveira e José Pimentel.

Já para as disputas envolvendo o executivo estadual, o subsistema partidário cearense se apresenta com polarizado, de baixa fragmentação eleitoral e com alto personalismo político, com o Tassismo permanecendo no poder por 20 anos. O próprio Tasso Jereissati governou o estado por doze anos, em três mandatos (86, 94 e 98). Seu grupo político deixa o executivo estadual em 2006 quando da eleição de Cid Ferreira Gomes. Vale ressaltar que Cid contou com o apoio informal de Tasso, devido a um racha político entre este e Lúcio Alcântara.

Apesar de Tasso Jereissati ter migrado de partido apenas uma vez – foi eleito 1986 governador do estado pelo PMDB e posteriormente migrou para o PSDB, partido no qual permanecesse até hoje (a trajetória política de Tasso e de outras lideranças políticas cearenses, pode ser melhor observada no anexo 1) – podemos considerar que nas disputas para o Senado e o Governo Estadual há um forte personalismo, uma vez que, quando da impossibilidade de Tasso se candidatar a um dos cargos, seu eleitorado migrou para o candidato indicado pelo mesmo, independentemente de partido político.

Nesse sentido, podemos afirmar que mesmo comandando o cenário político cearense desde 2006, os irmãos Ciro e Cid Gomes – ambos entraram na

política pelas mãos de Tasso - não representam o surgimento de novas lideranças políticas, mas sim o rearranjo de velhas lideranças políticas que em outrora eram aliados políticos e em determinado momento, devido as circunstâncias eleitorais acabam por romper.

Em Alagoas, os grandes usineiros do estado tem participação direta nos rumos políticos do estado, seja apoiando determinados candidatos, seja eles mesmo se candidatando ao executivo municipal ou estadual. Diante desse cenário, a política alagoana é marcada por crimes (assassinatos), compra de votos, abuso de poder público e desvio de verbas.

No campo das disputas municipais e senatorial, o subsistema partidário alagoano se apresenta com alto número de partidos efetivos e alto personalismo político. Já nas disputas para o executivo estadual, o subsistema partidário alagoano sem apresenta polarizado e um personalismo dividido entre os usineiros e seus aliados versus a oposição. Assim como acontece no subsistema partidário cearense, no alagoano não há o surgimento de novas lideranças políticas para nenhum dos três cargos analisados, mas sim o rearranjo de velhas lideranças políticas que em outrora eram aliados políticos e em determinado momento, devido as circunstâncias eleitorais acabam por romper. Lideranças políticas como Renan Calheiros, Ronaldo Lessa e Fernando Collor³⁸ transitam pelos três cargos analisados buscando permanecer sempre no poder, seja diretamente ou na figura de apadrinhados políticos. Além disso, o eleitorado de tais lideranças migra junto com elas a medida que mudam de partido político, conforme dados do anexo 2 que apresenta a trajetória política das principais lideranças alagoanas.

Outro dado relevante sobre o subsistema partidário alagoano é que não há um projeto unificado por parte dos partidos de esquerda, mas sim um jogo de interesses pessoais onde as principais lideranças estaduais almejam o cenário político nacional.

As disputas municipais em Salvador são mais um caso nordestino de oposição ao governo estadual. Diferentemente do que ocorria para o governo e o senado, o grupo carlista enfrentou dificuldades para conquistar o eleitorado da capital e somente ocupou o executivo municipal em três ocasiões durante todo o período aqui

³⁸ A exemplo do que ocorre para o Ceará, apresentamos no anexo 2 a trajetória política das principais lideranças políticas alagoanas.

analisado (1996, 2000 e 2012). Para as eleições municipais, o subsistema partidário baiano apresenta alto número efetivo de partidos (em média 2,8 partidos concorrendo), baixa fragmentação eleitoral e um forte personalismo político atrelado a dois grupos: os carlistas (grupo liderado por ACM e posteriormente por Paulo Souto e ACM Neto) e os anticarlistas (sem lideranças específicas até meados dos anos 2000, quando o PT, na figura de Jaques Wagner, passa a fazer uma oposição mais organizada e consistente). Diferentemente do que ocorre no plano estadual e senatorial, no nível municipal o carlismo é oposição durante quase todo o período analisado.

O carlismo dominou o governo estadual e a disputa para o senado por quase duas décadas, acompanhando o período em que o governo federal foi comandado por partidos de centro direita (PMDB e PSDB). A partir de 2002 com a eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente, o DEM/PFL deixa de ocupar cargo no governo federal pela primeira vez após a redemocratização e assim diminui seu poder de angariar recursos para o estado baiano, fato que refletiu em votos e na eleição de Jaques Wagner para o executivo estadual. Enquanto que para as disputas ao executivo estadual, o subsistema partidário baiano se apresenta polarizado – candidato carlista e candidato de oposição – de baixa fragmentação eleitoral e forte personalismo; nas disputas para o Senado Federal apresenta um alto número efetivo de partidos (em média 2,7 partidos concorrendo), baixa fragmentação e um personalismo médio, possibilitando a entrada de alguns atores políticos na disputa.

O subsistema partidário maranhense é o que apresenta um personalismo político e de tradição familista mais fortes dentre os estados aqui analisados. As eleições para os executivos municipal e estadual maranhenses e para o senado, nos mostram que a política no estado segue duas tendências: o predomínio da oligarquia Sarney a nível das disputas para o governo do estado e o senado – o grupo não venceu a eleição para o executivo estadual e senado somente em 2006, quando da eleição de Jackson Lago; e, o caráter oposicionista da capital maranhense que de 1985 a 2012 jamais elegeu um candidato apoiado pelo sarneysmo como prefeito da capital.

Outro fato que deve ser ressaltado quanto a política maranhense é que apesar de na maioria das vezes, as disputas terem um caráter plebiscitário entre o

grupo Sarney e os oposicionistas, ambos os grupos não conseguiram ao longo do período analisado obter uma homogeneidade em sua composição. Figuras como José Reinaldo e Eptácio Cafeteira, para citar apenas dois exemplos, ora se comportava como opositores, ora como aliados do grupo Sarney.

Dessa forma, o subsistema partidário maranhense se apresenta polarizado, com baixa fragmentação eleitoral e alto personalismo nas disputas para o executivo estadual e o Senado Federal. A polarização ocorre em torno do grupo Sarney – composto pela filha de José Sarney, Roseana Sarney e seus aliados peemedebistas como Edison Lobão e Edison Lobão Filho – e oposicionistas sem um grupo definido de forma consistente.

Já o subsistema partidário para as eleições municipais da capital maranhense, por seu caráter oposicionista e justamente pelo fato dessa oposição não ter limite e organização consistentes, se apresenta como porta de entrada para novos atores político, com um alto número efetivo de partidos concorrendo ao pleito municipal e baixa fragmentação eleitoral.

A exemplo do que ocorre nas demais capitais nordestinas aqui analisadas, a capital piauiense apresenta um caráter oposicionista em relação ao executivo estadual. Desde o restabelecimento das eleições diretas para prefeito das capitais, em 1985, o governador do estado não conseguiu eleger um prefeito na capital, exceto em 1996, quando o então governador Mão Santa, apoiou a reeleição de Firmino Filho (PSDB). Somente Maceió, a capital alagoana, não apresentou um caráter oposicionista em relação ao executivo estadual.

Três partidos principais dominaram a política piauiense ao longo do período aqui analisado: o PSDB na capital – saindo vitorioso em seis das oito eleições disputadas; o PMDB – governando o estado por três mandatos e protagonizando a disputa eleitoral tanto a nível estadual – com o PFL – como a nível da capital com o PSDB; e o PFL, que governou o estado por um mandato apenas, mas sempre concorreu com PMDB e PFL nas disputas analisadas, com chances de vitória.

Dessa forma, para os pleitos municipais da capital e para a disputa pelo Senado Federal, o subsistema piauiense apresenta alto número efetivos de partidos concorrendo – em média 2,6 partidos para o executivo municipal e 3 para o Senado. Já para o executivo estadual, o subsistema piauiense se apresenta polarizado entre

PMDB e algum outro partido – sendo mais frequente as disputas envolvendo ora PMDB E PSDB, ora PMDB e PFL/DEM.

O subsistema piauiense se aproxima dos subsistemas baiano e maranhense no sentido de ter um personalismo de tradição familista, onde o grupo político dominante se reveza no poder através de um rodizio de parentes nos cargos públicos. Entretanto ao passo que o carlismo, na Bahia e o sarneysmo, no Maranhão sempre mantiveram suas principais lideranças unidas em um mesmo grupo político - pelo menos as que possuem laços parentais – no subsistema piauiense as famílias políticas ora se apresentam unidas, ora separadas em grupos rivais.

Nossa hipótese de que a política nordestina é dominada pelas mesmas lideranças por longos ciclos políticos, causando assim uma baixa renovação dos atores políticos, se confirma para o caso das disputas pelos executivos estaduais e para o Senado Federal. Aqui encontramos o Tassismo, os irmãos Ferreira Gomes, o carlismo, o sarneysmo, para citar apenas alguns exemplos de ciclos políticos que se mantiveram no poder a partir de figuras individuais de políticos. O mesmo não acontece nas disputas para o executivo municipal, onde parece haver uma maior facilidade para novos atores se lançarem no cenário eleitoral.

Outra característica da política nordestina é a baixa migração partidária das lideranças políticas para os três cargos analisados. Conforme é possível observar nas tabelas dos anexos 1, 2, 3, 4 e 5, os atores políticos que permanecem no poder por longos ciclos políticos, ao longo do período analisado, passaram no máximo por dois partidos em sua maioria.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 31, no 1, pp. 3-55, 1988.

_____. ABRANCHES, Sérgio H. H de. **Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro**. In: TAVARES, José Antônio G. **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

_____. **Presidencialismo de Coalizão e Crise de Governança**. In: TAVARES, José Antônio G. **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

ABU-EL-HAJ, J. Agonia e morte da política de clientela: a reforma política e as novas elites do poder no Brasil. In: Klaus Hermanns; Filomeno Moraes. (Org.). **Reforma política do Brasil - Realizações e perspectivas**. Fortaleza: Konhard Adenauer, 2003, p. 53-87.

ALMEIDA, Jorge. 2001. **Bahia - PT é alternativa real**. *Teoria e Debate*, v. 46: 10-11. 2001.

ALMEIDA, M. Hermínia e CANEIRO, L. Piquet. **Liderança Local, Democracia e Políticas Públicas no Brasil**. Opinião Pública. Campinas. Vol. IX. Nº1, pp. 124-147.2003.

ALVES, José Eustáquio Diniz. 2007. **As Eleições municipais de 2004 e o bipartidarismo de coalizão**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 58p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093; n. 23).

AMORIM NETO, O. **Cabinet Formation and Party Politics In Brazil**. In: Latin American Studies Association XIX International Congress, 1995, Washington, 1995.

_____. **O Presidencialismo de Coalizão Revisitado: Novos Dilemas, Velhos Problemas**. In: José Antônio Giusti Tavares. (Org.). **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia**. Brasília: Editora Teotônio Vilela, 2003, p. 83-98.

ARAÚJO, Clara. **“Quotas for women in the Brazilian Legislative System”**. *International IDEA WORKSHOP*, Lima, Peru, fev. Disponível em: <http://www.idea.int/americas/index.cfm>. 2003.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1995**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

BARREIRA, César. **Os pactos na cena política cearense: passado e presente.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, SÃO PAULO, v. 40, p. 31-50, 1996.

BARREIRA, Irllys. A. F.. Campanha em família: as veias abertas das disputas eleitorais. In: Césare Barreira; Moacir Gracindo Soaes Palmeira. (Org.). **Política no Brasil: visões de antropólogos.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004

_____. **Imagens Ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais.** Campinas/SP, Ed Pontes, 2008.

_____. “Entre mulheres – Jogo de identificações e diferenças em campanhas eleitorais.” In: Barreira, Irllys e Palmeira, Moacir (Org.). *Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil.* 2 ed. São Paulo: Annablume, 2009.

BLAY, E. “A Participação das Mulheres na Redemocratização”. In: Fleischer, David (org.) **Da Distensão a Abertura as Eleições de 1982.** Brasília, Ed. UnB. 1988.

BONFIM, Washington Luís de Sousa; SILVA, Irismar Nascimento da. **Instituições Políticas, Cidadania e Participação: a mudança social ainda é possível?** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 21, p. 109-123, nov. 2003.

BOLOGNESI, Bruno e TRIBESS, Camila. **Uma guinada à esquerda? Um estudo da elite política federal paranaense nos governos FHC/LERNER (1999/2003) E LULA/REQUIÃO (2003/2006).** 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 2010.

BORGES, A. S. Eleições 2006 e Mudança política no Maranhão: alternância de governo e cenários para a alternância de políticas. In: Hugo Cortez. (Org.). **Nordeste 2006: os Sentidos do Voto I.** Editora da Fundação Joaquim Nabuco e Editora da UFRN, 2008.

_____. Eleições 2010 no Maranhão: Incertezas Eleitorais e Insegurança Jurídica. In: Hugo Cortez. (Org.). **Nordeste 2010: os Sentidos do Voto II.** Recife - PE: FUNDAJ, 2011.

BOURDOUKAN, Adla. **Ambição e carreiras políticas no Brasil.** São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo. 2005.

_____. **Trajetórias de Carreiras e Arenas Políticas.** 5º ENCONTRO DA ABCP - Belo Horizonte, MG. 2006.

BRAGA, M. S. S.; KINZO, Maria D’alva Gil (Org.). **Eleitores e Representação Partidária no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2007. v. 500. 284p.

BRAGA, M. Socorro Sousa e SPECK, Bruno Wilhelm. **Organização Partidária e Carreiras Políticas no nível local**. Paper para o XII Brazilian Studies Association (BRASA). Londres. 2014.

BRAGA, M. S. S. **As eleições de 2008: o impacto no quadro político-partidário**. In: H. Cortez e J. A. Spinelli (org.), *Nordeste 2008: o voto das capitais II: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas*. Natal: EDUFRN. 2010.

_____. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política (1982-2002)**. 1. ed. São Paulo: Humanitas / Fapesp, 2006. v. 500. 306p.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Identificação ideológica e voto para presidente**. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), Campinas / SP, v. 8, n.1, p. 54-79, 2002.

CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo, Difel, 1970.

CARVALHO, J. M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. DADOS, RIO DE JANEIRO, v. 40, n.2, p. 229-250, 1997.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de; Aquino, Jakson Alves de. **A derrota de Tasso Jereissati na disputa para o Senado em 2010: Como entender a dissolução de suas bases eleitorais?** *Revista Debates (UFRGS)* Vol. 5(2): 145-180. 2011.

CARVALHO, R. M. V. A. **Ciclos Políticos: reflexões teóricas e apontamentos empíricos sobre condições de longevidade políticas em esferas públicas midiáticas**. In: 32 Encontro anual da ANPOCS, 2008, Caxambu - MG. 32 Encontro Anual da ANPOCS, 2008.

_____. Política de imagem e competitividade eleitoral: a disputa pela prefeitura de Fortaleza em 2000. In: R. M. V. A. Carvalho. (Org.), **A produção da política em campanhas eleitorais - eleições municipais 2000**. Campinas SP: Pontes, p. 91-125. 2003.

_____. (Org.); Lemenhe, M. A. (orgs.). **Política, Cultura e Processos Eleitorais**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer. 2006.

_____. Campanha política e representações morais: o embate Luizianne - Moroni na campanha para a prefeitura de Fortaleza em 2004. In: R. M. V. A. Carvalho; M. A. Lemenhe. (Orgs.), **Política, Cultura e Processos Eleitorais**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 117-148. 2006.

_____. Fortaleza: eleição e reeleição de Luizianne. Um novo ciclo político na capital? In: H. Cortez e J. A. Spinelli. (Orgs.). **Nordeste 2008: o voto das capitais II**. Natal: EDUFRN, p. 97-116. 2010.

_____. **Da produção à recepção de discursos políticos em campanhas**. *Em Debate*, 2(9): 34-43. 2010.

_____. 2010. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. In: H. Cortez e J. A. Spinelli. (Orgs.). **Nordeste 2006: os sentidos do voto. Análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do nordeste**. Natal: EDUFRN, p. 69-108.

_____. **Imagem Marca e Continuismo Político: A Era Tasso no Ceará. Olhares Contemporâneos**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

CORTEZ, Hugo; Spinelli, José Antônio (Orgs.). 2005. **Nordeste 2004 - o voto das capitais: análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

_____. **Nordeste 2008: o voto das capitais II: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas**. Natal: EDUFRN, 2010.

Cortez, Rafael de Paula Santos. 2009. **Eleições Majoritárias e Entrada Estratégica no Sistema Partidário-Eleitoral Brasileiro (1989-2006)**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão**. São Luís: UFMA. 1997.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Salvador: metrópole aquém de uma cidade politicamente autônoma**. VeraCidade (Salvador. Impresso), v. 1, p. 81-95, 2012.

_____. **Competição política na Bahia após as eleições de 2010**. In: II Encontro de São Lázaro, 2011, Salvador. II Encontro de São Lázaro, 2011.

_____. Mudança política na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites? In: H. Cortez; J.A. Spinelli. (Org.). **Nordeste, 2006: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do nordeste**. 03 ed. Natal: EDUFRN, 2010, v. I, p. 249-281.

_____. Elites, instituições políticas e competição eleitoral na Bahia após as eleições municipais de 2008. In: H. Cortez; J.A. Spinelli. (Org.). **Nordeste 2008: o voto nas capitais II: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas**. Natal: EDUFRN, 2010, v. I, p. 201-244.

_____. O carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual. In: Celina Souza; Paulo Fábio Dantas Neto. (Org.). **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. 1ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, v. 1, p. 247-286.

_____. Fogo e fumaça: a fabricação de um plebiscito nas eleições municipais de 2004 em Salvador e sua duvidosa consumação. In: Hugo Cortez; Klaus Hermanns. (Org.). **Nordeste 2004: o voto nas capitais: análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste**. 1ed. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005, p. 24-41

_____. **Surf nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista**. Cadernos do CRH (UFBA), Salvador, v. 39, p. 213-255, 2003.

_____. **Carlismo e Oposição na Bahia Pós-carlista**. (<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed003j.pdf>). 2003.

_____. **O local é capital: mistérios e revelações da política em Salvador**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 3, n.1, p. 118-126, 1993.

DESPOSATO, Scott. **Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party-Switching in Brazil's Chamber of Deputies**. American Journal of Political Science. 50 (1). 2006.

DE DEUS, Cleber. **O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000, 2004**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

DINIZ, Simone. **Migrações Partidárias e o Calendário Eleitoral**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 15. pp. 31-48. 2000.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre, Globo/São Paulo, Edusp, 1975.

FERREIRA, D. P. **Oposição e Transição Democrática: a estratégia peemedebista**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 1991.

_____, BATISTA, C. M., STABILE, M. **A Evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006)**. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p. 432-453.

KINZO, M. D'Alva. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer. 1993.

_____. O Quadro Partidário e a Constituinte. In: Bolivar Lamounier. (Org.). **De Geisel a Collor: O Balanço da Transição**. São Paulo: Sumaré, 1990, p. 105-134.

_____. **A Democratização Brasileira: Um Balanço do Processo Político desde a Transição**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n.4, p. 3-12, 2001.

LAAKSO, M. e TAAGEPERA, R. “**Effective Number of Parties: a measure with application to Western Europe**”. Comparative Political Studies, vol.12, nº1, 1979.

LAMOUNIER, B. **Partidos e utopias: o Brasil no liminar dos anos 90**. São Paulo: Loyola, 1989.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro. Forense. 1948.

LEMENHE, Maria Auxiliadora de A. L. **O (caso) dos coronéis: tradição e modernidade na política cearense**. Brasília, 1994 – Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.

LIMA, Jr. **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola. 1993.

_____. (Org.). **O sistema Partidário Brasileiro: diversidade e tendências**. Rio de Janeiro: FGV. 1997.

LIMONGI, F., FIGUEIREDO, A.C. **Partidos políticos na Câmara dos Deputados**. Novos Estudos CEBRAP, v. 45, p. 497-525, 1995.

_____. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **Processo orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, apoio ao Executivo e Programas de Governo**. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 48, p. 737-776, 2005.

LIMONGI, F. Presidencialismo e Governo de Coalizão. In: Leonardo Avritzer; Fátima Anastasia. (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 1, p. 237-257.

LOPES, Valmir. 2003. Poder local e representação política: estudo sobre os vereadores comunitários e institucionais em Fortaleza. In: R. M. V. A. Carvalho (org.). **A produção da política em campanhas eleitorais - eleições municipais de 2000**. Campinas/SP: Pontes, 2003, pp. 291-318.

MAGALHÃES, L. S. e LEAL, C. **Política cultural de Salvador na gestão de Fernando José.** (Texto apresentado no I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado em Salvador, Bahia, em 14 e 15 de abril de 2005).

MAINWARING, S. P. **Políticos, Partidos e sistemas eleitorais.** Novos Estudos, CEBRAP, 1991.

_____, e LIÑAN, Anibal Pérez. **Disciplina partidária: o caso da Constituinte.** Lua Nova, 44, São Paulo. Cedec. 1998.

_____, e Torcal, Mariano. **Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização.** Opin. Publica, Out 2005, vol.11, no. 2, p.249-286. ISSN 0104-6276

_____. **Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil.** Porto Alegre, Mercado Aberto; Rio de Janeiro, FGV. 2001.

_____, e Scully, Timothy R. (eds). **Building Democratic Institutions: Party systems in Latin América.** Stanford, Stanford University Press. 1995

MARENCO DOS SANTOS, André. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998].** (Tese de Doutorado – UFRGS). 2000.

_____. **Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 45. São Paulo. 2001.

_____. Migração Partidária. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. (Org.). **Reforma Política no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG/PNUD, 2006.

MELO, Carlos. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados, 1985-2002.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2004.

_____. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: **Reforma Política: lições da história recente.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo, 1985-1997.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____, e LAMOUNIER, B. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1986. 85p.

MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro.** Revista Sociologia e Política. Curitiba (20). 2003.

MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia. **Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas.** Estudos Feministas. Florianópolis. pp. 653-679. 2010.

MIGUEL, Luís Felipe; QUEIROZ C. M. “**Diferenças Regionais e o Êxito Relativo de Mulheres em Eleições Municipais no Brasil**”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 02. Pp.363-385, 2006.

MORAES FILHO, José Filomeno de. **Os resultados eleitorais no Ceará: competitividade, continuidade e mudança**. Observa Nordeste Análises de Conjuntura, Recife-PE, v. 3a ed., 2003.

_____. Fortaleza: a eleição para prefeito no contexto do processo eleitoral a partir da redemocratização. In: CORTEZ, Hugo; SPINELLI, José Antônio. (Org.). **Nordeste 2008: o voto das capitais: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas**. Natal - RN: Edufrn, 2010, p. 79-95.

NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV. 1996a.

_____. **A migração Partidária na Câmara dos Deputados (1991-96)**. Monitor Público, vol.3. pp. 41-45. 1996b.

OLIVEIRA, Francisco de. **O PT dos empresários: anacronismo ou modernidade do Grupo Jereissati**, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, L.P. Cloves, Francisco, Dalmir e Storni, Tiago Prata L. **Quanto vale um mandatário: Análise das estratégias discursivas dos candidatos à prefeitura de Salvador em 2008**. Paper apresentado no X Congresso Internacional da BRASA, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, L.P. Cloves, Francisco, Dalmir e Storni, Tiago Prata L. Quanto vale um mandatário? Estratégias de campanha e voto em Salvador. In Lavareda, Antonio e Telles, Helcimara (orgs) **Como o eleitor escolhe seu prefeito: Campanha e voto nas eleições municipais**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011, p. 121-154.

PARENTE, Josênio. **A fé e a razão na política: Conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. 1. ed. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2000. v. 1. 250p.

_____. O Ceará do Coronéis: 1945 a 1986. In: Simone de Souza. (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. 8ed.Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000, v. 1, p. 381-408.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil - uma história de poder**. São Paulo: A Girafa, 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados**. São Paulo, Edusp, 2002.

Sandes-Freitas, Vítor Eduardo Veras. 2010. **A lógica de formação de governos no estado do Piauí de 1987 a 2007**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí (UFPI).

RUBIM, Antônio A. **ACM: poder, mídia e política**. Comunicação & política , n.s., v.VIII, n.2, p.107-149. 2001.

_____. Salvador: permanência da hegemonia Carlista. In SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 17-48.

SALDANHA, ALBERTO. Alagoas: a "Açucarada sucessão e a volta "Dele". In: Hugo Cortez; José Antônio Spinelli. (Org.). **Nordeste 2006: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do nordeste**. Natal - RN: EDUFRN, 2010, v. 1, p. 203-219.

_____. O Prefeito, a Senadora, Deus e o Povo. In: Cortez, Hugo; Spinelli, José Antonio. (Org.). **Nordeste 2008: o voto das capitais II: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas**. 1ed.Natal - RN: EDUFRN, 2010, v. 1, p. 157-170.

_____. O Caso Maceió: Democracia e Dinheiro. In: Fundação Konrad Adenauer; Fundação Joaquim Nabuco. (Org.). **Nordeste 2004: o voto das capitais**. 1ªed.Fortaleza/CE: Fundação Konrad Adenauer, 2005, p. 60-68.

SAMUELS, David. **Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato**: evidências sobre o Brasil. Dados, vol. 40, nº 3, 1997.

_____. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, Luciana. **Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras**: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Teoria & Sociedade. nº 16. Julho-Dezembro de 2008.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte -Rio de Janeiro: Editora UFMG - IUPERJ, 2003. v. 01. 251p.

_____. Deputados Federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: BOSCHI, Renato, DINIZ, Eli e SANTOS, Fabiano. **Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo: A desconstrução da ordem corporativa e o papel Legislativo no cenário pós-reformas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

_____. (Org.). **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergências**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SCHLESINGER, J. **Ambition and Politics**. Chicago: Rand McNally & Company, 1966.

_____. **Ambition and Politics: Political career in the United States**. Chicago. R. MC. Nally. 1996.

SCHMITT, Rogério / KRAUSE, Silvana (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro / São Paulo: Fundação Konrad Adenauer / Unesp, 2005.

SILVA, R. J. G. da. **Metamorfose das oligarquias: o caso do Piauí**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOARES, Gláucio e RENNÓ, Lucio (Org.). **Reforma Política. Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Outras fontes

www.tse.jus.br

www.tre-al.jus.br

www.tre-ba.jus.br

www.tre-ce.jus.br

www.tre-ma.jus.br

www.tre-pb.jus.br

www.tre-pe.jus.br

www.tre-pi.jus.br

www.tre-rn.jus.br

www.tre-se.jus.br

www.assembleia.al.gov.br

www.al.ba.gov.br

www.al.ce.gov.br

www.al.ma.leg.br

www.al.pb.gov.br

www.alepe.pe.gov.br

www.alepi.pi.gov.br

www.al.rn.gov.br

www.al.se.gov.br

www.ibge.gov.br

www.senado.gov.br

www2.camara.leg.br

Jornais:

Diário do Nordeste

O Povo

Tribuna do Ceará

Gazeta de Alagoas

Jornal de Hoje

Tribuna da Bahia

A Tarde

Correio da Bahia

Tribuna do Maranhão

O Imparcial

O Estado do Maranhão

Meio Norte

O Dia

Tribuna do Piauí

Anexos 01 - Trajetória política das principais lideranças cearenses – candidatos/eleitos - (1985-2012)

Tasso Jereissati	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO							GOVE		GOVE		SENA				SENA	
PARTIDO							PSDB		PSDB		PSDB				PSDB	
VOTO (%)							0,55		0,63		0,32				0,24	
POSIÇÃO							1		1		1				3	
RESULTADO							Eleito		Eleito		Eleito				Cand.	

Juraci Magalhaes	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO							GOVE	PREF		PREF						
PARTIDO							PMDB	PMDB		PMDB						
VOTO (%)							0,38	63,25		0,54						
POSIÇÃO							2	1		1						
RESULTADO							Cand.	Eleito		Eleito						

Lucio Alcântara	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO											GOVE		GOVE		GOVE	
PARTIDO											PSDB		PSDB		PR	
VOTO (%)											0,50		0,34		0,16	
POSIÇÃO											1		2		3	
RESULTADO											Eleito		Cand.		Cand.	

Luizianne Lins	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO								VERE		VERE	DEST	PREF		PREF		
PARTIDO								PT		PT	PT	PT		PT		
VOTO (%)								0,01		0,01	0,02	0,56		0,50		
POSIÇÃO								25		13	4	1		1		

RESULTADO								Eleito		Eleito	Eleito	Eleito		Eleito		
-----------	--	--	--	--	--	--	--	--------	--	--------	--------	--------	--	--------	--	--

Cid Ferreira Gomes	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO							DEST						GOVE		GOVE	
PARTIDO							PSDB						PSB		PSB	
VOTO (%)							0,02						0,62		0,61	
POSIÇÃO							3						1		1	
RESULTADO							Eleito						Eleito		Eleito	

Eunício Oliveira	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO									DFED		DFED		DFED		SENA	
PARTIDO									PMDB		PMDB		PMDB		PMDB	
VOTO									0,04		0,05		0,06		0,36	
POSIÇÃO									3		3		2		1	
RESULTADO									Eleito		Eleito		Eleito		Eleito	

Anexos 02 - Trajetória política das principais lideranças alagoanas – candidatos/eleitos - (1985-2012)

Renan Calheiros	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO	DFED				GOVE		SENA				SENA				SENA	
PARTIDO	PMDB				PL		PMDB				PMDB				PMDB	
VOTO (%)	0,11				0,23		0,24				0,42				0,33	
POSIÇÃO	2				3		2				1				2	
RESULTADO	Eleito				2º Turno		Eleito				Eleito				Eleito	

Katia Born Ribeiro	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO								PREF		PREF			DFED		DEST	
PARTIDO								PSB		PSB			PSB		PSB	
VOTO (%)								50,99		0,61			0,04		0,01	
POSIÇÃO								1		1			11		47	
RESULTADO								Eleito		Eleito			Suplente		Suplente	

Heloisa Helena	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO							DEST	PREF	SENA				PRES	VERE	SENA	
PARTIDO							PT	PT	PT				PSOL	PSOL	PSOL	
VOTO (%)							0,02	49,01	0,23				0,06	0,07	0,17	
POSIÇÃO							9	2	1					1	3	
RESULTADO							Eleito	Cand	Eleito				Cand	Eleito	Cand	

Fernando Collor	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO	DFED			PRES							GOVE		SENA		GOVE	
PARTIDO	PDS			PRN							PRTB		PRTB		PTB	
VOTO (%)	0,12			0,53							0,40		0,44		0,29	
POSIÇÃO	1			1							2		1		3	

RESULTADO	Eleito			Eleito							Cand		Eleito		Cand	
-----------	--------	--	--	--------	--	--	--	--	--	--	------	--	--------	--	------	--

Teotônio Vilela Filho	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO							SENA				SENA		GOVE		GOVE	
PARTIDO							PSDB				PSDB		PSDB		PSDB	
VOTO (%)							0,34				0,40		0,56		0,53	
POSIÇÃO							1				2		1		1	
RESULTADO							Eleito				Eleito		Eleito		Eleito	

Anexos 03 - Trajetória política das principais lideranças baianas – candidatos/eleitos - (1985-2012)

Antônio Imbassahy	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO					DEST			PREF		PREF			SENA	PREF	DFED	
PARTIDO					PFL			PFL		PFL			PSDB	PSDB	PSDB	
VOTO (%)					0,01			51,65		0,54			0,18	0,08	0,02	
POSIÇÃO					3			1		1			3	4	12	
RESULTADO					Eleito			Eleito		Eleito			Cand	Cand	Eleito	

Nelson Pellegrino	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO					DEST		DEST		DFED	PREF	DFED	PREF	DFED		DFED	PREF
PARTIDO					PT		PT		PT	PT	PT	PT	PT		PT	PT
VOTO (%)					0,00		0,01		0,03	0,35	0,04	0,22	0,03		0,03	0,46
POSIÇÃO					109		25		7	2	2	3	6		5	2
RESULTADO					Eleito		Eleito		Eleito	Cand	Eleito	Cand	Eleito		Eleito	Cand

Antônio Carlos Magalhaes	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO							SENA				SENA					
PARTIDO							PFL				PFL					
VOTO							0,33				0,31					
POSIÇÃO							1				1					
RESULTADO							Eleito				Eleito					

Antônio Carlos Magalhaes Neto	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO											DFED		DFED	PREF	DFED	PREF
PARTIDO											PFL		PFL	DEM	DEM	DEM
VOTO											0,07		0,07	0,27	0,05	0,54
POSIÇÃO											1		1	3	1	1

POSIÇÃO
RESULTADO

						1		1		1		2		2	
						Eleito		Eleito		Eleito		Cand		Cand	

Anexos 04 - Trajetória política das principais lideranças maranhense – candidatos/eleitos - (1985-2012)

Roseana Sarney	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO					DFED		GOVE		GOVE		SENA		GOVE		GOVE	
PARTIDO					PFL		PFL		PFL		PFL		PFL		PMDB	
VOTO (%)					0,06		0,47		0,66		0,32		0,48		0,50	
POSIÇÃO					1		1		1		1		2		1	
RESULTADO					Eleito		Eleito		Eleito		Eleito		Cand		Eleito	

Jackson Kepler Lago	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO							GOVE	PREF		PREF	GOVE		GOVE		GOVE	
PARTIDO							PDT	PDT		PDT	PDT		PDT		PDT	
VOTO							0,20	56,84		0,53	0,43		0,52		0,20	
POSIÇÃO							3	1		1	2		1		3	
RESULTADO							Cand	Eleito		Eleito	Cand		Eleito		Cand	

João Castelo	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO								PREF	DFED	PREF	DFED	PREF	SENA	PREF		PREF
PARTIDO								PPB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB		PSDB
VOTO (%)								43,16	0,06	0,31	0,05	0,34	0,36	0,56		0,44
POSIÇÃO								2	1	2	1	2	2	1		2
RESULTADO								Cand	Eleito	Cand	Eleito	Cand	Cand	Eleito		Cand

Flavio Dino	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO					DEST								DFED	PREF	GOVE	
PARTIDO					PT								PC do B	PC DO B	PC DO B	
VOTO (%)					0,00								0,04	0,44	0,29	
POSIÇÃO					393								4	2	2	
RESULTADO					Suplente								Eleito	Cand	Cand	

Edison Lobão	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO	DFED				GOVE		SENA				SENA				SENA	
PARTIDO	PDS				PFL		PFL				PFL				PMDB	
VOTO (%)	0,10				0,27		0,29				0,27				0,31	
POSIÇÃO	1				1		1				2				1	
RESULTADO	Eleito				Eleito		Eleito				Eleito				Eleito	

Epitácio Cafeteira	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO	DFED				SENA		GOVE		GOVE		SENA		SENA			
PARTIDO	PMDB				PDC		PPR		PPB		PDT		PTB			
VOTO (%)	0,07				0,60		0,31		0,26		0,22		0,39			
POSIÇÃO	4				1		2		2		3		1			
RESULTADO	Eleito				Eleito		Cand		Cand		Cand		Eleito			

Anexos 05 - Trajetória política das principais lideranças piauiense – candidatos/eleitos - (1985-2012)

Firmino Filho	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO								PREF		PREF			GOVE	VERE	DEST	PREF
PARTIDO								PSDB		PSDB			PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
VOTO (%)								53,30		0,61			0,12	0,05	0,03	0,52
POSIÇÃO								1		1			3	1	5	1
RESULTADO								Eleito		Eleito			Cand	Eleito	Eleito	Eleito

Wellington Dias	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO							DEST		DFED	PREF	GOVE		GOVE		SENA	PREF
PARTIDO							PT		PT	PT	PT		PT		PT	PT
VOTO (%)							0,02		0,08	0,32	0,51		0,62		0,33	0,14
POSIÇÃO							31		4	2	1		1		1	3
RESULTADO							Eleito		Eleito	Cand	Eleito		Eleito		Eleito	Cand

Silvio Mendes	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO												PREF		PREF	GOVE	
PARTIDO												PSDB		PSDB	PSDB	
VOTO (%)												0,58		0,70	0,41	
POSIÇÃO												1		1	2	
RESULTADO												Eleito		Eleito	Cand	

Hugo Napoleão	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO	GOVE						SENA		GOVE		GOVE		SENA		DFED	
PARTIDO	PDS						PFL		PFL		PFL		PFL		DEM	
VOTO (%)	0,59						0,31		1,00		0,44		0,23		0,07	
POSIÇÃO	1						1		1		2		2		4	
RESULTADO	Eleito						Eleito		Eleito		Cand		Cand		Eleito	

Francisco de Assis de Moraes Souza	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO									GOVE		SENA		GOVE		SENA	
PARTIDO									PMDB		PMDB		PMDB		PSC	
VOTO (%)									0,41		0,27		0,25		0,14	
POSIÇÃO									2		2		2		3	
RESULTADO									Cand		Eleito		Cand		Cand	

Antônio de Almendra Freitas Neto	1982	1985	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
CARGO	DFED						SENA				SENA		SENA			
PARTIDO	PDS						PFL				PSDB		PSDB			
VOTO (%)	0,13						0,27				0,23		0,04			
POSIÇÃO	1						2				3		4			
RESULTADO	Eleito						Eleito				Cand		Cand			